

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

# A AMAZÔNIA

**e o projeto nacional de  
desenvolvimento sustentado**



**[www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br)**  
**Visite. E ajude.**

O **[www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br)** está em campanha para atingir, ainda este ano, a marca de um milhão de visitas-mês (em maio foram 635 mil). A expansão do portal prevê áreas novas, como a *TV Vermelho* e a *Rádio Vermelho*. Mas uma grande parte da campanha depende da ajuda dos internautas que visitam o portal do galo e gostam dele. Pedimos que você convide os amigos do seu "mailing" a se cadastrarem para receber, gratuitamente, por e-mail, o *Destaques Vermelho*, nosso boletim eletrônico diário.

# Amazônia

## *Defender, conhecer, preservar e desenvolver*

**A** parte brasileira da Amazônia, Amazônia Legal, corresponde a 61% da área total do país. Essa região concentra extraordinária biodiversidade, ricas jazidas de minérios, cerca de 20% das reservas mundiais de água doce e abriga a maior floresta tropical úmida do planeta. Nela vivem 12% dos brasileiros.

Essa região – por tais dimensões de riqueza – se impõe como parte destacada do projeto nacional de desenvolvimento. Para alguns, erroneamente, para preservá-la é necessário colocá-la à margem do desenvolvimento, e outros entendem “desenvolvimento” como saque e destruição. O engate pleno da Amazônia nesse projeto demanda tarefas sinérgicas e múltiplas por parte do estado e do governo que poderiam ser sintetizadas em quatro verbos: defender, conhecer, preservar e desenvolver.

Como diz o professor Ennio Candotti, da SBPC, é preciso uma espécie de “chamada geral” em prol da Amazônia a partir da consciência de que se trava uma “guerra” na região. Ao justificar a realização, em julho de 2007 – na Amazônia, em Belém – da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) afirma tratar-se de “um dever nacional” colocar a Amazônia na pauta política e resolvê-la com a maior brevidade. “Antes que outros resolvam por nós”.

Possuidora de tamanha riqueza, ela é alvo da cobiça do imperialismo. Diferentes argumentos são utilizados para saquear ou piratear seus tesouros, questionar e ameaçar a soberania brasileira sobre ela.

Tais ambições apresentam-se, na atualidade, camufladas num falso discurso ambiental e na surrada, porém enganosa, tese da “Amazônia, patrimônio da Humanidade”. Salvaguardá-la das ameaças e de perigos de toda espécie emanados do expansionismo das grandes potências é um dever do Estado nacional. Defender a Amazônia tem uma dimensão de segurança que se expressa numa política e na presença das Forças Armadas na região. Mas, a sua defesa vai muito além da dimensão militar.

Conhecer a Amazônia é um desafio que persiste. E o alarmante é constatar haver 70% de trabalhos científicos sobre a Amazônia de pesquisadores de outros países. Conhecê-la bem mediante os diferentes domínios das ciências. Isso exige aumentar a pesquisa nacional sobre a região. Demanda fortalecer as universidades e centros de pesquisa da Amazônia. Formar jovens cientistas e recursos humanos indispensáveis à produção de soluções originais que a região exige. Valorizar o conhecimento tradicional da população indígena e ribeirinha. O Brasil desenvolver o conhecimento sobre a Amazônia é, também, um dos principais antídotos contra a biopirataria.

Conhecê-la para preservá-la e desenvolvê-la! Não usufruir suas riquezas sob o argumento de que o desenvolvimento a depredará, além de efetivamente, não protegê-la, seria negar ao país e ao povo o acesso a uma riqueza que lhes pertence e, simultaneamente, manteria tal riqueza como uma reserva resguardada num “santuário” para o saque das grandes potências no tempo que lhes for conveniente.

Desenvolvimento a serviço dos interesses nacionais e da elevação da qualidade de vida do povo brasileiro, em especial, da população local. Tantos números gigantescos se chocam com a miséria da população amazônica e com a violência de que é vítima. O mundo do trabalho na região é marcado pela diversidade e pelo contraste. Ilhas de prosperidade e expansão da agroindústria e, ao mesmo tempo, presença do trabalho escravo e grande número de conflitos de terra patrocinados pelo latifúndio.

Na Amazônia Legal há 57% do total das terras indígenas e mais de 30% da população indígena do país, o que exige do Estado nacional enfrentar o desafio de – como determina a Constituição – compatibilizar os interesses nacionais com os direitos dos povos indígenas.

# Índice

CAPA



**A Amazônia e o projeto nacional de desenvolvimento sustentado**  
Eron Bezerra..... **6**

**Amazônia: desafio nacional**  
Entrevista com Ennio Candotti..... **13**

**Amazônia: o momento é de unidade nacional**  
Vanessa Grazziotin..... **22**

**Amazônia: trabalho escravo, conflitos de terra e reforma agrária**  
Socorro Gomes e Ronaldo Lima Araujo... **26**

**Aspectos e desafios da realidade indígena no Brasil e na Amazônia**  
Paulo Machado Guimarães..... **30**

**Amazônia: conhecer, preservar, desenvolver...**  
Trechos de Thiago de Mello e imagens de Pedro Martinelli e Araquém Alcântara..... **38**

**Rio-lato de viagem sincrônica às ilhas da criaturada grande**  
José Varella Pereira..... **43**

**A flor verde: um ensaio em ecologia**  
Moisés Diniz..... **47**

**“Plantas do Futuro”: uma nova economia para a Amazônia**  
Entrevista com Samuel Soares de Almeida..... **53**

**Seqüestro de carbono e bolsa floresta – uma boa notícia**  
Da redação..... **56**



TEORIA

**Hegemonia e poder local no Brasil**

*(Notas a partir de alguns conceitos de Gramsci)*

Lincoln Secco.....**58**



INTERNACIONAL

**Os desafios da esquerda no México**

Rosa Albina Garavito Elias.....**67**



HISTÓRIA

**Caio Prado Junior, 100 anos**

Júlio Velloso.....**73**

**Ousadia de um jovem de 85 anos**

Ronald Freitas.....**78**

Capa: Flávio Nigro; imagem: Araquém Alcântara



# *A Amazônia e o projeto nacional de desenvolvimento sustentado*

ERON BEZERRA

**Uma política de desenvolvimento sustentado deve buscar, a um só tempo, desenvolver a região, elevar o nível de renda de sua gente e assegurar a soberania do país sobre a Amazônia**

*Em memória de Ajuricaba, que significa "abelha feroz" e indica uma pessoa que não tolera a inércia*

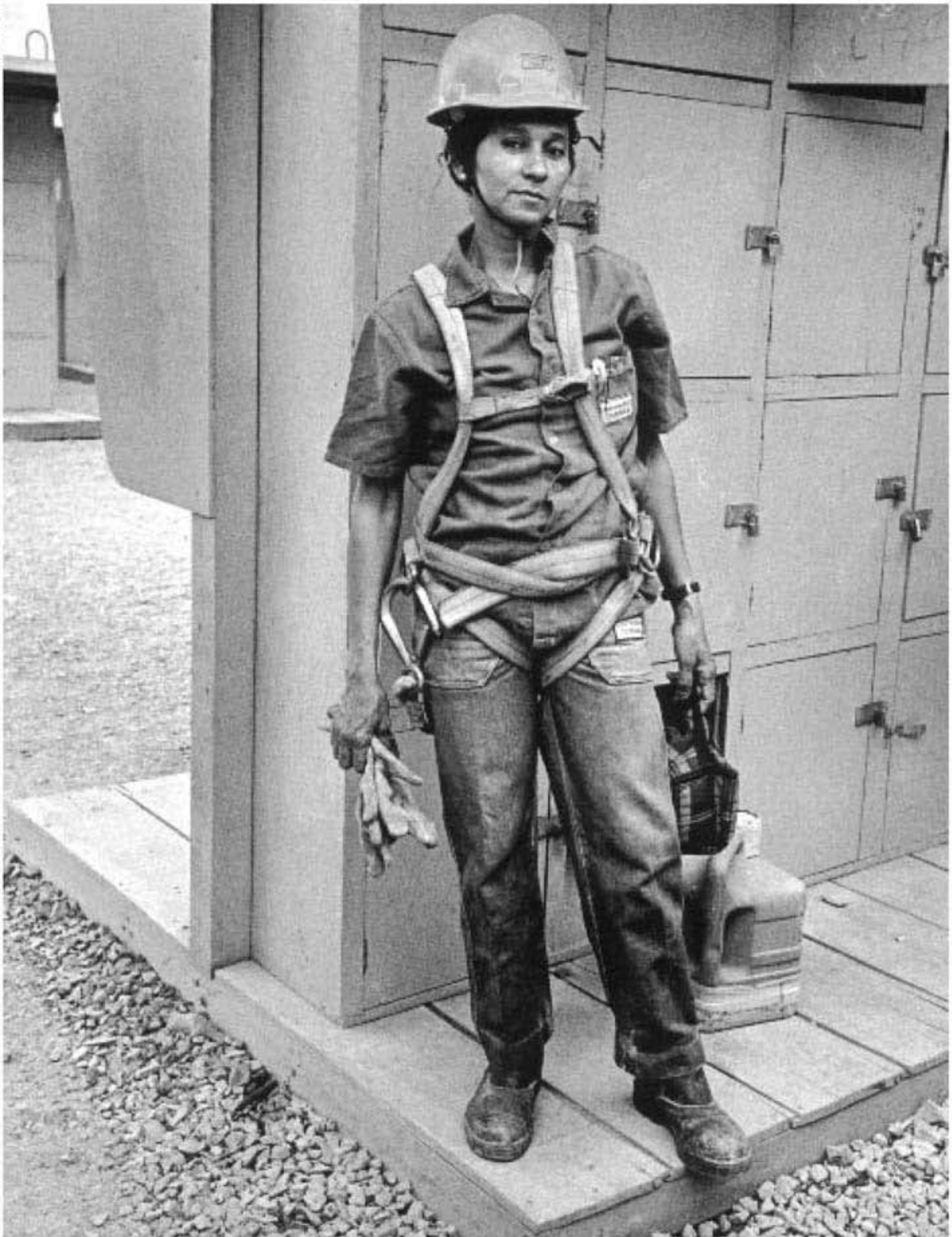
**A** Amazônia global tem uma área de 7,8 milhões de km<sup>2</sup> e está distribuída em nove países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa).

A parte brasileira é representada pela Amazônia Legal, região político-administrativa instituída pela lei 1.806/1953, abrangendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a parte do Maranhão a oeste do meridiano 44° de longitude oeste. Ela possui uma área de 5.217.423 km<sup>2</sup> (61% do país), onde reside uma população estimada de 23 milhões de pessoas (12% do total), cuja densidade demográfica oscila entre 1 e 16 habitantes por km<sup>2</sup>. Como esta população é predominantemente urbana, algumas áreas rurais ostentam densidade demográfica de menos de 0,25 habitantes/km<sup>2</sup>.

Nessa região está concentrada a maior biodiversidade do planeta, extraordinária reserva mineral (gás, nióbio, ferro, petróleo, ouro, cassiterita etc), em torno de 20% de toda a água doce do planeta, 25 mil km de vias navegáveis e a maior floresta tropical úmida do mundo, algo como 350 milhões de hectares.

Como se pode constatar, na Amazônia há abundância dos três elementos essenciais à vida e à sua propagação:

Pedro Martinelli



*Pólo petroquímico do Rio Urucu.*

água, calor e espaço físico, o que a transforma, portanto, no último grande espaço vital “disponível” da terra, na medida em que as demais grandes áreas do planeta estão densamente povoadas ou submetidas a condições climáticas extremas, como desertos e geleiras – o que as torna inabitáveis em condições normais.

A singularidade da região, associada a esse conjunto de atrativos, tem feito com que a Amazônia seja alvo permanente de cobiça internacional. A tática e os argumentos variam com o tempo, mas a pretensão de uma “gestão compartilhada” sobre a Amazônia sempre esteve presente em todos os momentos.

### Internacionalização – as principais táticas usadas pelo imperialismo

A bandeira do ambientalismo, para o imperialismo, nunca foi uma luta ambiental. Serve para justificar sua pretensão hegemônica.

A Amazônia sempre foi vista como reserva estratégica do imperialismo. Ações nesse sentido vão desde a organização da “Companhia Comercial Brasileira de Colonização, Agricultura, criação de gado, fabricação de sal e minerais” – criada em Londres, em 1832, para atuar no Norte do Brasil – até a recente declaração do presidente da Alemanha, Horst Kohler, por ocasião de sua visita ao Brasil em 2007, defendendo uma gestão compartilhada da Amazônia.

Para viabilizar seu objetivo o imperialismo já recorreu desde a tática militar até a ciência, passando por “missões religiosas”, pela “defesa” de povos oprimidos e a defesa do meio ambiente. De maneira geral combina mais de uma forma de pressão e, em cada momento, uma determinada tática assume a centralidade. Hoje, a questão ambiental, especialmente a “teoria do bloqueio”, assume a centralidade.

No século XIX a centralidade era a ocupação militar. Os insurgentes cabanos foram formalmente procurados pelo império britânico no sen-

tido de separarem a Amazônia do Brasil em troca de proteção militar e apoio material. Recusaram.

Fracassada a tática militar, surge a “teoria do arrendamento”, através do Bolivian Syndicate, pelo qual a região do Acre passaria ao controle americano. O povo da região, em armas, pôs fim a esta pretensão.

A ciência, então, passa a ser o pretexto. Surge a idéia do Instituto da Hiléia, um organismo supranacional encarregado de “estudar” a Amazônia, onde o Brasil só teria um voto. A teoria de que a Amazônia seria o “pulmão” do mundo justificaria ela ser tratada como “patrimônio da humanidade”, em decorrência de sua elevada

complexidade e papel preponderante no equilíbrio ambiental do planeta.

Embora a ciência tenha desautorizado tais “certezas científicas”, a verdade é que a bandeira da Amazônia como “patrimônio da humanidade” nunca mais saiu de pauta. E hoje é esposada, por ignorância teórica ou propósitos inconfessáveis, até por gente que se reivindica de “esquerda”.

Quando as queimadas se intensificaram, na década de 1970, a tática central passou a ser a questão ambiental. A bandeira da Amazônia como “patrimônio da humanidade”, ganhou ares de imprescindibilidade. Diversos “especialistas” passaram a defender que a Amazônia não teria capacidade de suportar “pisoteio humano” e as queimadas eram as responsáveis pelo aquecimento global. Sugeriam, na prática, que a Amazônia fosse “desocupada”. É a síntese da “teoria do bloqueio”, cujo objetivo é impedir toda e qualquer utilização de seus recursos naturais, até mesmo para projetos de elevado interesse social e de reduzido impacto ambiental.

Hoje, mesmo demonstrada a fragilidade científica dessa opinião, o imperialismo não desiste. Volta com a tese do “arrendamento” de áreas amazônicas e desta feita é vitorioso, na medida em que leis neste sentido, de autoria do

*Do ponto de vista geopolítico a Amazônia é o último espaço vital disponível do planeta, na medida em que somente ela reúne as três condições fundamentais para que a vida exista e se propague: água, calor e espaço físico.*



Ministério do Meio Ambiente, já foram aprovadas em Brasil, Peru e Colômbia.

Como se pode constatar, a bandeira do ambientalismo, para o imperialismo, nunca foi uma luta ambiental. Serve para justificar sua pretensão hegemônica.

### Principais correntes que polemizam a Amazônia

Daí por que ser fundamental a compreensão de quais correntes de pensamento polemizam a Amazônia, na medida em que nem todas buscam efetivamente a sua sustentabilidade. Esse debate nunca foi desapassionado. Tem sido até mesmo irracional, mesclando visões de classe distintas com “conceitos” ambientais corretos ou de eficácia duvidosa e que, em última análise, servem apenas para “justificar” a visão de classe à qual se filia o autor em questão ou para camuflar os reais interesses desses grupos.

Grosso modo, estes polemistas se agrupam em três correntes básicas: os “desenvolvimentistas”, entendidos como o grupo que enfatiza exclusivamente o crescimento econômico; os “santuaristas”, para quem a preservação é tudo e o crescimento econômico nada; e os “sustentabilistas”, fruto do entrelaço dessas correntes que sustentam ser, mais do que possível, imprescindível conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental.

A intocabilidade da Amazônia, como advogam os adeptos do santuarismo, é uma tese tecnicamente insustentável e politicamente reacionária, na medida em que favorece a histórica pretensão do imperialismo de dispor desses recursos como reserva estratégica. Mesmo assim até hoje encontra adeptos, que tenderão a se multiplicar na mesma proporção da intensificação do debate em torno da escassez de água e do aquecimento global, as duas principais tragédias ambientais anunciadas, embora nem sempre haja concordância dos cientistas sobre esses diagnósticos.

*A Amazônia contribui com a limpeza do meio ambiente, não com a sua poluição.*

A maioria dos especialistas converge para um cenário de absoluta escassez de água nos próximos 20 anos, o que torna a bacia hidrográfica amazônica – a maior do mundo – num bem de elevado valor monetário e geopoliticamente estratégico, conforme ilustra o “mapa da escassez mundial de água”, do International Water Management Institute.

Se há relativo consenso quanto à escassez de água, há muita polêmica no que diz respeito à causa real da elevação da temperatura do planeta terra.

Ninguém questiona o fato de a temperatura média ter aumentado. Mas, enquanto um grupo de pesquisadores e ativistas, aglutinados em torno do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), responsabiliza a elevada concentração de gases de efeito estufa na atmosfera como a responsável por esta catástrofe, vários outros cientistas e ativistas apresentam como causa principal das alterações climáticas as variações da própria atividade solar.

Os defensores dessa teoria apresentam, em socorro de suas opiniões, evidências de que outros planetas do sistema solar – como Marte, Júpiter, Saturno e Plutão – também experimentaram elevação sazonal de temperatura de até 10° Celsius. Sustentam, ainda, que após a Segunda Guerra Mundial verificou-se um aumento significativo de emissões de dióxido de carbono e, contudo, a temperatura média global baixou durante quatro décadas seguidas, a partir de 1940. E lembram, por fim: os que hoje fazem alarido em torno do aquecimento global são os mesmos que alardeavam a eminente catástrofe do “esfriamento global” nos anos 1970.

Mas, independentemente das “certezas ou incertezas” científicas, esse é o debate ambiental do momento. E, como sempre, tem muito mais de geopolítica do que ciência. Cito cinco exemplos ilustrativos.

1) Na Colômbia e no Peru estão tramitando projetos de leis que visam a “arrendar” as bacias hidrográficas, não apenas a concessão de água.

Fica evidente a pretensão do imperialismo de controlar esses mananciais;

2) o pesquisador Ilse Aben, do Instituto Holandês para Pesquisa Espacial, acaba de “concluir” que 50% da concentração de monóxido de carbono (CO) na atmosfera da Austrália são produzidos pelos incêndios nas florestas da América do Sul. Lamenta não poder precisar quanto vem do Brasil (!!!);

3) o planeta Terra produz 49 bilhões de toneladas/ano de gás carbônico (CO<sup>2</sup>) ou 7,5 tonelada/pessoa, considerando-se 6,5 bilhões de habitantes. Acontece que enquanto um americano ou europeu é responsável por algo como 17 toneladas dessa poluição, um brasileiro ou chinês não chega sequer a três toneladas. Mesmo assim os “ricos” exigem, para reduzirem suas emissões, que os países em “desenvolvimento”, especialmente Brasil e China, reduzam na mesma proporção. Não querem competidores. O encontro do G8, recém-concluído na Alemanha, remete para até 2050 a data-limite para os países ricos adotarem medidas para reduzir em 50% suas emissões de CO<sup>2</sup>. O mundo perde, enquanto Bush agradece;

4) estima-se que a Amazônia emite 200 milhões de toneladas/ano de gás carbônico (0,4% da emissão total) e seqüestra, pela ação de sua floresta tropical, 350 milhões de toneladas desse gás da atmosfera. O saldo é de 150 milhões de toneladas. Significa que a Amazônia limpa e não polui o meio ambiente, como de maneira geral nós somos levados a acreditar pela propaganda unilateral;

5) hoje, na Amazônia, há vários programas de “desenvolvimento sustentado”: o programa piloto de demarcação de terras indígenas; o programa de manejo florestal; o programa de manejo de várzeas; dentre outros. São programas oficiais do governo brasileiro voltados para comunidades indígenas, florestais e ribeirinhas. Seus relatórios e conclusões servem de base para a opinião ofi-

cial do governo bem como para a definição de suas estratégias nos diversos campos de atuação, especialmente na questão ambiental. As pessoas envolvidas nesses programas circulam livremente pela Amazônia com a chancela legal do poder público. Mas todos esses programas são financiados por organismos multilaterais, por agências estrangeiras. Estão sob o guarda-chuva do PPG7 (um programa piloto do grupo dos sete países mais ricos). Entre os maiores financiadores estão os seguintes: CI (Conservation International, Estados Unidos); DFID (Department for International Development); GTZ (Cooperação Alemã para o Desenvolvimento); JBIC (Japan Bank for International Cooperation); KFW (Banco Alemão para o Desenvolvimento); e WWF (World Wildlife Fund).

A lógica desse programa, do ponto de vista oficial, é o desenvolvimento sustentável e a conseqüente diminuição da emissão de gases de efeito estufa. Do ponto de vista extra-oficial o que anima essas agências é a difusão de idéias e visões que sustente a tese de que a Amazônia é patrimônio da humanidade.

*A ausência quase absoluta do Estado, enquanto ente político e social, faz com que as ONG's, na prática, cumpram o “papel” do Estado no atendimento às necessidades básicas da população nativa.*

### Colonização, Potencial Econômico e a alternativa para a Amazônia

A ocupação da Amazônia geralmente se deu de forma predatória e agressiva, em conformidade com a lógica capitalista. As primeiras tentativas de colonização da área ocorreram em 1541-42, 1560-61, 1637-39 e, finalmente, em 1669.

Segundo historiadores, havia uma grande população nativa na região, algo como sete milhões de “índios”, cuja diversidade étnica pode ser mensurada pelos 700 idiomas que ali se falavam. Os 250 mil “índios” sobreviventes ainda hoje falam em torno de 250 idiomas diferentes.

Inicialmente as tropas portuguesas foram duramente rechaçadas pela “confederação dos povos do Rio Negro”, aglutinados em torno da consígnia de que “esta terra tem dono” e da li-

derança do cacique Ajuricaba, que se notabilizou pela altivez com que combateu o invasor até o último dia de sua vida. Ao ser finalmente preso e acorrentado no convés de um navio para ser conduzido a julgamento, ele se lançou às águas do Rio Negro bradando: “prefiro a morte à escravidão”.

No período de 1655 a 1850 a região recebeu as primeiras levas de migrantes nordestinos. A partir de 1870 esse fluxo se intensificou e atraiu também, em menor proporção, judeus e árabes. Os nordestinos se fixaram às margens dos grandes rios e, do ponto de vista econômico, se dedicaram fundamentalmente ao extrativismo. Os judeus e árabes ao comércio fluvial: o popular “regatão”. Há uma grande abundância de recursos até por volta de 1910. A partir de então se inicia um longo período de declínio na produção de borracha na região, em decorrência da alta produtividade dos seringais de cultivo da Malásia, implantados a partir da biopirataria de nossas sementes.

Com o advento da 2ª guerra mundial e o controle da Malásia pelo “eixo”, os “aliados” ficaram sem suprimento de borracha. Milhares de nordestinos, então, foram enviados à Amazônia como “soldado da borracha” para assegurar o fornecimento dessa matéria-prima ao “esforço de guerra”. Tentase, novamente, soerguer o que se convencionou chamar de “ciclo da borracha”, caracterizado por larga expansão econômica e brutal concentração de renda em torno de alguns “coronéis de barranco”. Mas, com o fim da guerra e o restabelecimento do fluxo de suprimento da Malásia, a Amazônia entra novamente num longo período de estagnação econômica.

Diante desse quadro o governo central, na década de 1950 e 1960, lançou mão de instrumentos como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA),

Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) na tentativa de criar uma alternativa econômica para a região.

Os projetos da Sudam fracassaram, com raras exceções, pelos sucessivos escândalos de corrupção e o enorme impacto ambiental, num momento em que a legislação ambiental ainda se estruturava e havia uma forte predominância das correntes “santuaristas”.

A SUDHEVEA não conseguiu desenvolver seringais de cultivos, tanto por insuficiência técnico-científica quanto por pressão ambiental. Desapareceu, após sucessivos fracassos, sem que se questionasse sequer a que tinha vindo.

Dos três empreendimentos a Suframa foi o único que obteve pleno êxito. Consolidou em Manaus um grande parque industrial, bastante diversificado, tem partilhado boa parte de seus recursos com estados e prefeituras da Amazônia, especialmente a parte ocidental, e ajudou a fazer do Amazonas o estado economicamente mais forte da região,

embora seja a unidade nacional com menor índice de desmatamento (2%).

Os demais estados, sem opção econômica, recorreram fundamentalmente a seus recursos naturais, nem sempre utilizados de forma ambientalmente adequada, para assegurarem a geração de renda e trabalho à sua população.

A base econômica dos estados da região se assenta no extrativismo de espécies vegetais e/ou de recursos minerais. A produção agropecuária – cujo nível de intensidade é bastante distinto entre os estados – representa a outra base econômica comum aos estados. O Amazonas é o único da região cuja base econômica é eminentemente industrial, em decorrência do pólo eletro-eletrônico da Zona Franca de Manaus.

*“Esta terra tem dono” já dizia o líder dos Manaós, o cacique Ajuricaba.*



*Ilustração de Ajuricaba se lançando às águas.*

Mas a Amazônia, até por ser o “último espaço vital do planeta”, dispõe de extraordinários recursos hídricos, florestais, minerais, piscosos, fototerápicos e uma biodiversidade sem precedentes. Urge tirar consequência disso. Sem prescindir de um rigoroso controle ambiental, é preciso utilizar esses recursos para assegurar o pleno desenvolvimento da região e elevar o padrão de vida de sua gente.

A utilização de ferro, nióbio, petróleo, gás, silvinita e outros minerais que brotam na Amazônia é uma necessidade econômica e política. Mas é preciso ter presente a importância da industrialização dessa matéria-prima no local onde ela é produzida, sob pena de não agregar valor e tampouco desenvolver a região. A “serra do navio” e o seu manganês desapareceram sem que se estruturasse qualquer base econômica no Amapá. Fenômeno semelhante pode ocorrer com o Pará se o minério de ferro da “serra dos Carajás” não for processado e industrializado na região através de siderúrgicas. Assim como o Amazonas não pode prescindir de uma planta de petroquímica para verticalizar a sua produção de petróleo e gás.

Ademais, é fundamental que se conclua a construção dos gasodutos Coari-Manaus e Coari-Porto Velho e se intensifique a pesquisa na busca de novas reservas de gás e petróleo na Amazônia, região geologicamente propensa à concentração de minerais fósseis.

O potencial madeireiro, expresso em mais de 3,5 milhões de km<sup>2</sup> de floresta tropical e adequadamente manejado a partir de estudos científicos desenvolvidos pelo Inpa e a Embrapa, pode transformar a Amazônia num centro de referência na fabricação de móveis de alto valor agregado em decorrência do apelo amazônico.

Segundo estudos oficiais, o potencial hidroeenergético da região seria da ordem de 70.000 mW, dos quais menos de 10% estão explorados, o que pode convertê-la, novamente, num grande centro de produção de energia limpa. Nesse particular é preciso rigor na localização dessas usinas, restringindo-as a áreas de elevada cota topográfica para evitar inundações irracionais como ocorreu na hidroelétrica de Balbina no Amazonas.

O mundo tem fome e a Amazônia tem a

solução: o fornecimento de peixe. O nosso potencial pesqueiro é estimado em mais de 3.000 espécies, entre comestíveis e ornamentais, dos quais em torno de 40% já catalogados pela ciência. Ademais a criação de peixes e o seu manejo em lagos naturais aumentam enormemente esse potencial. A implantação de “entreposto de salgamento”, de fábricas de enlatados, e outros procedimentos que visem à agregação de valor permitem à Amazônia assumir o compromisso de pôr fim à fome do mundo. Não é utopia.

A produção de alimentos agrícolas pode ser feita sem a necessidade de agredir a floresta, na medida em que a região possui mais de 25 milhões de hectares de várzea – terras com fertilidade equivalente às do mitológico rio Nilo. Essa área é suficiente para produzir algo como 50 milhões de toneladas de alimentos, o que representaria mais ou menos 70% da produção nacional. Nesse campo deve merecer atenção especial o desenvolvimento da agroindústria e da eco-indústria (óleos comestíveis, palmeiras, castanha, polpas, sucos, sorvetes, refrigerantes, óleos e essências aromáticas, corantes etc).

O aprofundamento do conhecimento científico e tecnológico para utilizar adequadamente a nossa extraordinária Biodiversidade é, sem dúvida, o nosso maior e mais promissor desafio. Indústrias de química fina e de cosmético podem e devem ser à base de uma planta industrial amazônica, onde disporão de farta matéria-prima.

E se poderia falar, igualmente, de seu inquestionável potencial turístico, tanto pelo apelo ambiental que a região naturalmente desperta, quanto por sua exotividade. É uma área onde já se desenvolvem algumas experiências exitosas.

Esse conjunto de medidas, sem prejuízo de outras ações, deve fazer parte de uma política de desenvolvimento sustentado que busque, a um só tempo, desenvolver a região, elevar o nível de renda de sua gente e assegurar a soberania do país sobre a Amazônia.

---

*Eron Bezerra é engenheiro agrônomo, professor da Universidade Federal do Amazonas, deputado estadual, Secretário Estadual de Agricultura do Amazonas e membro do Comitê Central do PCdoB.*

Entrevista com Ennio Candotti

# Amazônia: desafio nacional

POR FÁBIO PALÁCIO DE AZEVEDO E MARIA LUIZA RANGEL

**E**nnio Candotti está à frente da principal entidade da comunidade científica nacional, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Foi também secretário-geral dessa entidade entre 1977 e 1981, e presidente nas gestões 1989-1991, 1991-1993, 2003-2005 e 2005-2007.

Graduado em Física pela Universidade de São Paulo (1964) e pela Università degli Studi di Napoli (1972), Candotti realizou, entre 1966 e 1973, diversos estágios de pesquisa em Física Teórica nas Universidades de Pisa, Munique e Nápoles.

Participou da criação das revistas *Ciência Hoje* – que editou de 1982 a 1996 – e *Ciência Hoje das Crianças*. Contribuiu ainda na criação da publicação homônima argentina de *Ciencia Hoy*. Recebeu em 1990 o Prêmio Kalinga de Divulgação Científica, concedido anualmente pela Unesco.

Candotti também foi professor adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) de 1974 até 1995, e desde então atua como professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

De seu gabinete na sede da SBPC, em São Paulo, ele falou à *Princípios* sobre o tema da Amazônia, que estará em debate na próxima Reunião Anual da entidade a ser realizada entre 8 e 13 de julho em Belém/PA. Candotti também comentou outros assuntos de interesse dos cientistas brasileiros



59ª Reunião Anual da SBPC

**Amazônia:  
Desafio Nacional**

8 a 13 de julho 2007  
Hotel Eldorado Federal no Park, Telfer



**SB  
PC**

Sociedade  
Brasileira para o  
Progresso da  
Ciência

*Por que a SBPC adotou o tema “Amazônia – desafio nacional” como mote de sua 59ª Reunião Anual?*

**Ennio Candotti** – Porque a Amazônia está na retórica das políticas de governo, mas não está na prática. O grande vazio que encontramos na Amazônia é uma política de formação de recursos humanos à altura dos desafios locais. Se se perguntar sobre os desafios a qualquer reitor de uma universidade da Amazônia, ou a um industrial ou a alguém preocupado, interessado em promover o desenvolvimento da região, ele responderá que o principal desafio relaciona-se à falta de recursos humanos. O reitor da Universidade do Pará dirá que precisa de “gente, gente, gente, quanto mais qualificada melhor”. Isso significa que a Amazônia precisa não de mil técnicos, especialistas, gente formada, mas de dez mil, cinquenta mil pessoas. Tanto para funções de reprodução docente quanto para estudo de sua complexa realidade natural e social, e também para alimentar a indústria e o sistema produtivo. Esse é o ponto central. Passados 40 anos de políticas científicas para a Amazônia, quase tudo ainda resta por fazer. Nós tínhamos ali, há 20 anos, mil doutores e hoje temos, ainda, mil doutores na Amazônia. Doutor não é tudo, mas é um indicador da gravidade da situação.

*A agenda nacional para a Amazônia não estaria ainda hoje muito dominada pela pauta da conservação ambiental, excessivamente estreita e limitada quando temos em vista um projeto nacional de desenvolvimento?*

**Ennio Candotti** – Sem dúvida. A questão da conservação é como jogar na retranca, para empatar e não para ganhar. Na Amazônia as pessoas conservam, conservam, conservam, não deixam, não deixam, não deixam, fazem um esforço imenso para evitar a depredação, mas a melhor maneira de promover a conservação é garantir o bom uso, a ocupação inteligente, o aproveitamento das riquezas, que devem ser entendidas como riquezas materiais e também como riquezas intangíveis. Por exemplo, derrubada uma árvore, o conteúdo de valor da madeira é um décimo do conteúdo de valor

das essências, das folhas, da copa, daquilo que poderia ser extraído sem derrubar a árvore. Isso se sabe, se estuda, mas ainda não está ao alcance das populações de lá. Se elas chegam ao mercado com um balaio cheio de folhas não o transformam nos mesmos cinco mil reais que conseguem com uma tora de madeira. No entanto, aquele balaio bem selecionado e estudado pode valer cinquenta mil. Por isso, a grande batalha hoje é esta: temos chances de encontrar na Amazônia fontes de conhecimento, fontes de informações a respeito do funcionamento da floresta, de como funciona uma árvore, de como funcionam as diferentes espécies, as diferentes formas de vida.

*O senso comum vê a Amazônia como questão nacional ou ainda a concebe apenas como um problema de desenvolvimento regional?*

**Ennio Candotti** – Como um mero desafio de desenvolvimento regional. Claro, todos aceitam que esse seja um desafio nacional, mas na prática a política de governo é regional. Atribuo isso à falta de recursos humanos presentes. Se tivéssemos lá 10 mil técnicos solidamente implantados nos laboratórios de pesquisa ou no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas da Amazônia, o Inpa de Manaus, a coisa seria diferente. Mas há 30 anos não se sai do lugar. Para a pesquisa na Amazônia há 20 milhões, equivalentes ao orçamento de um departamento do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Será que o espaço é mais rico que a Amazônia em informações, em dados, em sumos para o desenvolvimento? Obviamente, não. É o nosso subdesenvolvimento que faz com que isso ocorra. Um subdesenvolvimento político a que devemos combater, assim como combatemos o subdesenvolvimento econômico e social. Devemos combater o fato de não conseguirmos colocar na pauta nacional o desenvolvimento da Amazônia com base na educação, na ciência, na tecnologia.

*Que papel deveria ser reservado à Amazônia no contexto da edificação de um novo modelo de desenvolvimento nacional, com inclusão social e regional?*

**Ennio Candotti** – Hoje corremos atrás da

inovação e o maior laboratório de inovações é o amazônico, pela sua riqueza em desafios, em problemas, em incógnitas, em equações, em dilemas, em diferenças, em desconhecimentos. A Amazônia possui uma imensidão de possibilidades e tudo isso ainda hoje jaz como que em uma caixa-preta.

*Os debates sobre a Amazônia costumam evocar o dilema “santuário versus almoxarifado”. De que forma, fugindo desse dilema, podemos desenvolver a Amazônia mantendo a floresta? Como colocar a Amazônia, de forma sustentável, a serviço do desenvolvimento do país?*

**Ennio Candotti** – As coisas são feitas por gente, gente competente, entusiasmada. Então, a forma de fazer isso que você diz é formando, formando, formando... Eu viajei pela Amazônia toda e vi os jovens indígenas, com os olhos brilhantes, interessadíssimos em conhecer, em transformar aquilo que sabem, que vivem no dia-a-dia, em conhecimento capaz de ser utilizado por outros, no objetivo maior da melhoria da qualidade de vida nas cidades, nas aldeias. Ninguém gosta de viver na miséria, na pobreza, com dificuldade de enfrentar as doenças e a fome. Por isso, todos querem melhorar. Isso é educação, ciência, tecnologia, conhecimento, pós-graduação. Só agora começam a se formar os primeiros jovens indígenas em pós-graduação. Podem-se contar nos dedos. E isso deveria ter ocorrido há cinquenta anos atrás. Era um projeto de cinquenta anos atrás. Mas patinou, patinou, patinou. Certamente por acreditar que a solução seria asfaltar o leito do rio e fazer passar por lá uma grande estrada, com um vai-e-vem de caminhões que promoveria o desenvolvimento. E aconteceu que a estrada afundou, e com ela esse projeto equivocou.

*Em que medida podemos dizer que as soluções propostas para a Amazônia fracassam por não respeitarem as peculiaridades da região, por não privilegiarem a participação da própria região na elaboração de propostas e na definição de estratégias de desenvolvimento?*

**Ennio Candotti** – As soluções fracassam porque estão com *panema* – o mesmo espírito que impede o sucesso de um caçador na flores-

ta. Desse caçador diz-se que está “apanemado”, e por isso não consegue acertar e pegar uma caça. Os espíritos dos povos da Amazônia até agora não se sentiram à vontade com os caçadores. E soltaram seus *panemas*. E eles têm funcionado, sim. Se há uma demonstração de que *panema* existe é exatamente esta: há 50, 100 anos tentam ocupar aquelas terras e não conseguem. Não acertam uma no alvo.

*É possível falar em um “modelo amazônico” de desenvolvimento, com alternativas econômicas e tecnologias apropriadas à região?*

**Ennio Candotti** – Para alguns grandes nomes, grandes figuras – como Mauro Almeida, Eduardo Ribeiro de Castro –, isso é possível sim. Discutimos essa questão no encontro de Cruzeiro do Sul (AC), da Universidade da Floresta, e esse é o projeto, esse é o sonho. Mas não é trivial, porque o projeto não é apenas de interação com a floresta. Quando se aumenta a escala do laboratório, da intervenção ou do projeto de conhecimento, enfrentam-se problemas complexos, não imediatamente solúveis a partir da floresta – como as questões das telecomunicações, da energia, do transporte... Na Amazônia as pessoas se locomovem usando meios de transporte aquáticos. Para a escola se vai, em 2 horas, de canoa. E o fato de poucos usarem esse meio em relação aos que utilizam o metrô em São Paulo não quer dizer que o problema seja mais simples, ou que deva ser desconsiderado. Se nós usássemos para os transportes da Amazônia o mesmo empenho, o mesmo investimento de recursos humanos, e o mesmo interesse que usamos para desenvolver os transportes urbanos, teríamos um resultado até melhor do que no caso dos transportes urbanos. Mas, para estudar soluções como as do metrô sempre existiram milhões de estudos. Para estudar os transportes na Amazônia não há algo equivalente. Aliás, há uma lei atual que proíbe a construção de novos barcos que não sejam de metal, de ferro. Com isso destrói-se todo o conhecimento de produção e de construção de barcos de madeira. Essa é uma típica lei que revela quão pouco a política nacional entende de metade do seu país, que é aquático e se move em relação estreita com a madeira.

*Como o senhor vê a proposta de formação de um bloco regional pan-amazônico, buscando criar entre os países com territórios amazônicos sinergias que contribuam para o melhor aproveitamento do potencial da região?*

**Ennio Candotti** – Trata-se de uma boa idéia. Mas, por outro lado, eu não seria tão romântico a ponto de imaginar uma alternativa que apenas lá possa surgir. Para mim, existe um imenso laboratório natural no qual devemos trabalhar. Mas isso não significa que só se deva ter tecnologia alternativa. Não. Precisamos dos satélites. Precisamos de trimotores. Se conseguirem inventar um motor mais avançado, então melhor. A tecnologia atual de construção pode ter um grande desenvolvimento aproveitando as vicissitudes daquela região. As casas não são as mesmas casas, são flutuantes... Se ocuparmos milhares de pessoas interessadas em trabalhar naquele ambiente, teremos de desenvolver publicações, mecânica, eletroeletrônica. Portanto, como dissemos no início, não se trata apenas de uma questão verde, mas de uma questão que abrange todas as áreas. Em Manaus não se deve fazer ecologia, cuidar do meio-ambiente e abandonar a eletrônica. Não. Tem de fazer eletrônica, sim, tem de fazer extração, tem de fazer energia, tem de fazer todos os materiais, tem de estudar todo o espectro do conhecimento.

*Se se fizer tudo isso, mas não um estudo da biodiversidade também...*

**Ennio Candotti** – Sim, mas ela é apenas uma das pernas. Há a necessidade de bons matemáticos. Há a necessidade de bons físicos para fazer física de altas energias. É aparentemente abstrato, mas, depois, os alunos formados nesses laboratórios são capazes de inventar modelos e pensar... Não é porque lá existem mais árvores que temos de fazer só biotecnologia. Aliás, biotecnologia sem matemática, sem física, sem química, é pífia. Não há prova mais clara da absoluta incompetência da política nacional do que o fato de em toda a Amazônia hoje só existir um programa de pós-graduação em antropologia. Um apenas! Isso significa que se deve esquecer a existência de estudos de antropologia? Ora, mas há 120 línguas lá, segundo o La-

boratório de Linguística! E, em contraposição, contam-se nos dedos os linguistas trabalhando na Amazônia.

*Por solicitação do MCT, a SBPC desenvolveu uma série de iniciativas (consultas, seminários, debates) visando a recolher elementos para a formulação de uma agenda nacional para a Amazônia. Quais seriam, a seu ver, os pontos principais dessa agenda?*

**Ennio Candotti** – A meu ver, formar gente, formar gente, formar gente. Mas para fazer isso devemos considerar que a Amazônia também não é uma Amazônia, mas muitas. Há grande diversidade, há uma situação de fato de fronteira em expansão, mas há também uma ocupação consolidada em muitas regiões, com peculiaridades próprias, que devem ser reconhecidas. Há, por exemplo, a área de Sinop (MT), na qual avança a soja... Em suma, não é apenas uma localidade, é toda uma região. Há conflitos, conflitos armados gravíssimos, uma presença do Estado muito deficiente nessas regiões. Não é fácil melhorar as deficiências do Estado, porque para fazer isso precisa ter gente, ter bons funcionários públicos, bons funcionários para impulsionar uma boa educação. Uma boa educação precisa de mestres. Os mestres precisam não apenas de quem os pague bem. Na Amazônia há um paradoxo simples: há a oferta de dez mil reais por mês para um médico, mas não há como encontrar um deles disposto a ir à Amazônia. Infelizmente não se pode obrigar ninguém, não se pode dizer “olha, pega dez mil reais por mês e vai lá para Paracati”. Por isso, devemos incluir nessa discussão as comunidades que lá vivem. Temos de encontrar maneiras de acelerar o processo de formação dos jovens que vivem em tribos indígenas. A cada dez pessoas da região formadas no Sul-Sudeste apenas uma volta. É um jogo complicado, e por isso há necessidade de uma chamada geral. Se não, não há conversa. Se não, os panemas ganham.

*Não seria o caso de um grande programa com impacto mobilizador, que contasse com recursos garantidos e a continuidade típica das políticas de Estado?*

**Ennio Candotti** – Para mim – se você me



permite –, isso é conversa. Há exército para conseguir isso? Quem vai fazer isso? Quem está formando as pessoas para fazer isso? Quando fomos, anos atrás, ao Congresso Nacional, ver o Tião Viana e a Vanessa Graziottin, constatamos a existência de 5 bilhões de reais dos fundos setoriais contingenciados, bloqueados na Fazenda. Há cinco anos insistimos em que deveriam ser liberados para um projeto estratégico, como o Projeto Amazônia. A resposta é sempre muito tímida, há mil outras coisas na frente. Vejam os Jogos Pan-americanos – contra os quais nada tenho, porque fazem parte da nossa vida social. Mas se estivéssemos em guerra todo aquele dinheiro seria gasto para construir estádios ou para enfrentar a guerra?

É preciso entender que na Amazônia estamos em guerra! E isso não está claro no quadro político nacional. Há uma guerra na Amazônia! E Brasília claramente não reconhece essa realidade, pois se reconhecesse seriam deslocadas para lá divisões. Não seriam mandadas divisões para o Rio ou para Copacabana. Não quero desmerecer, ou subestimar, a guerra de Copacabana, a guerra urbana etc. Mas, no meu entendimento, nós não temos uma fronteira de desenvolvimento como essa, que poderia empolgar a nação e trazer muito da nossa criatividade hoje desperdiçada. Mas nunca se reconheceu a existência de uma guerra na Amazônia, e muito menos que a estamos perdendo. Esse é o grande problema do nosso quadro: as guerras estão sempre sendo perdidas, mas os generais que as perdem são “generais”, industriais, elites, sempre promovidos, ganhando uma embaixada ou alguma forma de serem prestigiados – sempre foram rebaixados para cima. Esse é, a meu ver, o grande desafio da revolução brasileira: é preciso começar por lamentar as perdas, e não colocar as perdas na conta do povo.

*Tem sido fácil envolver o setor produtivo na discussão dessa agenda para a Amazônia?*

**Ennio Candotti** – Não. A Suframa, a Confederação das Indústrias do Pará e muitos outros estão empenhados e comprometidos com isso. Mas há uma minoria pensando em prazos maiores que três anos. A maioria pensa em pra-

zos de dois meses. Uma faixa pensa num prazo de um ano, e muitos poucos em dez anos. Precisaríamos aumentar esta última faixa dos que pensam em dez anos, dos que pensam um projeto nacional. Não há na indústria um aliado sólido. Há um aliado pronto para usar qualquer facilidade. É preciso criar facilidades para atrair empresários, mas qualquer coisa fora disso ainda não faz parte da cultura deles. Se eles tivessem de ir para ilhas prefeririam ficar na praia. Não são pessoas com têmpera para enfrentar desafios maiores, nacionais. A Suframa cresceu e dela são doze milhões de dólares de incentivos da nação toda – porque é o dinheiro de todos nós – investidos lá para que eles façam alguma coisa. É muito dinheiro ganho por eles. E de fato os avanços são importantes. Mas se fizéssemos as contas na ponta do lápis, verificaríamos que o povo brasileiro se sacrifica muito mais que os empresários que lá estão para promover o desenvolvimento. Ou seja, a renúncia fiscal de todos nós é incorporada por pequenos grupos de beneficiários. Infelizmente não há outro jeito. Não quero dizer com isso que se deva fechar a Suframa. Pelo contrário. Com essas elites do Brasil, isso que temos é o melhor possível. Está longe de ser o ideal. Devemos sempre lembrar que nosso herói maior é Tiradentes, que teve sua cabeça cortada, não Maria Antonieta, que mandou cortar cabeças.

*Boa parte das indústrias bio-inovadoras é composta de pequenas empresas. Não seria o caso de uma versão específica para a Amazônia do Programa de Apoio à Pesquisa na Pequena Empresa (PAPPE) da Finep?*

**Ennio Candotti** – Sim. Aposto que o pessoal da Finep vive imaginando modos de superar essas dificuldades. Eu os considero aliados nessa discussão, e devem estar pensando em formas de superar os problemas. Eles sempre se defrontam com um número de projetos inferior ao desejável. Veja o retrato da nossa situação: 95% das indústrias de São Paulo não sabem o que é CNPq, e mais de 90% não sabem o que é a Fapesp. São dados de uma pesquisa da própria Fiesp que podem ser encontrados no *Jornal da Ciência*. Se isso vale em São Paulo imagine no restante.

*Do modo como estão formatados atualmente, os fundos setoriais têm jogado papel efetivo no desenvolvimento da Amazônia? O percentual obrigatório de aplicação dos fundos na região Norte é suficiente? As ações transversais (não-setoriais) dos fundos têm contemplado adequadamente a região amazônica?*

**Ennio Candotti** – A questão não é de indução, mas de absorção. Porque, quem usa esse recurso? Não tem gente... Repito, gente! Há mais recursos do que capacidade de gastá-los. E, cuidado, também há mais capacidade de gastá-los do que recursos. As duas coisas são verdadeiras. Na Amazônia há um número grande de jovens prontos para assumir, avançar. Na faixa entre 20 e 30 anos há um rico exército, mas quem deve solicitar esses recursos operados tem sempre entre 35 e 40 anos. Então, só espero que não se perca a geração nova crescendo e que ela não seja destruída antes de chegar aos 40 anos, à maturidade, à liderança científica, tecnológica, empresarial.

*O Brasil forma hoje mais de 10 mil doutores por ano, e boa parte deles não consegue emprego condizente com a sua qualificação. De que forma poderíamos atrair parte desses recursos humanos para a Amazônia? Quais os meios mais eficientes para isso?*

**Ennio Candotti** – Primeiro: 50% desses recursos humanos são de áreas sem grande função na Amazônia – administração de empresas, direito etc. Segundo: precisamos de educadores, de mestres para ensinar matemática, português, história. E, além de haver poucas pessoas com essa formação, as dificuldades de absorção são enormes. Alguém diz “estão sem emprego”. Mas estão sem emprego em São Paulo, no Rio de Janeiro. Se alguém está disposto a ir para Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Manaus, Belém tem emprego à vontade. Mas não se pode obrigar ninguém a ir para esses lugares porque as dificuldades para pesquisadores, professores universitários são muito grandes. É um sistema em evolução. Anos atrás não havia as facilidades de hoje. Hoje já temos importantes facilidades. Anos atrás não havia concursos por grupos. Ou seja, se um grupo de engenheiros elétricos quiser ir para Manaus provavelmente encontrará um

concurso para engenheiros que queiram trabalhar numa determinada área. Há poucos anos só existia uma vaga e a pessoa tinha de ir sozinha.

*A produção internacional sobre a Amazônia é crescente. Setenta por cento dos conhecimentos da Amazônia não são produzidos no país.*

**Ennio Candotti** – São assinados, organizados aqui, mas não por brasileiros.

*É cada vez mais baixa a participação de autores e especialistas brasileiros capazes de interagir com essa crescente produção internacional. A cooperação científica – inclusive na formação e fixação de pessoal – não seria uma saída para enfrentar esse problema, através, por exemplo, de mais bolsas de pós-doc para brasileiros em países sul-americanos e vice-versa?*

**Ennio Candotti** – Sem dúvida. Uma dimensão ainda pouco explorada desse debate é que 60% da Amazônia ficam no Brasil; os outros 40% em outros países: Peru, Equador, Venezuela, Bolívia. Portanto, é muito importante o estabelecimento de um novo pacto de desenvolvimento científico-tecnológico na região. As formigas lá da Venezuela e as formigas do Brasil se entendem muito bem. Elas se comunicam mesmo sem passaporte, ou sem passar pelos canais nacionais, pela proteção das fronteiras. Para elas não há fronteiras. Mas a cooperação para a formação de gente da região, e para a região, ainda é precária. Pelo meu entendimento, se deveria – ao mesmo tempo em que se pensa em gasodutos, oleodutos, sistemas de transporte, de energia ou na construção de hidrelétricas – colocar uma grande hidrelétrica do conhecimento na região. Ou seja, gastar 10 bilhões com a formação dos índios. Gastar 10 bilhões para acelerar a formação de jovens venezuelanos, equatorianos, colombianos, peruanos, bolivianos, em centros de formação. Não é fácil montar. Não é só uma questão de dinheiro. Quem vai ensinar lá? Mas se conseguirmos criar uma empolgação e conseguir colocar essa questão no centro das atenções políticas, conseguiremos fazer milagres. Quando em 1965-70 se criou a COPPE/UFRJ; quando em 1930 se criou a Universidade de São Paulo; quando nas décadas de 1960-70 se criou a Universidade de Brasília

lia, havia movimentos além dos investimentos. Não foi apenas um investimento de dinheiro que criou a Universidade de Brasília, mas todo um movimento, uma missão. Havia uma razão maior, um projeto de desenvolvimento por trás disso. Gostaria de ver o Chávez, o Lula, o Evo Morales brigando – ao invés de pelo etanol ou pelo gás – por 100 mil bolsas para estudantes bolivianos, equatorianos, venezuelanos e brasileiros que, em Manaus, no Oiapoque ou onde for, tivessem boas condições para aprender, se formar e até mesmo formar outras pessoas.

*Que novas unidades de pesquisa poderiam ser criadas na região?*

**Ennio Candotti** – Primeiro, não é preciso criar novas, mas ampliar o orçamento do Museu Emílio Goeldi ou do Instituto de Pesquisas da Amazônia. A soma dos dois orçamentos dá uns 20, 25 milhões. Vivem com mais uns 10 milhões de convênios – totalizando 30, 35 milhões. Enquanto isso, um único projeto, o Sivam, absorveu bilhões. E os laboratórios criados carecem de plena utilização por equipes de elevada formação.

*O Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) tem jogado tudo o que poderia na utilização do potencial científico e tecnológico da região?*

**Ennio Candotti** – Não, são milhões jogados fora. Quanta gente foi formada? Absorveu quantas pessoas? Qual a contribuição desse projeto para o desenvolvimento científico nacional?

*Muita gente dizia que a comunidade científica nacional não tinha capacitação suficiente para dar conta de um projeto desse porte...*

**Ennio Candotti** – Besteira. Se há capacidade para criar uma Unicamp por que não pode haver para um projeto como esse? Teríamos talvez demorado uns cinco anos a mais. Em vez de fazer em cinco anos teríamos feito em dez, mas

em dez anos teríamos deitado raízes.

*O modelo de laboratórios associados não seria mais eficaz que o de unidades/centros de pesquisa na fixação de recursos humanos, por envolver cooperação inter, e intra, regional?*

**Ennio Candotti** – É uma hipótese importante que deveria ser aventada, mas temos tantos empecilhos burocráticos e tantas dificuldades inventadas para não avançar... O sistema burocrático brasileiro é o maior entrave. As 70 mil leis

em vigor servem para qualquer coisa. Os advogados se multiplicam como formigas. Há Tribunais de Conta debruçados sobre papéis e mais papéis. A corrupção multiplica-se por mil, apesar disso tudo. O CBA (Centro de Biotecnologia da Amazônia) está parado há dez anos porque não resolve o problema da sua institucionalidade jurídica.

*A legislação brasileira que disciplina o acesso ao patrimônio genético (MP 2.186-*

*16/2001 e decretos e portarias derivadas) tem sido eficaz no combate à biopirataria?*

**Ennio Candotti** – Biopirataria só se combate com biocorsários. É preciso ter piratas mais eficientes trabalhando para nós, para nosso projeto nacional. O resto é conversa. Esses piratas e corsários a que me refiro, obviamente, são cientistas, laboratórios de pesquisa. Temos de explorar nosso patrimônio antes que outros explorem. Não há a menor chance de criar um paredão que cerque nossas fronteiras e impeça o trânsito das formigas. Se isso for feito serão encontrados cupins corroendo o seu paredão e passando por baixo. Em uma colherinha de terra, ou em um copo d'água do rio Amazonas, podem existir informações genéticas de enorme valor. A legislação que impede a coleta e o transporte de peças de nossa fauna e flora para estudo só tem servido para bloquear o nosso próprio desenvolvimento científico e paralisar os pesquisadores honestos



*Ennio Candotti, presidente do SBPC.*

ser bons cidadãos, obedecem às leis. Quem quer fazer pirataria não obedece às leis. Essa legislação só serve mesmo para inibir a formação de gente, o avanço do conhecimento e para alimentar uma burocracia que se encastelou em Brasília. Onde já se viu comandos de polícia federal e agentes fiscais do Ibama invadirem laboratórios à procura de alguns vermes cujos portadores supostamente não teriam “licença” para armazená-los e estudá-los? Essas ações dão visibilidade a esses agentes e notoriedade nos jornais ao mesmo tempo em que inibem o avanço de conhecimento. Eu recebi um parecer do Ibama que proibiu o transporte de um formigueiro, porque isso causaria estresse nas formigas!! É preciso prender um sujeito desses! É preciso criar um sanatório para agentes ambientais desvairados – uma nova especialidade da psiquiatria brasileira.

*E como combater a biopirataria sem impedir o acesso dos cientistas brasileiros ao nosso patrimônio genético, isto é, sem emperrar a pesquisa sobre nossa biodiversidade?*

**Ennio Candotti** – Todos os Institutos de Pesquisa em História Natural devem se tornar Ibamas, devem se tornar centros de controle. Todo cidadão brasileiro deve ser ele mesmo um agente preocupado com a conservação, sem ter de passar pelo Ibama. Onde já se viu? Eu formo pessoas que vão trabalhar no Ibama e tenho de pedir licença a esse pessoal para fazer aquilo que me permitiu ensinar a tais pessoas fazer o que fazem? Aqui está colocada com bastante dramaticidade a questão. Já disse e repito: o Ibama é um Doi-Codi dos ambientes naturais brasileiros. Outro dia uma pessoa do Ibama me disse: “Imagina, aquele alemão queria levar um copo d’água do rio Negro para a Alemanha”. Veja, num país em que acontece o que acontece alguém, um funcionário público, é pago para pensar uma coisa dessas...

*Isso tem atrapalhado o intercâmbio de nossos cientistas com os de outros países, não?*

**Ennio Candotti** – Claro! A água do rio Negro é importante. No entanto, se alguém quiser enfrentar o problema então que estude a água do rio Negro, mas não fique proibindo que outra pessoa

o faça, ou que alguém tenha a idéia de levar um copo d’água do rio. Quem quer estudá-lo para fins de enriquecimento ilícito faz e não pergunta. Leva de outro jeito. Além disso, não é necessário nem um copo. Bastam algumas gotas.

*Qual a importância de valorizarmos o conhecimento tradicional? De que forma ele pode contribuir para o avanço do conhecimento científico sobre nossa biodiversidade e para o desenvolvimento econômico e social?*

**Ennio Candotti** – É muito importante. Ele deve ser estudado, mas quem deve estudá-lo, antes de tudo, são os próprios jovens indígenas, os jovens das famílias, dos ambientes. Na minha opinião, o esforço grande que podemos fazer é para que as comunidades tradicionais ganhem o quanto antes aquilo a que chamamos de seus intelectuais orgânicos. Intelectuais que representem os interesses, a história social dessas comunidades.

*Dessa forma seria mais fácil, inclusive, garantir a essas comunidades os benefícios econômicos associados aos conhecimentos tradicionais que elas detêm.*

**Ennio Candotti** – Claro. Aí se pode negociar, discutir. Há interesses e eles devem ser protegidos. Qual a melhor maneira de protegê-los? Fazer com que essa gente tenha pessoas que possam aproveitar, transformar seus conhecimentos em riquezas. Por isso, em torno dessas questões, há necessidade de pessoas com capacidade de discutir, avaliar, negociar. No meu entender, devemos acelerar, e muito, um projeto de vinte anos: a formação de jovens dessas comunidades para transformar seus conhecimentos em conhecimentos defensáveis, dando posse às próprias comunidades desses conhecimentos.

*Há diversas substâncias de nossa fauna e flora já patenteadas no exterior – venenos de cobras, secreções de sapos, anticoncepcionais extraídos de sementes e até o cupuaçu – por agentes de países que avaliam poder ser patenteado o melhoramento de substâncias da natureza. Como o país deve reagir diante disso?*

**Ennio Candotti** – A meu ver, deveríamos

exportar pessoas como o Cláudio Fonteles – esse subprocurador da República que tem questionado as pesquisas com células-tronco (risos). Ou seja, não há jeito, temos de chegar antes. Temos de desenvolver pesquisa. Proibindo não acontece absolutamente nada.

*Por que as gestões Eduardo Campos e Sérgio Resende à frente do MCT gozam de tão boa aceitação na comunidade científica brasileira?*

Ennio Candotti – Porque foram mais cuidadosos na busca de conselhos. Acercaram-se de equipes mais bem posicionadas para preparar as políticas de governo. E evitaram bravatas, evitaram conflitos desnecessários. Não tinham um ranço de hostilidade com a comunidade científica – próprio a quem desconhece as dificuldades que se apresentam. Sente-se que em um mundo onde falta gente há desemprego de quadros pós-graduados. Se alguém diz “não, não vou mais investir em formação de gente, porque formo uma elite alienada que não contribui para o nosso desenvolvimento”, está por fora. Não é por aí. Precisamos juntar coisa com coisa e fazer com que nossos jovens cada vez mais se formem em áreas estratégicas e essas áreas sejam cada vez mais úteis ao desenvolvimento nacional. E essa não é uma equação que se resolve atacando por dentro a comunidade, dizendo “você são alienados”. Os cientistas são aquilo que são. Eles devem fazer bem o que sabem fazer. É como pedir a um bom matemático para desenhar casas populares. Para fazermos casas populares precisamos de bons matemáticos que façam bem a sua matemática. Nisso, sim, devemos ser exigentes. E arquitetos criteriosos e conscientes para desenhar as casas populares.

*É correta a prioridade conferida no Governo Lula à inovação, à realização de pesquisa e desenvolvimento tecnológico experimental na própria empresa?*

Ennio Candotti – Sim, isso é muito bom, mas não é exatamente uma “prioridade”. Trata-se de uma nova leitura do mundo, que resulta em um incentivo ao espírito empreendedor, a pensar, a inovar, a encontrar soluções adequadas aos problemas. Hoje já não basta explorar o

usual; é preciso encontrar caminhos novos para aproveitar a enorme variedade de instrumentos oferecidos. Para mim a inovação é uma decorrência da multiplicação por mil dos instrumentos de trabalho, com a informática e as novas tecnologias. Ou seja, antes nós tínhamos a alavanca, a roda e a cunha para trabalhar. Agora temos mil outros instrumentos, que fortalecem a capacidade de pensar e raciocinar, como o computador. Temos materiais muito resistentes, entendemos muito melhor o ambiente em que estamos, mas ainda não conseguimos aplicar todas essas vantagens à evolução de nossa sociedade, a capacidade de oferecer meios de sobrevivência a todos. Demos passos imensos na produção de alimentos e os alimentos ainda são monopolizados por interesses particularistas. E aí ficam discutindo se devemos proibir ou não os transgênicos. Hoje se faz uma batalha imensa contra os transgênicos, quando se deveria fazer uma batalha contra as multinacionais que monopolizam as sementes de transgênicos. No dia em que fizermos um transgênico, como se diz, “do bem”, uma insulina artificial, por exemplo, cancelaremos essas técnicas porque são transgênicas e não naturais? Isso é meio patético. Estou absolutamente de acordo com o fato de algumas soluções transgênicas terem sido inventadas para aumentar o controle sobre as sementes, monopolizando a produção de alimentos. Combatamos isso, sem dúvida. Mas não devemos confundir isso com criar um mito de que os inimigos são os transgênicos. Os inimigos são as formas como se criou esse tipo de produto.

*Como a SBPC recebeu o anúncio das recentes mudanças na estrutura do MCT e nas autarquias a ele vinculadas?*

Ennio Candotti – Conheço boa parte das pessoas e, aparentemente, não há grandes mudanças. Apenas uma troca de quadros. Não vejo nenhuma revolução à vista.

---

*Fabio Palácio de Azevedo é jornalista, mestre em comunicação e semiótica pela PUC-SP e presidente do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ). Maria Luíza Rangel é filósofa e presidente da Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG).*

# *Amazônia: o momento é de unidade nacional*

Araquém Alcântara



*Corte de madeira em Xapuri, Acre.*

VANESSA GRAZZIOTIN

**Somente a unidade de todos os segmentos pode superar os grandes obstáculos estruturais – enfrentados pelo país – que já passa a ter um novo olhar sobre a Amazônia**

**D**iante da ameaça catastrófica ao planeta – devido aos efeitos do aquecimento global –, é imprescindível a união de todos num amplo processo de mobilização social com a perspectiva do que poderá ser feito em curto, médio e longo prazo para evitarmos uma hecatombe. O momento é oportuno. O assunto está na ordem do dia.

Segundo pesquisa recente, feita na internet pela Universidade de Oxford, no Reino Unido, a preocupação com o aquecimento global em 47 países triplicou em apenas seis meses. Pelo levantamento, o Brasil é um dos países onde a inquietação é mais acentuada (*Público se preocupa mais com o clima*", Caderno Ciência, *Folha de S.Paulo*, 06.06.2006).

Não é à toa. Projeções científicas indicam que as queimadas e desmatamentos somente na região amazônica são responsáveis por 75% das emissões de gases do efeito-estufa no Brasil, país considerado o quarto maior emissor de gases na atmosfera, cerca de 300 milhões de toneladas por ano.

A nosso favor podemos contar com um acúmulo considerável de conhecimento sobre o assunto por parte da comunidade científica e com a atuação destacada de algumas entidades do terceiro setor, sobretudo a partir do movimento ambiental surgido na Rio-92.

Tais atores precisam estar articulados com um amplo movimento social, pois somente as mudanças de práticas e atitudes dos cidadãos darão respostas eficazes ao colossal problema; isso se outros países fizerem seu dever de casa.

No nosso caso, é de fundamental importância o governo federal encaminhar uma ampla política nacional sobre as mudanças climáticas, envolvendo não apenas o Ministério do Meio Ambiente (MMA), mas todos os órgãos do Executivo. Grande monta de recursos deverá ser investida em estudos climáticos, melhoria da infra-estrutura das instituições de pesquisa e em campanhas de educação ambiental.

Por outro lado, não há como negar os esforços já empreendidos pelo MMA no sentido de combater o aquecimento global. Segundo dados a nós repassados pela própria ministra Marina Silva, nos últimos dois anos houve uma redução do desmatamento da Amazônia em 52%. Nesse período, foram reduzidas as emissões de CO<sub>2</sub> em 430 milhões de toneladas. Somado a isso, a ministra destaca que no primeiro governo Lula foram apreendidos 900 mil metros cúbicos de madeira ilegal e fechadas 1,5 mil empresas envolvidas em atividades ilícitas na Amazônia.

Outra questão a ser ressaltada é o empenho

brasileiro para a produção de energia a partir das fontes alternativas renováveis – como o biocombustível, fonte não-poluente. O país já possui 45% da sua matriz energética renovável contra apenas 6% dos países desenvolvidos, os maiores responsáveis pela situação crítica do planeta.

Ainda podemos destacar a experiência do Amazonas – estado em que atuo – onde o governo estadual sancionou o Projeto de Lei n. 93, de 2007, que cria a Política Estadual sobre Mudanças Climáticas e Conservação Ambiental, e o Projeto de Lei Complementar n. 4, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Com isso, o governo criou mecanismos de compensação fiscais e financeiros para incentivar a redução dos impactos ambientais no estado e estabeleceu mecanismo para propiciar às empresas da Zona Franca de Manaus (ZFM) reduzirem suas emissões de CO<sub>2</sub>.

Foi criada a chamada Bolsa-Floresta que remunerará os amazônidas que vivem dentro ou nas áreas próximas as Unidades de Conservação. Para tanto, basta não provocarem queimadas e desmatamentos. Há uma perspectiva de que sejam beneficiadas 8,5 mil famílias de 33 unidades de conservação numa área de 17 milhões de hectares.

Para incentivar essa política, o governo constituiu um fundo a fim de financiar a proteção da floresta que receberá doações nacionais e internacionais, de pessoas físicas e jurídicas. Trata-se de uma iniciativa pioneira e de extrema relevância, visto que urge a implantação de políticas de conservação ambiental em todo o país.

A iniciativa foi bem aceita na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas ocorrida em maio passado em Nairóbi, Quênia. Igual recepção, infelizmente, não obteve a proposta do governo brasileiro de criar um fundo voluntário com recursos dos países desenvolvidos para serem aplicados em projetos de desenvolvimento sustentável nos países que combatem o desmatamento. Tal proposta foi rejeitada pelos países industrializados durante a reunião realizada no mesmo mês em Bonn na Alemanha, onde se estabeleceram as negociações do regime de aquecimento global que substituirá

o Protocolo de Kyoto.

Esse fato é muito lamentável. Isso por ser quase consenso que sem ajuda financeira dos países ricos não há como reduzir em 50% o desmatamento de florestas tropicais até 2050. Com base nos dados do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), para alguns cientistas, esse percentual de redução evitaria a emissão de 50 bilhões de toneladas de CO<sup>2</sup> na atmosfera terrestre. A insensatez dos países ricos é tamanha que eles não levam em conta o fato de a redução do desmatamento ser a forma mais barata de combate ao aquecimento global.

### Debate no Congresso

Em sintonia com o que está acontecendo no mundo em termos de discussão sobre o aquecimento global, o Congresso Nacional criou este ano a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, cujo principal objetivo é realizar na Câmara e no Senado um esforço concentrado para votar projetos prioritários nessa área. Esperamos votá-los até o final de 2007.

Tramitam no parlamento proposições sobre o controle das queimadas, dedução de impostos para quem utiliza sistemas de energia alternativos; políticas públicas para atenuar o aquecimento; divulgação obrigatória dos maiores responsáveis pelo desmatamento; e acompanhamento sistemático das emissões de gases que provocam o efeito-estufa.

Na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional (CAINDR) – à qual tenho muito orgulho de presidir – instalamos uma subcomissão permanente para estudar e emitir parecer sobre o fenômeno do aquecimento global e alterações climáticas. Com ênfase sobre a região, ainda este ano realizaremos, em conjunto com outras comissões, o Simpósio Amazônia Século XXI e o Seminário Internacional sobre mudanças climáticas.

Tais eventos reunirão políticos, trabalhadores, empresários, a comunidade científica e acadêmica para discutir questões ligadas à região, como: clima, meio ambiente, economia, produção, questões indígenas, energia, entre outras, que contribuem para o desenvolvimento sus-

tentável e para a integração da Amazônia com outras regiões.

Com a perspectiva de envolvimento dos diversos atores sociais nos debates, já realizamos uma dezena de audiências públicas, aprovamos mais de 30 proposições e quase 100 requerimentos. Foram debatidos intensamente temas como: mudança climática; implicação das queimadas na floresta amazônica; transposição das águas do rio São Francisco; as novas Sudam e Sudene; Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a Amazônia e Nordeste; direitos dos povos indígenas; atuação das ONG's em áreas indígenas; e a greve dos servidores do Ibama.

A CAINDR também instalou a subcomissão especial destinada a acompanhar os desdobramentos das medidas provisórias do PAC referentes aos recursos reservados para a Amazônia, região Nordeste e Centro-Oeste. Essa subcomissão tem como objetivo estudar e analisar os impactos do PAC sobre a política de integração nacional.

Outra nova subcomissão especial trata de questões fundiárias e agrárias na região amazônica. E uma terceira foi criada com o objetivo de efetivar um acordo entre Roraima e o governo federal para a definição da questão fundiária, econômica e social desse estado.

Ainda foram criadas algumas subcomissões permanentes: a que objetiva estudar e emitir parecer sobre o fenômeno do aquecimento global e alterações climáticas; a que trata das alternativas econômicas sustentáveis para a Amazônia Brasileira e Fontes de financiamento do Sistema Nacional do Meio Ambiente; e a destinada a tratar das questões relacionadas ao Nordeste e áreas de abrangência da Sudene.

Para marcar os dez anos de muita atuação da comissão, realizamos o lançamento do Selo Comemorativo a essa década. O evento contou com a presença da ministra Marina Silva, de lideranças do Congresso e representantes de setores da sociedade civil organizada.

Há oito anos como integrante da comissão, tive a satisfação de apresentar e ver aprovada a proposta que permitirá pela primeira vez na história do parlamento a participação da CAINDR na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).



O evento que será realizado em Belém (PA), entre 8 e 13 de julho, sob o tema "Amazônia: Desafio Nacional", permitirá aos deputados da comissão discutirem com os pesquisadores os problemas da região. O mundo científico tem muito a contribuir com as proposições e os projetos que pensamos em apresentar no parlamento e vice-versa. Quem ganha com essa troca é o país.

Em reunião com o presidente da SBPC, Ênio Candotti – que defende com grande entusiasmo a aceleração da formação de pesquisadores na região – foi listada uma série de assuntos para o aprofundamento do debate; entre outros, a biodiversidade, o uso sustentável da floresta e o maior intercâmbio com as comunidades tradicionais e indígenas da Amazônia. Queremos debater os problemas da região sobre o foco das desigualdades regionais. Afinal, vivem na Amazônia 22 milhões de brasileiros precisando de melhor qualidade de vida e bem-estar social.

Isso porque, em tese, todos estão preocupados com o desenvolvimento da região e com a proteção de sua extraordinária biodiversidade, mas na prática as concepções mais difundidas acerca do desenvolvimento são francamente conflitantes.

Já superada, existiu na década de 1970 a teoria desenvolvimentista que tomou como base o Plano de Integração Regional (PIN), um instrumento para "assegurar terras sem homens para homens sem terra". Com isso, surgiram na região grandes rodovias como a Transamazônica. Os estragos ambientais provocados por essa teoria, sem maiores ganhos sócio-econômicos para a população, são a base objetiva sobre a qual se construiu a "teoria do santuário".

Pensamento muito em moda na década de 1980, defendido principalmente por ONG's estrangeiras, a teoria do santuário sustenta a tese de que a Amazônia não suporta pisoteio humano e, portanto, deve ser integralmente preservada como reserva estratégica, pois a região seria patrimônio da humanidade e não apenas do povo brasileiro. Raras são as pessoas atualmente assumindo publicamente essa tese.

A contradição radical entre os defensores do desenvolvimentismo e os adeptos da Amazônia como santuário levou as correntes mais progressistas a desenvolverem um conjunto de idéias que busca conciliar o crescimento econômico com a conservação ambiental, para que esse crescimento se torne perene e se converta efetivamente em desenvolvimento. Hoje predominante, a teoria do desenvolvimento sustentado agrega muitas divergências práticas e teóricas, pois também aí se escondem muitos santuaristas e desenvolvimentistas.

Enfim, tenho a clara convicção de ser possível aliar desenvolvimento com preservação ambiental, mas esse é um debate que não pode ficar restrito ao meio político e científico. É preciso envolver a sociedade, pois somente a unidade de todos os segmentos pode superar os grandes obstáculos estruturais enfrentados pelo país que, certamente, já passa a ter um novo olhar sobre a Amazônia.



Tronco calcinado em Cruzeiro do Sul, Acre.

*Vanessa Grazziotin é farmacêutica pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam); exerce seu terceiro mandato de deputada federal pelo PCdoB do Amazonas e é presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional na Câmara Federal.*

# Amazônia:

## *trabalho escravo, conflitos de terra e reforma agrária*

**O desenvolvimento da região não pode resultar de um planejamento feito de fora para dentro, como tem prevalecido historicamente; ele deve incluir os trabalhadores da Amazônia**

SOCORRO GOMES E RONALDO LIMA ARAUJO

**A** Amazônia brasileira ocupa 49,29% do território nacional, tendo a maior variedade de espécies animais e vegetais do planeta: a sua floresta, a hiléia amazônica, é a maior floresta tropical do mundo; a bacia fluvial amazônica se constitui em torno do maior rio do mundo, o Amazonas, que tem a maior parte de sua área total no Brasil; a reserva mineral da região amazônica também é a maior do mundo. As riquezas naturais dessa região colocam-na como estratégica em todo o planeta <sup>(1)</sup>. Por isso não são raras e nem infundadas as ameaças de sua internacionalização por parte de representantes do imperialismo estadunidense.

Em contraste com essa riqueza natural, a população amazônica consta nas estatísticas oficiais com as mais baixas expectativas de vida, com os municípios de menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), menor renda per capita, com graves problemas ambientais e muitos conflitos agrários que, por vezes, acabam em morte de trabalhadores.

A realização do trabalho na Amazônia se dá em um ambiente de muitos contrastes, pois convivem ilhas de modernidade ao lado de formas muito atrasadas de realização do trabalho, a tecnologia de

ponta utilizada em empresas organizadas sob a égide do toyotismo convive com o extrativismo e com formas naturais de realização do trabalho. Junto de uma Companhia como a Vale do Rio Doce, por exemplo, que utiliza as mais modernas tecnologias de gestão do trabalho, bem como de equipamentos de base microeletrônica, persistem comunidades quilombolas, ribeirinhas, e indígenas, que ainda concretizam formas tecnicamente ultrapassadas de realização do trabalho.

É na Amazônia também que, ao lado da expansão da moderna agroindústria, sobrevive o trabalho escravo contemporâneo <sup>(2)</sup>. A CPT (Comissão Pastoral da Terra) e a OIT (Organização Internacional do Trabalho) estimam haver cerca de 25 mil trabalhadores escravos no Brasil, e metade deles no Pará.

Também nesse estado se concentram vários conflitos em torno da posse de terras. Esta situação de trabalho escravo e de conflitos pela terra pode ser visualizada no quadro 1:

Particularmente em relação ao trabalho escravo destacamos os dados que revelam a atuação do Estado brasileiro, por meio de grupos de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e da Delegacia Regional do Trabalho (quadro 2):

Mesmo reconhecendo a importância de tais ações

### 1- CONFLITOS NO CAMPO PARAENSE (2000-2006)

Ano	Assassinatos	Tentativas de assassinatos	Ameaças de morte	Denúncias de trabalho escravo	Trabalhadores escravos libertados
2000	5	2	17	16 casos	291
2001	8	3	46	24 casos	1.294
2002	20	8	78	116 casos	4.227
2003	33	21	53	3.923 trabalhadores	1.870
2004	15	22	103	2.476 trabalhadores	1.043
2005	16	16	96	3.198 trabalhadores	1.266
2006	24	8	118	2.899 trabalhadores	1.180
TOTAL	121 <sup>(3)</sup>	80	511	12.496 trabalhadores <sup>(4)</sup>	11.171

Fonte: *Cadernos de Conflito da Comissão Pastoral da Terra*, 2007.<sup>(5)</sup>

de fiscalização, deve-se reconhecer também o limite das ações do Estado, que faz com que apenas 50% das denúncias de trabalho escravo sejam apuradas pelos órgãos de fiscalização.

Os conflitos em torno da posse da terra estão relacionados com uma forma de ocupação do campo na Amazônia em que prevalece o latifúndio, e são resultado também da ausência das políticas públicas do Estado no interior dessa região capazes de regular as relações de trabalho; assegurar o acesso à terra e o fomento da produção nas pequenas propriedades; e conter a força política e o braço armado do latifúndio.

A zona rural amazônica, e particularmente a paraense, sempre fora ocupada privilegiando o latifúndio. Já em meados do século retrasado o ciclo da borracha – o primeiro fluxo migratório importante para a re-

gião – tem como marcas o privilégio da grande propriedade e a constituição de sistema de aviamento.

*“Desde 1844, nordestinos, principalmente do Ceará, vieram ocupar áreas da Amazônia, formando a primeira leva dos chamados ‘soldados’ da borracha. Mais tarde, em 1877, uma outra seca no Nordeste impulsionou mais um movimento de pessoas rumo aos seringais. A época da borracha foi tida como um período ‘dourado’ para a Amazônia e criou-se, assim, uma elite que estabeleceu um sistema de aviamento e, a seu modo, marcaria as relações sócio-econômicas na região. Este empreendimento sofreu uma queda brusca a partir de 1910 (grifo nosso)”* <sup>(6)</sup>.

Este é o sistema de aviamento, originado há mais de 150 anos, que se manterá e favorecerá o trabalho escravo contemporâneo que se consolida sobre as dí-

### 2 - OPERAÇÕES DO GRUPO DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL NO ESTADO DO PARÁ (2000-2006)

Ano	Nº de Operações	Nº de fazendas fiscalizadas	Trabalhadores libertados	Valor médio das indenizações por número de trabalhadores libertados	Valor médio das indenizações por fazendas fiscalizadas
2000	05	9	265	796,20	23.443,29
2001	10	16	527	546,40	17.997,19
2002	12	42	1.392	849,50	28.154,64
2003	29	105	1.888	1.535,60	27.611,20
2004	23	47	908	1.874,60	36.215,10
2005	24	65	1.205	1.918,50	35.566,01
2006	31	53	1.062	1.794,70	35.960,86
Total	134	337	7.247	1.448,93	31.158,58

Fonte: SEINT DRT-PA

vidas impagáveis do trabalhador.

Outro ciclo importante se deu a partir da década de 1960 com a implementação dos grandes projetos na Amazônia, sob a marca da doutrina de segurança nacional que via a integração da Amazônia ao Brasil como uma questão de segurança nacional. A partir daí desenvolveram-se projetos de abertura de estradas e a implementação de grandes projetos.

*"A era dos Grandes Projetos na Amazônia esboçou uma nova face para a região. No período do Milagre Econômico Brasileiro, nos anos 1970, o governo federal implementou seu Projeto de Integração Nacional (PIN), badalando o mesmo como uma oportunidade de oferecer "terras sem homens para homens sem terra". Criou-se, então, uma malha rodoviária e novos projetos agrícolas para assentar povos de lugares distantes. Na ocasião, o governo militar objetivava ocupar a Amazônia, com o intuito de solidificar sua soberania e escoar pessoas de outras regiões potencialmente conflituosas" (7).*

Os grandes projetos tiveram pouco impacto no desenvolvimento da região, mas provocaram o acirramento dos problemas sociais e demográficos. Mais lucrou com isso as empreiteiras e parte das elites locais que conseguiram ter acesso à parte dos recursos destinados à implementação da política de integração da Amazônia. Também lucraram os grileiros que se apropriaram de grandes extensões de terras.

Tanto o ciclo da borracha quanto o dos grandes projetos revelaram um tipo de ocupação das vastas extensões das terras amazônicas em que se privilegiou o latifúndio em detrimento das pequenas propriedades e o uso predatório da força de trabalho e da natureza.

Colaboram com a permanência dos conflitos agrários a não garantia dos direitos dos trabalhadores e a pouca presença do Estado na zona rural da Amazônia. Isto pode ser evidenciado no fenômeno da reincidência de propriedades rurais que fazem uso de mão-de-obra escrava e no perfil do trabalhador escravo.

Sobre a reincidência, destaca-se haver casos de fazendas denunciadas por uso de mão-de-obra escrava em dez anos diferentes: a Fazenda Forkilha, localizada em Santa Maria das Barreiras. Entre as 117 fazendas denunciadas em 2002, 27 eram reincidentes na prática de trabalho escravo (8).

Considerando o indivíduo submetido à situação de trabalho escravo, verificou-se em pesquisa recente

coordenada pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará (9) que 85% daqueles trabalhadores são analfabetos ou semi-analfabetos, a grande maioria provém de situações de vida de extrema pobreza, parte deles não tem qualquer documentação civil como título de eleitor, carteira de identidade ou certidão de nascimento; há ainda um grupo que não tem sobrenome, registro oficial ou lembrança de onde nasceu. Com esse perfil, tais trabalhadores ficam à margem das políticas oficiais de garantia de cidadania, não tendo sequer condição legal para pleitear direitos ou terras.

A reincidência e o perfil do trabalhador escravo revelam não apenas a ausência do Estado como garantidor das condições dignas de sobrevivência humana, como também a face mais cruel da exploração da mão-de-obra rural na Amazônia. Coloca-se, assim, como marca do trabalho no campo amazônico o uso predatório da força de trabalho, que não respeita direitos e se sustenta na ausência do Estado e na força do latifúndio.

Também caracteriza a realização do trabalho na Amazônia o uso predatório da natureza. Sobre isso Vera de Almeida e Val, pesquisadora do INPA (Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia), afirma: "a exploração dos recursos naturais (biológicos ou não) tem atingido o meio ambiente como um punhal que se crava lentamente" (10). Para ela, não são os trabalhadores individuais que, em busca de riqueza, dilapidam o patrimônio genético da Amazônia, mas empresas consolidadas, nacionais e multinacionais, que exploram madeira, minérios e agora petróleo. Estas deixam como saldo desertificação e erosão.

Essa pesquisadora faz ainda um alerta de que, no atual momento, nos deparamos com o fantasma da exploração da biodiversidade, que, como "apenas" detentora de material genético, esconde em si riquezas insondadas, que, se indevidamente exploradas, poderão se esgotar antes mesmo que saibamos seu valor (11).

Com isso, observamos que os modelos de desenvolvimento até agora adotados na região privilegiam a reprodução do capital, em detrimento do homem e da natureza; assim projetos como os da Vale do Rio Doce têm sido muito eficientes nos processos de reprodução do capital, favorecendo seus acionistas (12), em detrimento dos trabalhadores das regiões onde estão instaladas as suas unidades ou da preservação do meio ambiente.

## Por um novo modelo de desenvolvimento referenciado no homem

A tendência atual de expansão da agroindústria, organizada em grandes extensões de terra, revela a continuidade de uma cultura instituída de exploração da terra em que se privilegia o latifúndio em detrimento das pequenas propriedades.

Um novo modelo de desenvolvimento da Amazônia é necessário e este requer:

a) Uma inversão de valores. O trabalhador – particularmente os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários, os indígenas, ribeirinhos e as populações tradicionais – deve se constituir no principal balisamento para os projetos de desenvolvimento regional que se propõem qualitativamente diferentes. O homem é a principal referência e em seu benefício devem ser organizados os planos de desenvolvimento econômico e social.

b) A Reforma agrária como bandeira de luta que interessa aos trabalhadores rurais e aos pequenos proprietários. Será por meio de estratégias de distribuição de terras e de assistência e de fomento à produção que será possível construir condições de trabalho em que seja valorizado o homem amazônida.

c) Um novo modelo de desenvolvimento construído de modo a articular a promoção do homem, o desenvolvimento econômico, o conhecimento cientí-

fico, a sustentabilidade ambiental e a valorização das riquezas regionais. Para tanto, destacamos a iniciativa do Governo do Estado do Pará que, sob a liderança da Governadora Ana Júlia Carepa, propõe uma nova matriz de desenvolvimento apoiada no conhecimento, nos arranjos produtivos locais e na valorização das riquezas naturais existentes em nosso estado. A questão do conhecimento torna-se cada vez mais estratégica e é um ponto frágil da nossa soberania. Fossem nossos ecossistemas mais bem conhecidos e melhor assistidos científica e tecnologicamente, nosso debate seria enriquecido e seguramente teríamos “defesa”<sup>(13)</sup>.

Esse modelo de desenvolvimento deve ser viabilizado como resultado de um processo de diálogo entre os diferentes setores da sociedade regional, em especial de um diálogo franco entre Estado, setores produtivos (inclusive pequenos produtores), instituições de ciência e tecnologia e organizações dos trabalhadores. O desenvolvimento, nessa perspectiva, não pode resultar de um planejamento feito de fora para dentro, como tem prevalecido historicamente, mas deve partir daquilo que interessa aos trabalhadores da Amazônia.

*Socorro Gomes é Secretária Estadual de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará, socorrogomes@seju.pa.gov.br e Ronaldo Lima Araujo é professor-adjunto do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará, rlima@ufpa.br.*

### Notas

- (1) As florestas da região concentram 60% de todas as formas de vida do planeta, mas calcula-se que somente 30% de todas elas são conhecidas pela ciência. Cf. [www.portalamazonia.globo.com](http://www.portalamazonia.globo.com).
- (2) Não há convergência sobre a possibilidade de usar a expressão “trabalho escravo”, pois a situação atual apresenta diferenças com o trabalho escravo clássico, mas, além de algumas regularidades permitirem o uso desta expressão, a OIT reconhece o seu uso no Brasil para designar uma forma de trabalho forçado, e o Governo Lula a utilizou oficialmente quando lançou o Plano Nacional pela Erradicação do trabalho Escravo, em 2003.
- (3) Esse número representa 43% do total de trabalhadores rurais assassinados no Brasil.
- (4) Esse número representa 45% do total de trabalhadores resgatados no Brasil.
- (5) CPT. *Conflitos no Campo no Brasil*. Goiânia: CPT, 2007.
- (6) FORLINE, Louis. *As Várias Faces da Amazônia: Migrações, Deslocamentos e Mobilidade Social na Região Norte* <http://www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz8.htm>. Amazônia: interesses e conflitos.
- (7) Idem.
- (8) SAUER, Sérgio. *Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense*. Goiânia: CPT, Rio de Janeiro: Justiça Global, Curitiba: Terra de Direitos, 2005. 170p. Disponível em: [http://www.mp.pa.gov.br/caocriminal/arquivos/violacao\\_direitos\\_humanos.pdf](http://www.mp.pa.gov.br/caocriminal/arquivos/violacao_direitos_humanos.pdf) Acesso: 13/04/07.
- (9) SEJUDH. *Diagnóstico dos Direitos Humanos no Estado do Pará (relatório preliminar)*. Belém: SEJUDH, 2007.
- (10) VAL, Vera Maria Fonseca de Almeida e. *A Amazônia, a biodiversidade e o novo milênio*. In: [www.comciencia.br](http://www.comciencia.br). Acessado em 05/06/2007.
- (11) Idem.
- (12) A Vale obteve o lucro recorde de aproximadamente US\$ 12,5 bilhões em 2006. cf. <http://www.cvr.com.br/cvr/media/factsheetp.pdf>.
- (13) VAL, Vera Maria Fonseca de Almeida e. *A Amazônia, a biodiversidade e o novo milênio*. In: [www.comciencia.br](http://www.comciencia.br). Acessado em 05/06/2007.

# Aspectos e desafios da realidade indígena no Brasil e na Amazônia

**Neste atual  
contexto, complexo  
e conflitivo, a  
contribuição  
das forças  
progressistas e  
de esquerda no  
trato da questão  
indígena assume  
relevância  
histórica**

PAULO MACHADO GUIMARÃES

D. Poseu - Ciência Hoje



*Reflorestamento indígena no cerrado do Centro-Oeste.*

No Brasil são conhecidos cerca de 229 povos indígenas, que se comunicam por cerca de 180 línguas maternas. Segundo estimativas, em torno de 50 povos se mantêm isolados ou arredios à manutenção de contatos permanentes e frequentes com membros da sociedade brasileira. Os povos indígenas ocupam 849 terras, que representam cerca de 12% do território nacional.

Sua população totaliza, de acordo com estatísticas do Censo Demográfico realizado em 2000 pelo IBGE, aproximadamente 734 mil índios, constituindo-se em quase 0,4% da população nacional <sup>(1)</sup>. Desses, 350 mil estão em áreas rurais (provavelmente em terras indígenas) e 384 mil em áreas urbanas.

Este Censo Demográfico indica ainda que a população indígena encontra-se distribuída da seguinte forma nas regiões brasileiras:

Região	Percentual da População indígena
Norte	29%
Nordeste	23%
Sudeste	22%
Centro-Oeste	14,5%
Sul	11,5%



Considerando informações disponibilizadas pela Funai, por organizações indígenas e por notícias obtidas diretamente de comunidades e lideranças indígenas, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) <sup>(2)</sup> registra os seguintes dados relativos à situação das terras indígenas por região:

Região	Terras Indígenas e %
Amazônia Legal <sup>(3)</sup>	484 – 57%
Centro-Oeste <sup>(4)</sup>	133 – 15,67
Sul	129 – 15,19%
Nordeste	67 – 7,89%
Sudeste	36 – 4,25%
Total	849 <sup>(5)</sup> – 100%

Pelos dados revelados nestas duas tabelas percebe-se que um percentual expressivo dos espaços territoriais em que uma parcela significativa da população indígena se localiza situa-se na região amazônica, onde está a maioria das terras indígenas do país.

Esta circunstância expressa uma realidade histórica dramática no sentido de que nas unidades da federação que compõem a região centro-norte do país busca-se assegurar as condições físicas e ambientais não garantidas aos povos indígenas ocupantes das unidades da federação localizadas nas regiões sul, sudeste e nordeste.

O percentual das terras indígenas nessas regiões evidencia o resultado do confronto histórico entre os povos indígenas e os colonizadores e, mais recentemente, com as frentes de expansão dos interesses capitalistas sobre o território nacional.

Já nos estados do Nordeste, Sudeste e Sul, em média as terras indígenas não representam 1% dos territórios das unidades da federação. No centro-norte, que consiste na região amazônica (com exceção de Maranhão e Amapá), a média da proporção das terras indígenas em relação às unidades da federação é superior a 10%: RR – 42%; AM – 20%; PA – 17%; RO – 16%; MT – 14%; AC – 11%.

Devido ao interesse econômico na apropriação das riquezas naturais conformam-se expressivos conflitos de interesse sobre as terras indí-

Interesses de fazendeiros, pecuaristas, madeireiros, garimpeiros, empresas de mineração e posseiros formam o arco central de antagonismo econômico e político sobre essas terras.

Em razão de tais interesses a história do país registra uma quantidade expressiva de conflitos pela posse da terra, que em muitos casos degeneraram – como infelizmente ainda ocorre – em conflitos armados, com vítimas fatais.

A capacidade do Estado brasileiro de administrar essas tensões e mediar os conflitos existentes na perspectiva de proporcionar condições dignas e seguras para a existência dos povos indígenas – ao passo em que consiga viabilizar condições adequadas para o aproveitamento dos recursos naturais em benefício do desenvolvimento do povo brasileiro – consiste num dos mais graves e urgentes desafios para o poder público no Brasil. A Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, fixa importantes bases institucionais de relacionamento do Estado com os povos indígenas e indica perspectivas para o equacionamento destas questões.

Ao reconhecer, no art. 231 da Constituição, aos índios sua “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” os constituintes originários projetaram os aspectos centrais da conformação desses grupos sociais, étnica e culturalmente distintos entre si e da sociedade brasileira – aos quais o direito internacional, expresso na Convenção n. 169 <sup>(6)</sup> da Organização Internacional do Trabalho (OIT), define como “povos indígenas” <sup>(7)</sup>.

Com a fixação da atribuição constitucional à União para “proteger e fazer respeitar todos os seus bens”, e tendo presente competir à União legislar sobre “populações indígenas” <sup>(8)</sup>, foi eliminada a anterior perspectiva institucional de incorporação dos índios à chamada “comunhão nacional”.

Em razão desta determinação de respeito aos bens indígenas, os constituintes brasileiros inauguraram um novo caminho, por intermédio do qual o Estado e todos os cidadãos e as pessoas jurídicas no Brasil devem se conduzir, no sentido de respeitar e proteger os índios. O que nos permite afirmar que do disposto no caput do art. 231 da

CF emerge como referência no relacionamento institucional com os povos indígenas o princípio do “respeito à diversidade étnica e cultural”.

Mantendo a mesma orientação normativa do texto constitucional anterior (1967-69) a Constituição em vigor assegura aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nas terras tradicionalmente por eles ocupadas.

Em consequência disso, considera nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, “os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras” tradicionalmente ocupadas pelos índios, “ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes”. Neste dispositivo (§ 6º do art. 231 da CF), em razão das pressões e negociações ocorridas entre as lideranças parlamentares na Constituinte <sup>(9)</sup>, foi consignada a ressalva àquela nulidade, dos atos de relevante interesse da União, previstos em Lei Complementar.

Também como reflexo das disputas políticas no processo constituinte foi prevista a possibilidade nos § 1º do art. 176 e § 3º do art. 231, ambos da CF, do aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, que só poderão ser efetivados:

- 1) de acordo com condições específicas previstas em lei;
- 2) com autorização do Congresso Nacional;
- 3) após as comunidades indígenas afetadas serem ouvidas; e
- 4) assegurada a participação das comunidades indígenas afetadas nos resultados da lavra, na forma da lei.

Além disso, em razão das mudanças constitucionais, tramitam no Congresso Nacional desde 1991 e 1992 proposições legislativas que visam a dispor sobre uma nova legislação indigenista, superando com isso o disposto na Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973 – Estatuto do Índio. Em junho de 1994, a Comissão Especial constituída na Câmara dos Deputados para analisar e decidir sobre essas proposições legislativas aprovou seu relatório e um Substitutivo. Ocorre que, em razão de recurso interposto por parlamentares para que a matéria fosse apreciada pelo



Plenário da Câmara dos Deputados, a questão encontra-se, desde 6 de dezembro de 1994, na Mesa da Câmara dos Deputados, aguardando a apreciação do recurso pelo Plenário da Câmara para saber se o Substitutivo da Comissão Especial será apreciado pelo Plenário ou remetido para a deliberação do Senado Federal.

Nesse Substitutivo sobre uma nova legislação indigenista estão contemplados todos os principais temas de interesse dos povos indígenas e que o texto constitucional remete à regulamentação, tais como: princípios; definições; registros; bens do patrimônio indígena: conhecimento tra-

dicional, propriedade intelectual, direitos autorais e patenteamento; usufruto exclusivo das riquezas naturais; relação com particulares (regula o fim da tutela, atos e negócios entre índios e não-índios); responsabilidades do poder público: poder de polícia, infrações administrativas, proteção policial, competência jurisdicional em matérias cíveis e criminais; terras indígenas: demarcação e garantias; exploração mineral: pesquisa e lavra; aproveitamento de recursos hídricos; utilização dos potenciais de energia hidráulica; assistência especial: atenção à saúde; educação escolar; atividades produtivas; normas penais; crimes; disposições finais e transitórias.

Transcorridos 12 anos e seis meses, os povos e as organizações indígenas não aceitam que nenhuma matéria seja regulada de forma isolada do Estatuto dos Povos Indígenas. Como também não admitem qualquer alteração nas normas constitucionais que tratam sobre os índios. Tais posições foram externadas por centenas de lideranças indígenas no último dia 19 de abril aos Presidentes: da República, do Supremo Tribunal Federal, do Senado e da Câmara dos Deputados, no encerramento do 4º Acampamento Terra Livre – iniciativa do Fórum de entidades

em defesa dos direitos indígenas (FDDI). Com isso, responderam à pretensão de setores políticos, empresariais e do governo, no sentido de aprovar uma lei que disponha sobre a exploração mineral em terras indígenas.

Essa atitude do movimento indígena explica também por que sua posição contra a construção de usinas hidrelétricas cujos reservatórios atingem terras indígenas e que implicam o aproveitamento de recursos hídricos representados por rios que passam nas terras que tradicionalmente ocupam.

Os povos e as organizações indígenas reivin-

dicam, ainda, a oportunidade de participar da discussão sobre as normas que regularão suas vidas, atentando-se ao princípio constitucional do “respeito à diversidade étnica”.

Com tais referências políticas e com o empenho que há mais de 10 anos vem desenvolvendo no sentido de qualificar e capacitar os membros de suas comunidades para o atendimento à saúde e



Professora índia.

na apreensão de novos conhecimentos técnicos e científicos, por intermédio da educação escolar, hoje os povos indígenas e suas organizações, notadamente na região amazônica, atuam no sentido de participar de forma igualitária e respeitosa na formulação e na condução da política indigenista e das ações governamentais que lhes dizem respeito.

Lideranças experientes atuam na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), no Conselho Indígena de Roraima (CIR), na Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), no Conselho Geral das Tribos Tikuna (CGTT), no Conselho Indígena do Vale do Javari (Civaja), na Organização dos Povos Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (que assumiu o trabalho até então realizado pela UNI-AC), na União das Nações

Indígenas de Tefé (UNI-Tefé), na Organização dos Povos Indígenas do Oiapoque (AP). Como também ocorre no nordeste, com a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).

Essas entidades indígenas constituem-se em experiências organizativas permanentes que comunidades e povos indígenas vêm desenvolvendo no decorrer dos últimos 20 anos. Algumas organizações locais e regionais avançam no conhecimento de formas próprias de administração, inclusive na superação de problemas econômicos e financeiros em razão de convênios firmados com a União, por intermédio da Funasa ou do Ministério do Meio Ambiente.

São, na realidade respostas políticas que os povos indígenas encontram para fortalecer a afirmação de seus direitos e interesses. Interessante e estimulante é perceber a pujança do recente movimento de articulação entre professores indígenas e entre agentes de saúde indígena.

Junto com a defesa da integridade das terras que tradicionalmente ocupam, contra a invasão de fazendeiros, empresários agrícolas, madeiros, garimpeiros, e até mesmo de colonos e posseiros – estes invariavelmente com o apoio de Prefeitos e lideranças políticas e empresariais das regiões, como ocorre em regiões em Rondônia, Mato Grosso e Roraima –, a preocupação legítima das lideranças indígenas converge no sentido de o poder público viabilizar condições para uma atenção integral e diferenciada à saúde e à educação aos povos indígenas.

Temas como o da autonomia dos povos indígenas, do respeito à integridade das terras que tradicionalmente ocupam e das riquezas naturais remetem a questões importantes no desafio relacionado à compatibilização dos interesses nacionais do povo brasileiro com os direitos e interesses dos povos indígenas.

A questão da proteção das fronteiras do Brasil com os países limítrofes, em razão do que estabelece o § 5º do art. 231 da CF, bem como a regulação soberana sobre como aproveitar as riquezas naturais, o acesso à diversidade biológica e aos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, são temas que precisam e merecem

reflexão e atenção de todos, assegurando-se integral apoio e respeito aos direitos e interesses dos povos detentores de expressiva e rica diversidade étnica e cultural, que deve ser fator de orgulho e apreço por parte de todos.

Dessa forma, acredita-se ser possível avançar numa nova fase política de construção de uma outra realidade no relacionamento com os povos indígenas.

Nesse contexto, afigura-se relevante afirmar que não será negando o direito dos índios às terras que tradicionalmente ocupam em qualquer parte do país – como alguns cogitam em relação à Faixa de Fronteira – ou em razão de empreendimentos hidrelétricos ou para o aproveitamento de recursos minerais, que aspectos relacionados à questão indígena serão equacionados.

Formulações dessa natureza, que simplificam a abordagem desses problemas ao atribuir a “organizações não-governamentais” – supostamente mantidas e orientadas por interesses de países europeus, asiáticos ou pelos Estados Unidos – o poder para demarcar terras indígenas ou mesmo localizar comunidades indígenas em locais onde hajam indícios de fartas ocorrências minerais ou para aproveitamento de recursos hídricos, não contribuem para a identificação e a superação de reais conflitos envolvendo interesses soberanos do povo brasileiro e de investimentos econômicos na região amazônica, com os direitos indígenas.

Ao contrário, será com o aprofundamento de práticas políticas respeitadas e equilibradas, baseadas em correta interpretação do texto constitucional e de eficiente regulamentação de direitos, que os desafios postos para o país na atual conjuntura poderão ser eficazmente enfrentados e equacionados.

Na perspectiva de viabilizar tais condições políticas e administrativas para que os diversos interesses públicos e dos povos indígenas sejam considerados na formulação e na condução da política indigenista, após três anos de longas negociações, foi criada pelo Presidente da República, em 22 de março de 2006, a primeira Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), com a participação de: 20 representantes indígenas com direito a 10 votos; 2 representantes de entidades indigenistas; e 13

representantes governamentais.

Instalada no último dia 19 de abril pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva, esta CNPI – que funcionará como instância articuladora das ações governamentais em relação aos povos indígenas, até que seja instalado o Conselho Nacional de Política Indigenista, a ser criado por lei –, tendo tido sua primeira reunião realizada em 4 e 5 de junho último, representa uma novidade histórica na condução da política indigenista brasileira, na medida em que pela primeira vez os povos indígenas se fazem representar diretamente em órgão colegiado do poder público, específico para efeito da condução de política que lhes interessa diretamente.

A grande expectativa nos trabalhos desta CNPI consiste em que sejam superados graves

problemas: no atendimento à saúde; na capacitação técnica, científica e educacional dos índios; na proteção das terras e das riquezas naturais; e nos bens materiais e imateriais dos povos indígenas. Com essa inovadora experiência espera-se também ser possível viabilizar condições para o aperfeiçoamento da administração pública no relacionamento com os povos indígenas.

Nesse contexto, complexo e conflitivo, a contribuição das forças progressistas e de esquerda no trato da questão indígena assume relevância histórica.

---

*Paulo Machado Guimarães é advogado, Assessor Jurídico do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.*

### Notas

- (1) "Diagnóstico da situação das populações indígenas no Brasil – (Contribuição do IPEA ao Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas da Câmara de Política Social do Conselho de Governo)" – texto elaborado por Frederico A. Barbosa da Silva, Herton Ellery Araújo e André Luis Souza – todos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- (2) Entidade da Igreja Católica – organismo vinculado à CNBB.
- (3) AC, AM, AP, MA, MT, PA, RO, RR, TO.
- (4) GO e MS.
- (5) A Funai trabalha com o total de 611 Terras Indígenas, conforme sua página eletrônica: [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br). A divergência de total de terras decorre do entendimento do Cimi e de algumas organizações indígenas em relação a um conjunto de cerca de 238 Terras Indígenas que o poder público federal ainda não adotou qualquer providência destinada à sua demarcação administrativa.
- (6) Aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002 e promulgada pelo Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004, pelo Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva.
- (7) "Artigo 1º – A presente convenção aplica-se:
  - a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial;
  - b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.
2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.
3. A utilização do termo "povos" na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de ter implicação alguma no que se refere aos direitos que possam ser conferidos a esse termo no direito internacional".
- (8) Inciso XIV do art. 22 da CF.
- (9) Na qual os povos indígenas contaram com a hábil e destacada atuação parlamentar do então deputado federal Haroldo Lima (PCdoB/BA) que, junto com outros parlamentares, dentre os quais os Senadores Severo Gomes e Jarbas Passarinho e os deputados José Carlos Sabóia e Plínio de Arruda Sampaio, atuaram articuladamente na negociação com os parlamentares que integraram a articulação conservadora conhecida como "Centrão".

# Olinda é do Olinda

Saiba um pouco mais sobre tudo o que a Prefeitura de Olinda

## SECRETARIA DO PATRIMÔNIO E CULTURA Mais aplausos para Olinda.

**Primeiro Capital Brasileiro de Cultura**  
A conquista do título de 1º Capital Brasileiro de Cultura é uma honraria que ficará incorporada para sempre à história de Olinda e de seu povo. Com a Olinda, a cidade ganhou ainda mais visibilidade, o que ampliou as possibilidades de aproveitamento de suas potencialidades turísticas e culturais com foco em estratégias de novos investimentos, desenvolvimento econômico e de progresso local.

- Criação do Conselho Municipal de Políticas Culturais e do Programa Municipal de Incentivo à Cultura;
- Realização do Arte em Toda Parte, democratizando o acesso de artes plásticas;
- Reabertura do Museu de Namberey;
- Instalação das Pontas de Cultura: mais educação artística, patrimonial e cultural para crianças e adolescentes;
- Restauração das Igrejas de Carmo e do Rosário.

## SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS Mais infra-estrutura urbana para Olinda.

- Urbanização e construção de 294 casas no Morro do Fumim (em andamento);
- Urbanização e construção de 499 casas populares em Via 6 e Via 9 (em execução);
- Urbanização e construção de casas populares em Calça D'Água, Jardim Brasil, Vila Aquino, Passadinho e Vila do Rocio;
- Regularização e alargamento de sete quilômetros do Canal de Matias (em fase de licitação);
- Urbanização da orla do Bairro Novo;
- Implantação do Parque do Carmo.

## COMISSÃO DE DEFESA CIVIL Mais segurança nos morros de Olinda.

- Implantação do Plano Municipal de Redução de Riscos, que contempla o mapeamento, identificação dos áreas de risco, levantamento das intervenções e os procedimentos emergenciais e redução dos riscos em todas as áreas do morro da cidade.

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO Mais ensino para Olinda.

- Aumento no analfabetismo com a criação do Programa Adulto Ensino. Mais de 75 mil pessoas alfabetizadas entre 2001 e 2006;
- Realização do Programa Participação Cidadã;
- Implantação do Mercado Escolar de Qualidade;
- Entrega de material e kit esportivo e esportivo nas escolas de ensino;
- Instalação e reorganização de bibliotecas e cantinas de leitura e implantação de bibliotecas nas escolas.

## SECRETARIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO Mais democracia para Olinda.

Criado em 2001, o Orçamento Participativo é uma iniciativa pioneira em Olinda. No OP é o cidadão quem define as prioridades de intervenções nos 102 BPs da cidade. A prefeitura destina 20% do total do orçamento do OP para a realização dos obras.

## SECRETARIA DE POLÍTICAS SOCIAIS Mais cidadania para Olinda.

- Criação do Casa de Acolhimento;
- Implantação do Centro de Atendimento ao Jovem em Conflito com a Lei;
- Implantação do Centro de Referência Olinda Alerta;
- Implantação do Centro de Referência de Infância e do Adolescente (CRIFA);
- Programa de Luta contra o Trabalho Infantil (PLTI) e Programa Olinda Jovem;
- Implantação do Programa Boas Famílias;
- Implantação de nove pontos de Internet Digital;
- Convênio com o UNACOM para implantação do Programa Segundo Tempo, visando a prática de atividades de esporte e lazer em 26 comunidades.



# A gente. a segue em frente.

está fazendo para a cidade ser referência em todos os setores.

## Espaço Criança Esperança. Cuidado com a criança.

- Olinda foi escolhida pela Unesco, em parceria com a Rede Globo, para sediar o primeiro Espaço Criança Esperança do Nordeste. O espaço funciona no Vão Olímpico do Rio Doce e no CAFE Norma Caelin, no Pólis das. Em Rio Doce, o espaço dispõe, inclusive, de piscina semi-olímpica. Em Olinda, o espaço de recreio tem a proposta de receber cerca de seis mil crianças e jovens.

## OLINDA, AMIGA DA CRIANÇA. Reconhecimento merecido.

- Desde 2001, a Prefeitura Popular vem desenvolvendo a Política de Atenção Integral às Crianças e Adolescentes, que garante proteção social básica do acervo mais vulnerável da população. Um trabalho que tem sido reconhecido por instituições nacionais e internacionais como a Unesco e a Fundação Ação Educativa que, em 2009, concedeu a Olinda o selo Prefeito Amigo da Criança.

## SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA Mais vida para Olinda.

- Requalificação de unidades de saúde.
- Implantação de novas especialidades médicas na rede municipal de saúde.
- Inauguração do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD).
- Realização de tratamentos na área de fisioterapia e implantação de Leitos Especiais de Atenção à Criança com Doenças Faltantes e Vigilância Nutricional das Crianças.
- Implantação do Núcleo de Educação em Saúde e do Núcleo de Prevenção de Acidentes e Violência.

## DESENVOLVIMENTO LOCAL. Mais oportunidades para Olinda.

- Regularização da Prefeitura Popular e dos Cartórios Constitucionais (sem anexo nº 01).
- Ordenamento de feiras e mercados públicos.
- Revitalização do área rural de Olinda sem enquadramento.
- Atração de novos empreendimentos, gerando emprego e renda.
- Crédito para pequenos e microempreendedores.
- Criação da Agenda 21 Olinda.

**OLINDA**  
Patrimônio da Humanidade



**PREFEITURA  
POPULAR**



Trechos de Thiago de Mello e imagens de Pedro Martinelli e Araquém Alcântara\*

# Amazônia:

*conhecer, preservar, desenvolver...*

**“É a Amazônia,  
a pátria da água”**

“Da altura extrema da Cordilheira, onde as neves são eternas, a água se desprende e traça um risco trêmulo na pele antiga da pedra: o Amazonas acaba de nascer. A cada instante ele nasce. Descende devagar, sinuosa luz, para crescer no chão. Varando verdes, inventa o seu caminho e se acrescenta. (...) Planície que ocupa a vigésima parte da superfície deste lugar chamado terra, onde moramos. Verde universo equatorial que abrange nove países da América Latina e ocupa quase metade do chão brasileiro” (MELLO, Thiago, 1984, p. 427).

\*MELLO, Thiago. *Vento geral: poesia 1951-1981*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.  
MARTINELLI, Pedro. *Mulheres da Amazônia*. Carapicuíba, São Paulo: Jaraqui, 2003.  
ALCÂNTARA, Araquém. *Amazônia*. São Paulo: Terrabrasil, 2005



*Índios Zo'ê exibem admirável confiança quando prontos para ir à caça.*



*Onça Pintada no Parque Nacional da Amazônia.*

“Mas contigo traz amor,  
para com dor aprender”

“A este universo de água e de terra, de rio e de selva, chegou o homem. É recente a sua chegada. Só há dez mil anos, já sabem os cientistas, chegaram os índios à Amazônia e dela fizeram a sua morada. É, portanto, esse o tempo de sua fundação, do seu verdadeiro começo: o homem chegando para permanecer e para amar” (Ibid, ibidem, p. 428).

“Iniciado há cinco séculos, o seu descobrimento ainda não terminou”

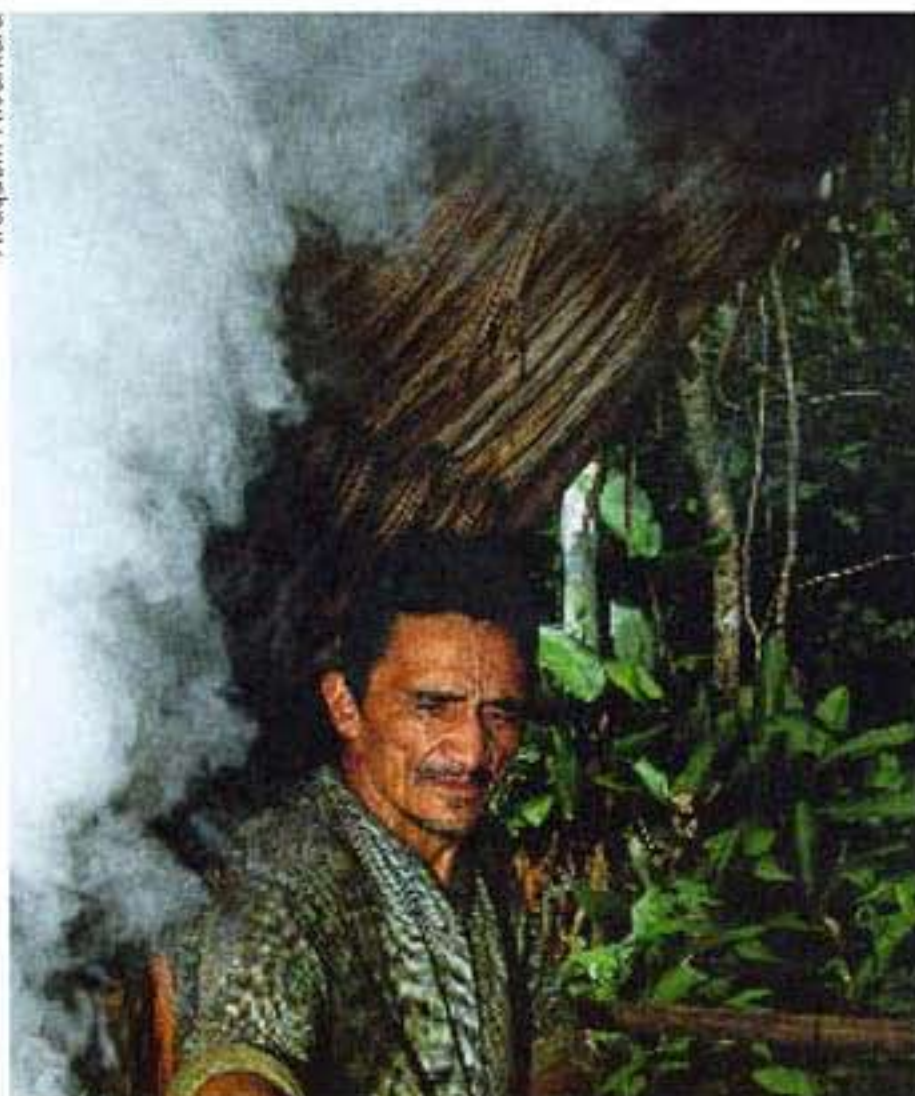
“Depois outros chegaram. Os chamados brancos, com a cruz e o arcabuz, e o sangue que ia ajudar a compor uma nova etnia, ao longo de quatro séculos de aventura humana. Aventura que se prolonga, ainda hoje, marcada pelo signo do desamor. Só que mais feroz. Extração, saque, destruição, extermínio” (Ibid, ibidem, p. 428-9).



PFoto de arquivo - Revista Bonifácio

Massacre de 1963: índia cortada ao meio.

Araquém Alcântara



Seringueiro do Rio Jurua.

“A extração continua...”

“Olha aqui comigo, mesmo de relance, a marca funda, conquanto suja, que deixou na vida e na alma da Amazônia a qualidade das seivas e gomas elásticas da selva. A borracha. A famosa *Hevea brasiliensis*, fundamento de todo um período histórico da vida social e econômica da região, durante o qual a Amazônia conheceu extremos de opulência e de miséria” (Ibid, ibidem, p. 436).

Madeira retirada como uma jangada: 23 mil km<sup>2</sup> por ano.



Foto Marcelo Savão / Agência O Globo

“Eram toras e toras cobrindo grande extensão...”

“Cada dia aumenta mais o desflorestamento. A floresta amazônica, fragmentada em toras de madeira, espremida na superfície dos compensados, hoje é levada para todos os lugares do mundo. Sucede que tantas vezes ela é simplesmente devastada, consumida pela ganância, que não pode perder tempo, das grandes empresas agropecuárias” (Ibid, ibidem, p. 439).



Araquém Alcântara



Em Parintins, Amazonas, o bloco Garantido exalta os símbolos da floresta.

“Agredida, violentada, a floresta se defende...”

“Defende-se com os poderes de encantamento dos lendários habitantes da selva. O matitapereira, o curupira, o mapinguari. (...) Mas a floresta, sobretudo, se defende com a sua fauna, que dela faz morada e cidadela. A fauna defende a flora e se defende” (Ibid, ibidem, p. 446-7).

“No céu dos índios (...) já se apagaram as últimas estrelas...”

“Eles eram mais de um milhão quando aqui chegou o colonizador europeu. De extermínio em extermínio, depois de quatrocentos e tantos anos, hoje eles não chegam a cinquenta mil. E, desses, quase todos já perderam, feridos fundamentos na essência dos valores de sua etnia, a sua própria condição de índios. Uns poucos ainda resistem...” (Ibid, ibidem, p. 449).

Araquém Alcântara



Durante cerimônia sagrada, velho índio Tariano traz sua música.

Pedro Martinelli



Pedro Martinelli



A quantidade de saliva da mulher determina o grau de fermentação do beiju.

“(...) então sorriu, era um sorriso, sim, o sorriso mais dolorido que já vi”

“É principalmente nas crianças que se percebe a marca maligna que vinca a vida do habitante humano do interior da Amazônia: a marca da subnutrição. Rodeado de luz, o ser se encolhe na sombra cavada pelo que lhe faltou” (Ibid, ibidem, p. 457).

Pedro Martinelli



“Maior e mais antiga que a da floresta é, contudo, a devastação do seu habitante humano”

“O caboclo, o ribeirinho, o homem do interior. O cativo resignado. (...) Subo o barranco e entro num galpão de palha e chão de barro batido: é uma casa de farinha. Lá dentro encontro duas caboclas trabalhando, crianças espalhadas ao redor. (...) São magras, a pele tostada de sol, os zigomas salientes, os cabelos lisos e negros caindo nos ombros. No fundo das pupilas, o brilho sinistro da fome. Contudo, são ágeis essas duas mulheres. Os braços se movem, bailando no ar...” (Ibid, ibidem, p. 453).

“A Amazônia já não é mais a região misteriosa de antigamente, um exótico celeiro de lendas”

“Muito dela ainda está por ser descoberto. Mas muito já se sabe. (...) De muita ciência ainda se precisa para alcançar o conhecimento de técnicas que favoreçam o uso justo e adequado. Mas não só de ciência. É de consciência a nossa precisão maior. (...) para ajudá-la a viver, a fim de que ela possa ajudar melhor o homem, quero dizer, a humanidade” (Ibid, ibidem, p. 458-9).

Funcionária da Petrobras.

Pedro Martinelli



# Rio-lato

*de viagem sincrônica às ilhas da*

*criaturada grande*

*(sobre o centenário de Dalcídio Jurandir)*



Dalcídio.

JOSÉ VARELLA PEREIRA

**Janeiro de 2009 marcará o centenário de nascimento de Dalcídio Jurandir, destacado escritor brasileiro nascido no Pará. Os preparativos das comemorações desse centenário seguem um ritmo traçado e é grande a expectativa. Veja aqui um ensaio livre sobre o III Colóquio Dalcídio Jurandir, realizado em Belém e Ponta de Pedras (de 14 a 18/6/2007), sob o título “A Literatura no Arquipélago Marajoara de Dalcídio a outros escritores”**

“Uno precisa salir de su aldea para descubrir el mundo, y saber que el mejor lugar del mundo es su aldea.”

(David Cabrera, em conversa de compadre com José Varella, na Ilha do Diabo, 1985)

**Aleph: o problema das Origens e o destino do caroço de tucumã de Alfredo**

“Nenhum vento será favorável àquele que não tem um porto”

(Provérbio grego)

**A**ruak – paresque – é o *aleph* marajoara (voz e figura estúrdia do pequeno batráquio totêmico, mais tarde signo do matriarcado que pariu o emblemático muiiraquitã na Guiana brasileira? Da onomatopéia da jia à magia da proso-popéia! Vigia..., palavra-chave que abre o coração do segredo e revela o mito seminal da Primeira Noite do Mundo. Por ela (objeto do *nigredo* psicanalítico de Jung), *havera* de se chegar – talvez – ao fundo abissal do inconsciente coletivo, no indivíduo *caboco* (*caa boc*): saído do mato, *medium* entre a civilização e a barbárie.

O menino Alfredo (*alter ego* de Dalcídio Jurandir: *ma non troppo*) sonda o futuro das crianças da Amazônia: obstinado sonho de libertação através da escola do Professor Chiquinho Leão, busca novos rumos com a magia da semente de palmeira espinhosa (*Astrocaryum vulgare*). Porto imaginado além da foz daquele rio Arari... Porta estreita pela qual *havera* de passar e descobrir o mundo lá fora, conquistar a Cidade grande e a Terra-Firme (continente)...

Pulsão vital da primitiva diáspora, desde a noite dos tempos no coração da África, mãe de todas culturas e espírito das viagens... A grande serpente mãe dos homens: o espaçotempo que se reduz a uma ilha filha do rio-mar, dentro desta uma insula *jita* (a ilha do Quati?) que se transforma em Cobra grande e navio encantado. No fundo o rio, a terceira margem, esconde um caroço de tucumã, dentro dele a Primeira Noite, diz-que.

Geração espontânea do jogo infantil, adivinhação do pirralho Alfredo que assim foge do laço da Cobra grande: a injustiça social na maior ilha marítimo-fluvial do Planeta. Foi, portanto, rica em intuição e felicíssima a frase de Jorge Amado ao saudar seu camarada Dalcídio, chamando-o de "índio sutil" na entrega do prêmio *Machado de Assis* 1972, sessão solene da vetusta Academia Brasileira de Letras, fundada no Rio de Janeiro, pelos amazônidas paraenses Herculano Inglês de Souza e José Veríssimo, dentre outros brasileiros ilustres liderados pelo autor de *Dom Casmurro*: sincronidade *oblige*...

Filho da preta discriminada do Campinho com o branco descendente de emigrante cristão-novo, o marajoara **Dalcídio José Ramos Pereira (10/1/1909 – 16/6/1979)**, nascido na Vila de Ponta de Pedras e criado na Vila de Cachoeira, à força do meio ambiente e da cultura local "indianizou-se" – até o talo! – de tal arte, que hoje se poderá dizer que ele incorporou a oralidade remanescente da Língua-Geral e através do bárbaro esperanto tupinizado, em meio à babel de arcaísmos lusos e dialetos afros veio a inserir na literatura brasileira o falar marajoara herdado, paresque, de derradeiros vocábulos *aruã, anajá, mapuá, guaianá, mocuã, yona, samana-já, maruanã* e outros povos confederados sob ró-

tulo pejorativo de "nheengalbas", progenitores dos caboclos.

Nome pelo qual o inimigo tupinambá estigmatizou os marajoaras que lhe embargavam a passagem, em árdua e sangrenta peleja pela conquista do paraíso no "Araquiçaua"; antes do Bom Selvagem vir depor armas no Rio dos Mapuá (município de Breves), no dia **26 de Agosto de 1659**, sob alto patrocínio da Companhia de Jesus na pessoa do venerável *Payaçu*, Antônio Vieira, esperança da prometida e jamais cumprida Lei de Abolição dos Cativeiros, de 9 de abril de 1655.

No que toca ao secreto desejo do coração apostólico do jesuíta, o chão de Dalcídio, há três séculos, foi cenário de visões sebastianistas do Quinto Império do Mundo; esta sublime loucura sem a qual não haveria outras mais nestas paragens brasileiras, inclusive a última que é, precisamente, este estúrdio relato para todos e para ninguém.

*Antão*, a primeira pegada neste espaçotempo, paresque, deixou rastro do primeiro passo (para não dizer remada) da primeira gente – por necessidade e acaso – quando saiu do útero da mãe Terra (pelo buraco sagrado, lá nos confins do Rio Negro, onde os Aruak vieram ao mundo). Dali, há milhares de sóis e luas, os antepassados deram partida à história amazônica em círculos concêntricos desde o *aleph* rionegrino – Uruna, Guainía – águas abaixo do Uaupés ao Amazonas e arriba ao Orenoco pelo canal de Cassiquiare (*cacique ari*, "rio do cacique"): cursos da dispersão *circum-caribe*. Fomos até à extrema ilha do mar das Caraíbas seguidos pelos *Kalina* com os quais pelejamos em guerra canibal. Fomos canibalizados em mãos dos ditos cujos e dos *Cariuás* (brancos) assassinos, desde a chegada de Colombo. Voltamos à Terra-Firme já povoada e assim chegamos a estas ilhas filhas do rio grande e do vasto Oceano: *Analaú Yohynkaku* dos Aruã; Marajó chamado pelo inimigo Tupinambá...

### Relato ligeiro do terceiro Colóquio

O preâmbulo é para não dizer que Jorge Amado se enganou de endereço ao chamar Dalcídio Jurandir de "índio sutil"... Pois, em

Marajó, um branquelo é semelhante a “negro da terra” e um índio pode ser branquizado de baixo da pele de caboclo. Nada mais natural, portanto, que afro-descendente possa ter alma e coração de índio... Foi o caso do criador de Alfredo: ademais, meio-irmão de Eutanazio (retrato falado do índio desajustado no mundo dos brancos)...

Vamos ao colóquio, sem esquecer as fases precedentes dos estudos dalcidianos até o primeiro e segundo colóquios. Convém tomar pé, pelo menos, a partir da fundação do Instituto Dalcídio Jurandir (IDJ), no Rio de Janeiro, e o beneditino trabalho do Professor Doutor Gunter com seus alunos até a criação da *Associação dos Professores Para Estudos Literários – Dalcídio Jurandir (ASPEL-PP-DJ)*, em Ponta de Pedras, chegando à constituição pela Prefeitura Municipal de Cachoeira do Arari em parceria com o Museu do Marajó, [www.museudomarajo.com.br](http://www.museudomarajo.com.br), da *Comissão do Centenário de nascimento de Dalcídio Jurandir* e revitalização da academia do Peixe-Frito, em Belém, iniciativa do projeto *“Universidade Livre Marajó-Amazônia (Unilivre-MAM)”*, [www.unilivre.org](http://www.unilivre.org), oriundo da experiência do Grupo em Defesa do Marajó (GDM), fundado em parceria da SOPREN, com ajuda da Pró-Reitoria de Extensão da UFPA, em 20 de dezembro de 1994.

Com o *ajuri*, ou mutirão dalcidiano, a SECULT atendeu ao pedido do comitê gestor da Comissão do Centenário DJ 2009 (CGDJ) para albergar, temporariamente, o dito comitê instalado em sala no andar térreo do CENTUR, em Belém.

O terceiro Colóquio foi precedido por sessão de especial no Instituto de Artes do Pará (IAP), Belém, iniciativa do gerente de Literatura do Instituto e membro do CGDJ, o escritor Vicente Cecim. Vídeo com entrevista de Willi Bolle, da USP, no programa Sem Censura Pará (TV Cultura canal 2) deu início à sessão. Dela podemos reter o parecer: *se o Brasil tivesse retirada a Amazônia de seu território sentiria uma enorme perda, porém no que concerne à literatura não perceberia quase nada.*

Com isto, o especialista alemão de Guimarães Rosa queria lastimar o desconhecimento do Brasil a respeito dos escritores amazônidas, notadamente Dalcídio Jurandir considerado à altura dos mais renomados romancistas do País e até mesmo do

exterior. Walcyr Monteiro abordou a contribuição do romance de DJ na transposição da oralidade para a escrita; Gunter lembrou a retomada dos estudos dalcidianos pela revista *Asas da Palavra*, da Unama e o primeiro Colóquio; Vicente Cecim tocou no aspecto da divulgação da obra pela valorização primordial do personagem Alfredo; Walkíria Pereira Casanova e José Varella deram notícias do autor em relação a sua família em Belém e Marajó. Foi exercício de aviamento da viagem no dia seguinte.

### Viagem ao chão natal de Dalcídio

O barco regional “Luiz Guilherme” partiu do Porto do Sal (anexo Brilhante) em direção a Ponta de Pedras, na ilha do Marajó, sexta-feira, dia 15 de junho, às 13 horas. A bordo entre os passageiros: Gunter Pressler, Vicente Cecim, Jonas Furtado, Bruno Cecim e José Varella repetiam pelo “método” de conversa de compadres mais uma rodada espontânea do que se considera a verdadeira “universidade livre”, professada toda primeira sexta-feira de cada mês na academia do Peixe-Frito (Hotel Ver-O-Peso)...

Com a conversa de compadres, as três horas de travessia voaram em ondas filosóficas e logo o “Luiz Guilherme” estava entrando pela boca do Marajó-Açu e atracava no porto da cidade. Não sem antes o viajante Gunter localizar na margem, pouco acima do sítio Recreio Malato, a entrada obscura do rio Paricatuba, onde Missunga e Alaíde deram curso ao romance *Marajó*, completando 60 anos agora em 2007. Na recepção Angelina Rodrigues, Marlene Sarges, Jorge Batista e outros membros da ASPELPP estavam a postos. Logo mais, chegada da delegação de Cachoeira do Arari com trinta pessoas, conduzida pelo secretário de cultura e turismo, Adriano Figueiredo.

Abertura do colóquio, às 20 horas desse mesmo dia, na sede da Associação Musical Antônio Malato (AMAM), vizinha ao Espaço Cultural Dalcídio Jurandir – feliz coincidência, ambos prédios construídos em terreno que foi outrora o chalé de residência do capitão Alfredo Nascimento Pereira e sua primeira mulher, a tapuia e sua ex-aluna Antônia Silva; e casa onde José Varella passou grande parte de sua infância e

juventude. Após formalidades de praxe, Vicente Cecim apresentou sua contribuição com considerações para melhor divulgação da obra. Em seguida o grupo coreográfico Ester Mouta exibiu-se colhendo aplausos, enquanto amostra fotográfica sobre a memória da cidade, organizada pelo professor Edinelson Castro, tinha lugar na galeria da AMAM.

No dia 16 – 28º aniversário de falecimento de DJ – deu-se continuidade ao colóquio, a partir das 8 horas; com Gunter Pressler abordando o tema “O romantismo nas obras de Dalcídio Jurandir”, seguido de debate. Apresentaram suas contribuições o poeta Antônio Muribeca, que falou sobre o poeta Joaquim Felismino e sua militância em defesa da vila de Camará. Tadeu Gama fez exercício comparativo da denúncia social nas obras de DJ, João Viana e Giovanni Gallo. Socorro Macedo discorreu sobre a influência da água na narrativa de DJ. Dilma Meireles abordou o potencial da obra dalcidiana como produto para turismo literário, como expressão comunitária e inclusão social coerente com o escritor marajoara. A vereadora Ruth Helena Maia informou sobre seu trabalho legislativo para reconhecimento da ASPELPP-DJ como utilidade pública municipal; bem como Jonas Furtado, discorrendo sobre sua experiência pedagógica e literária com foco no romance *Marajó*, além de outras apresentações previstas no programa. E o poeta e filósofo Antônio Juraci Siqueira veio de Belém para participar do colóquio, sendo saudado em sua chegada.

À tarde, Jorge da Costa Batista fez leitura de conto de sua autoria denominado *Caroço de Tucumã*; precedido de palestra de José Varella sob o tema “O caroço de tucumã na literatura paraense”, a partir duma interpretação do mito da Primeira Noite do Mundo. O vereador Emiliano Ribeiro comentou a lei de sua autoria criando a “Bienal de Cultura” do município. Antônio Juraci Siqueira fez apresentação da poética cabocla recebendo demorados aplausos. Seguiram-se diversas intervenções de membros da Comissão do Centenário de DJ (2009) e entrega de réplicas do “caroço de tucumã de Alfredo” pela Secretaria de Cultura e Turismo de Cachoeira do Arari aos anfitriões e convidados.

No encerramento do terceiro colóquio, ocorreu bela surpresa com apresentação do jovem grupo de teatro de Cachoeira do Arari encenando trecho do romance *Marajó*. Aluna da escola de música de Ponta de Pedras deu magnífico *show* de flauta, enquanto a compositora Jesus Rodrigues empolgou o auditório com seu violão lançando nova canção com tema no romance dalcidiano. O momento alto foi o esperado *show* musical de Zezinho Viana e a apresentação do Boi Prata Fina que colheu muitos aplausos.

### Considerações finais

Foi programada sexta-básica da academia do Peixe-Frito para o dia 06 de julho, a fim de examinar possibilidade de excursão ao rio Paricatuba (Ponta de Pedras) comemorativa aos 60 anos do romance *Marajó*. Em princípio, o grupo poderia sair em barco de Belém ou ônibus até Barcarena para travessia a Ponta de Pedras. Com pernoite de sábado para domingo no sítio Recreio Malato, onde assistiria à ladaíinha tradicional de São Francisco de Borja e sarau. Na manhã seguinte realizaria passeio ecológico ao rio Paricatuba, com regresso a Belém previsto para segunda-feira às 6 horas.

Notável consenso foi obtido no terceiro colóquio sobre a necessidade de se buscar a sustentabilidade dos eventos, como modo de orientar a população para organização social tendo a cultura e o meio ambiente como elementos de geração de emprego e melhoria do IDH local. Para o que o apoio institucional do setor público e econômico do setor privado encontrem na comunidade disposição cooperativa e crítica construtiva favorecendo o desenvolvimento regional sustentável como um todo.

“Mestre não é quem ensina, mas quem de repente aprende” (João Guimarães Rosa)

---

*José Varella Pereira é professor da Unilivre-MAM/Belém, Pará. Autor dos ensaios Novíssima Viagem Filosófica (Belém, 1999) e Amazônia Latina e a terra sem mal (Belém, 2002); organizador do projeto “Universidade Livre Marajó-Amazônia” www.unilivre.org, membro da Comissão do Centenário de nascimento de Dalcídio Jurandir (2009) e assessor institucional do Museu do Marajó www.museudomarajo.com.br.*

# *A flor verde: um ensaio em ecologia*

MOISÉS DINIZ

**É necessário incorporar bandeiras ecológicas ao imaginário marxista, buscando compatibilizar o desenvolvimento com a defesa do meio ambiente, da vida e dos recursos naturais finitos**

Araquém Alcântara



*Cachoeira Pedra da Lua Branca em Presidente Figueiredo, Amazonas.*

**U**m mundo socialmente justo e economicamente sustentável é apenas uma utopia ou ele já se manifesta no horizonte estreito do capitalismo? O que é esse novo mundo e de quais partituras nasce a sua irreverente sinfonia? A história o alimenta, o contradiz ou é sua grande parteira?

Nesse novo mundo haverá harmonia entre o homem e a terra com os seus bens naturais e as forças produtivas da civilização. É possível, no século XXI, a instauração de uma sociedade desse tipo ou isso não passa de um sonho romântico das primitivas sociedades tribais? É pretensão romântica querer realizar neste tempo de lobos, de forma superior, o modo de vida de que desfrutava o homo sapiens arcaico?

Como dialogar, na Amazônia, sobre a utopia socialista e sustentável? É possível unificar o discurso sustentável ao socialista?

### Eles não são fraternos

Nunca na história da humanidade um modo de produção e de apropriação dos recursos naturais foi tão excludente e tão poluidor. O mundo atual é uma fábrica gigantesca e incontrolável de exclusão social e de degradação ambiental. O novo mundo, sustentável e socialista, terá de se confrontar com o mundo capitalista, sua brutal exclusão econômica e sua irreparável destruição do planeta, como fonte de vida para todas as espécies.

Alguns dados – aqui relatados a várias mãos – sobre a destruição das condições de vida do planeta Terra nos alertam para uma catástrofe de proporções inimagináveis.

O mundo cresce à razão de 90 milhões de pessoas a cada ano. Nessa projeção, a população do planeta poderá vir a se estabilizar em 11 bilhões de pessoas, por volta de 2100. Os padrões de produção e consumo no mundo, hoje, estão 20% acima da capacidade de reposição da biosfera – considerando a existência de mais de 1 bilhão de pessoas passando fome.

Entre 1500 e 1850 foi eliminada uma espécie em cada 10 anos. Entre 1850 e 1950, uma em cada ano. Em 1990 desapareceram 10 por

dia. Atualmente, cerca de uma espécie desaparece por hora. Entre 1975 e 2000 desapareceram aproximadamente 20% de todas as espécies de vida.

A partir de 1950 perdeu-se a quinta parte da superfície cultivável e das florestas tropicais. De 1970 a 1988 houve desmatamento de 20 milhões de hectares. Atualmente, em torno de 10 milhões de hectares são desmatados ou degradados por ano, o que representa uma área do tamanho de um campo de futebol a cada dois segundos.

A floresta amazônica está desaparecendo três vezes mais rapidamente do que na década de 1990. Vinte por cento dela já foram destruídos. Oitenta por cento das florestas originais já foram destruídos e somente 20% das florestas nativas permanecem intactos. Uma árvore é plantada para cada dez derrubadas. Nesse ritmo, a floresta tropical restante estará destruída até 2035. O planeta já perdeu metade de sua extensão florestal original, principalmente nos últimos 100 anos.

Para muitos cientistas esta é a maior onda de extinções desde o desaparecimento dos dinossauros há 65 milhões de anos. Quase 24% dos mamíferos, 12% dos pássaros e quase 14% das plantas enfrentam essa ameaça, em grande parte devido à destruição do seu habitat.

A cada ano perdem-se 25 milhões de toneladas de húmus por causa da erosão, salinização e desertificação e, devido à degradação do solo, o planeta perde por ano mais de sete milhões de hectares de terras cultiváveis.

Na última metade do século passado o mundo perdeu 62% de suas reservas de água potável. A quantidade de água potável acessível – seja em lagos, rios ou represas – representa menos de 0,25% do total de água doce. Em 1995, 27% da população da América Latina e do Caribe não tinham acesso a essa fonte vital. Estima-se que mais de 2 bilhões de pessoas no mundo não tenham acesso à água potável e mais de 5 milhões (um número dez vezes maior que o de mortos em guerras em todo o mundo), crianças na maioria, morram, a cada ano, de doenças causadas por água contaminada que provoca mais de 1 bilhão de enfermidades.



A cada ano 500 milhões de toneladas de lixo perigoso são produzidas no mundo. Apenas os Estados Unidos da América são responsáveis por 50% desse lixo! A biodiversidade dos ecossistemas de água doce diminuiu 45% de 1970 até 1996. Já o ecossistema marinho perdeu 35% de sua biodiversidade nestes mesmos 26 anos. O consumo de fertilizantes aumentou de 12 para 80 milhões de toneladas por ano no intervalo de 26 anos.

Desde 1950 em torno de 600 mil espécies têm desaparecido e cerca de 40 mil estão ameaçadas. O aumento da extinção pode ser agravado pelo desenfreado consumo humano, pela poluição dos recursos naturais.

De acordo com uma forte corrente de cientistas, a Terra ingressou numa nova era – o “antropoceno” – caracterizada por mudanças globais no meio-ambiente como produto da ação humana. Devido ao seu sucesso como espécie, os seres humanos se transformaram em uma “força geológica” de certa importância.

Estamos começando a pagar um alto preço pela crueldade imposta às árvores, aos animais e pela deterioração das condições de sobrevivência e da qualidade de vida de todos os seres que aqui habitamos.

### O bondoso lobo mau

Como frear essa destruição e iniciar a reconstrução das condições originais do planeta? O capitalismo é capaz de interromper a barbárie por ele mesmo criada contra os recursos naturais da Terra? Por que o planeta continua esquentando se, com apenas 1% do Produto Interno Bruto mundial, é possível reduzir entre 30% e 40% as emissões de carbono na atmosfera? Elas são uma das principais causas para o aquecimento global.

O capitalismo não tem cura! Destrói a Terra e suas fontes de vida, mas se movimenta dando a aparência de que quer salvá-la. Esse movimento tem um nome bonito e charmoso. Perfumado por “teorias” ambientais, e protegido por grandes corporações empresariais, o ecocapitalismo é um contra-senso e uma fantasia.

Os românticos acreditavam numa Terra sa-

dia, apesar da exploração de classe (escravista, feudal, capitalista). [O movimento de sustentabilidade atual os segue.] Ingenuamente, para parte substancial da humanidade, o capitalismo, que transformou os bens naturais em mercadoria, matará a sua própria filha: a poluição, em todos os seus ângulos.

O capitalismo se entrelaça no Paradoxo de Jevons, assim chamado depois de William Stanley Jevons ter publicado, em 1865, *A questão do carvão*. Segundo ele, a melhoria nos motores a vapor que diminuía a utilização de carvão por unidade de output também serviu para aumentar a escala de produção, pois mais e maiores fábricas foram construídas. Portanto, o aumento da eficiência na utilização do carvão teve o efeito paradoxal de expandir o consumo total de carvão.

Dessa forma, o problema ambiental do planeta não será superado nos marcos do capitalismo, com seu desenvolvimento das forças produtivas e com sua crescente evolução tecnológica. Bastaria o restante do mundo ter níveis de consumo semelhantes ao dos Estados Unidos e o petróleo acabaria em 30 dias. Enquanto, por exemplo, os milhões de carros particulares não forem substituídos por centenas de ônibus, trens e metrô de qualidade, a humanidade continuará sonhando em deter a inexorável destruição das condições de vida no planeta.

### Amor à primeira vista

Os primeiros críticos desse modelo de civilização capitalista foram os românticos: de Rousseau até nossos dias, o romantismo protestou contra a quantificação, a mecanização e o desencantamento do mundo, em nome de valores culturais, sociais, éticos pré-capitalistas. Leonardo Vieira e Cláudio Francisco Medeiros nos levam a uma viagem entre o romantismo e o marxismo, demonstrando que a perspectiva socialista morre em si mesma se não unir o desenvolvimento das forças produtivas à preservação dos recursos naturais.

Em *Tempos difíceis* – um dos romances preferidos de Karl Marx – Charles Dickens descreve a cidade industrial imaginária como uma “vilã cidadela” onde o “tijolo opunha uma resistên-

cia tão grande à entrada da natureza quanto à saída do ar e dos gases mortíferos”.

O socialismo e a ecologia são, cada um à sua maneira, herdeiros da crítica humanista. Seus objetivos comuns implicam a superação da racionalidade instrumental, do reino da quantificação, da produção como objetivo em si, da ditadura do dinheiro, da redução do universo social ao cálculo das margens de rentabilidade e à necessidade da acumulação do capital. Tanto o socialismo quanto a ecologia reivindicam valores qualitativos: o valor de uso, a satisfação das necessidades, a igualdade social para o primeiro, a salvaguarda da natureza e o equilíbrio ecológico para a segunda.

Dito isso, divergências de fundo têm mantido, até aqui, uma separação entre “vermelhos” e “verdes”, entre marxistas e ecologistas. Estes acusam Marx e Engels de produtivismo. Será que tal acusação é justificada?

Não, na medida em que – mais do que ninguém – foi Marx quem denunciou a lógica capitalista de produção, a acumulação do capital, das riquezas e das mercadorias como objetivo em si. A própria idéia de socialismo é de uma produção de valores de uso, de bens necessários à satisfação de necessidades humanas. Para Marx, o objetivo supremo do progresso técnico não é o crescimento infinito de bens [o ter], mas a redução da jornada de trabalho e o aumento do tempo livre [o ser].

Marx e Engels deixaram textos que mostram uma visão mais crítica das “forças produtivas”. Por exemplo, em *A ideologia alemã* há a seguinte informação:

“No desenvolvimento das forças produtivas chega-se a um estágio em que surgem forças produtivas, e meios de circulação, que só podem ser nefastos no âmbito das relações existentes e já não são forças produtivas, mas forças destruidoras [o maquinismo e o dinheiro]”.

Encontra-se, em *O Capital*, o célebre trecho sobre a agricultura capitalista:

“Assim, ela destrói não só a saúde física do operário urbano, mas também a vida espiritual do trabalhador rural. Cada passo dado em direção da agricultura capitalista, cada semente de fertilidade em curto prazo, constitui, ao mesmo

tempo, um agravamento na ruína das fontes duradouras de tal fertilidade. Quanto mais um país – por exemplo, os Estados Unidos – desenvolve-se na base da grande indústria, tanto mais rapidamente realiza-se esse processo de destruição”.

Portanto, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao mesmo tempo em que esgota as duas fontes de onde brota a riqueza: a terra e a força de trabalho.

Em *O Capital*, Marx não se limitou à análise das conseqüências da acumulação capitalista para o trabalhador, mas também para o próprio meio natural:

“Com o predomínio sempre crescente da população urbana, acumulada em grandes centros, a produção capitalista concentra, por um lado, a força-motriz histórica da sociedade, mas, por outro, dificulta o intercâmbio entre o ser humano e a natureza, isto é, o regresso à terra dos elementos do solo gastos pelo homem na forma de meios de alimentação e vestuário, ou seja, perturba a eterna condição natural de uma fecundidade duradoura da terra”.

Até mesmo em Engels, que celebrou amiúde o “controle” e o “domínio” humanos sobre a natureza é possível encontrar escritos que chamam a atenção, da forma mais explícita, para os perigos de tal atitude. Vejamos, por exemplo, o seguinte trecho do artigo “O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem”:

“Não devemos vangloriarmo-nos demais com nossas vitórias humanas sobre a natureza. Para cada uma dessas vitórias, a natureza vingava-se à nossa custa. É verdade que cada vitória dá-nos, em primeira instância, os resultados esperados, mas em segunda e terceira instâncias, apresenta efeitos diferentes, inesperados, que, freqüentemente, anulam os resultados já obtidos. As pessoas que, na Mesopotâmia, Grécia, Ásia Menor e alhures, destruíram as florestas para obter terra arável, nunca imaginaram que, ao eliminarem juntamente com as florestas os centros de coleta e os reservatórios de umidade, estavam lançando as bases para o estado desolador de tais países”.

E, mais adiante:

“Os fatos lembram-nos, em cada instante, que não reinamos, de modo algum, sobre a natureza como um conquistador reina sobre um povo estrangeiro à semelhança de alguém que estivesse fora da natureza, mas que fazemos parte dela como nossa carne, nosso sangue, nosso cérebro, que estamos em seu seio e que todo domínio sobre ela reside na vantagem que temos, em relação ao conjunto das outras criaturas, de conhecer suas leis e poder servir-nos dela de forma criteriosa”.

Não seria difícil encontrar outros exemplos.

### Socialismo num planeta destruído?

A necessidade de frear a destruição do planeta, mesmo nas condições do capitalismo, decorre da constatação de que o socialismo não se realizará no espaço vazio. Não haverá socialismo numa terra destruída, sem recursos naturais, para distribuí-los entre os homens. A água, o ar, as florestas e os recursos minerais precisam ser preservados e/ou repostos, em parte, para que se possa empreender sua distribuição. Os capitalistas – com seu estômago de lagarta – estão consumindo a riqueza que pertence ao homem, na sua forma universal.

O teórico marxista Michel Löwy nos brinda com um texto que exige uma reflexão sobre a aliança entre os comunistas e os ecologistas – entre “vermelhos” e “verdes”. O objetivo dessa aliança é expressar a necessidade de conter, nas condições do capitalismo, a destruição das riquezas naturais – ecologia – que pertencerão, no futuro, a todos os homens – socialismo.

A grande contribuição da ecologia foi – e continua sendo – levar-nos a tomar consciência dos perigos que ameaçam o planeta em conse-

qüência do atual modo de produção e consumo: o crescimento exponencial da poluição do ar, do solo, da água, a eliminação de espécies vivas, a desertificação das terras férteis, a acumulação de dejetos nucleares incontroláveis, a destruição em um ritmo acelerado das florestas, o efeito estufa e o perigo de ruptura da camada de ozônio (que tornaria impossível a vida orgânica no planeta) configuram

um cenário de catástrofe que coloca em questão a própria sobrevivência da humanidade. Estamos enfrentando uma crise de civilização, que exige mudanças radicais.

É preciso uma estratégia de aliança entre os “vermelhos” e os “verdes” – o movimento operário e a ecologia – e de solidariedade com os oprimidos e explorados do Sul.

A utopia revolucionária de um socialismo verde não significa que não se deva agir desde agora. Não ter ilusões sobre a possibilidade de “ecologizar” o capitalismo não quer dizer que não se

possa empreender o combate em favor de reformas imediatas. Por exemplo, algumas formas de ecotaxas podem ser úteis com a condição de que sejam aplicadas a partir de uma lógica social igualitária (fazer os poluidores pagarem, não os consumidores) – com a condição de que seja abandonado o mito do cálculo econômico pelo “preço de mercado” dos estragos ecológicos: trata-se de variáveis incomensuráveis do ponto de vista monetário. Temos uma desesperada necessidade de ganhar tempo e lutar imediatamente pela proibição dos CFCs que destroem a camada de ozônio e pela limitação severa das emissões de gás responsáveis pelo “efeito estufa”, assim como privilegiar os transportes coletivos em relação ao carro individual poluente e anti-social.



Coletor de piaçaba, igarapé da Anta, Serra do Aracá, AM.

O combate em favor das reformas ecossociais pode ser portador de uma dinâmica de mudança, de “transição” entre as demandas mínimas e o programa máximo:

- A promoção de transportes coletivos – trem, metrô, ônibus, bonde – baratos ou gratuitos como alternativa aos engarrafamentos e à poluição provocados nas cidades e zonas rurais pelo carro individual e pelo sistema dos transportes rodoviários;

- a luta contra o sistema da dívida e dos “ajustamentos” ultraliberais imposto pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países do Sul, com dramáticas consequências sociais e ecológicas: desemprego massivo, destruição da proteção social e das culturas alimentícias, assim como dos recursos naturais destinados à exportação;

- defesa da saúde pública contra a poluição do ar, da água (lençóis freáticos) ou da alimentação pela avidez das grandes empresas capitalistas; e

- a redução do tempo de trabalho como resposta ao desemprego e como visão da sociedade que privilegia o tempo livre em relação à acumulação de bens.

### **A deusa Amazônia em trabalho de parto**

Quando um ecossistema morre, ele morre para proprietários de meios de produção e para os não proprietários (ricos e pobres), mas isso não significa que o mundo acabará uniformemente para todos.

Aqui na Amazônia vemos de perto a destruição desses ecossistemas. Como meninos desarmados, sabemos o que fazer, mas não temos os meios. Identificamos na produção capitalista e no seu irracional consumo a fonte de toda a destruição. Alguns fenômenos são tenebrosos.

O gás carbônico está mudando o padrão de crescimento das árvores da Amazônia. Os cientistas suspeitam de que a elevação da concentração de gás carbônico esteja fertilizando as florestas e aumentando a competição pela luz, água e nutrientes no solo. Desta forma, as árvores grandes e de crescimento rápido têm uma vantagem.

Há muito a relatar, aqui, sobre os fenômenos estranhos que vêm ocorrendo na Amazônia. As condições originais de sua pujante floresta e de seus majestosos rios estão sofrendo uma mutação irreversível. Como uma criança atingida por gases mortais, a Amazônia se contorce em dor.

### **Meu futuro tem valor**

Nossa luta será conter a destruição das formas de vida ainda existentes e dos recursos naturais. Precisamos de alianças amplas em torno dessa luta. O capitalismo não fará concessões. Os capitalistas sabem que quem sofrerá, com a escassez de recursos naturais, são os pobres do Sul, da África, da Ásia e do Oriente Médio. Os ricos encontrarão formas de se proteger. São os pobres os verdadeiramente atingidos pela estúpida destruição das condições de vida no planeta.

Nessas condições adversas precisamos incorporar a nosso cotidiano político as principais bandeiras do movimento ecológico, mesmo reconhecendo sua limitação nas condições do capitalismo. Será fundamental a contribuição dos comunistas, ao interpor o componente socialista na luta pela preservação do planeta. Assim como será decisiva a incorporação das bandeiras ecológicas ao imaginário marxista, não permitindo que o desenvolvimento das forças produtivas cause sofrimento e morte às formas de vida indefesas e aos recursos naturais finitos.

O grande objetivo será acumular forças na luta ambiental e socialista, atraindo aliados para a grande tarefa de devolver o planeta a seus verdadeiros donos. Realizada essa tarefa, cuidaremos da Terra como um filho cuida de sua mãe. Nossa atenção estará voltada para as mais modernas tecnologias de utilização dos recursos naturais e, principalmente, para sua distribuição. O consumo será sustentável, na compreensão de que a Terra não é inesgotável, como uma mulher que, em determinada idade, cessa sua capacidade de reprodução.

---

Moisés Diniz é deputado estadual pelo PCdoB/AC.



Entrevista com Samuel Soares de Almeida

## *“Plantas do Futuro”: uma nova economia para a Amazônia*

POR JORNAL DA CIÊNCIA

**O** investimento em espécies características do Norte do país pode gerar riqueza e mudar o perfil das atividades extrativistas praticadas na região. “Queremos que a Amazônia deixe de ser o que tem sido hoje: um grande almoxarifado de recursos naturais”, afirma Samuel Soares de Almeida, pesquisador do Museu Paraense Emílio Goeldi e um dos coordenadores do projeto Plantas do Futuro. Para ele, esse pode ser o ponto de partida para uma nova economia na Amazônia, “uma economia do futuro, baseada na biodiversidade”. A seu ver, o investimento nessas plantas pode gerar 10 vezes mais riqueza do que a madeira e diminuir a pressão sobre os recursos naturais na região. Leia entrevista concedida pelo pesquisador ao Jornal da Ciência (da SBPC), durante a Reunião Regional da SBPC no Amapá, realizada em março último

*Como você define “plantas do futuro”?*

**Samuel Soares de Almeida** – Esse é um projeto que tenho no Museu Goeldi, apoiado pelo Probio, em que tentamos identificar um grupo de plantas de utilização econômica e com possibilidade de, em médio e curto prazo, reunir informações técnicas e científicas sobre elas, para que pudessem servir de oportunidades. A idéia é constituir um portfólio com essas plantas que poderiam interessar a investidores. São oito categorias de uso de plantas: medicinais, alimentícias, fibrosas, aromáticas, oleaginosas, forrageiras, ornamentais e biocidas ou tóxicas. Fizemos um workshop em Belém, separamos oito grupos de espécies afins dessas plantas, e a partir de uma lista inicial, conseguimos filtrar aquelas sobre as quais temos mais informações. Isso depois de fazer um levantamento preliminar de 2.000 espécies. Fizemos uma peneira até 650, e depois 100. São espécies sobre as quais existem mais informações técnicas suficientes para podermos compor portfólios, e que isso possa interessar a alguém que queira investir. Ou seja, plantas com potencial econômico forte, considerável, e com informações suficientes para quem possa investir no negócio. A idéia é que elas possam ser uma nova economia, uma economia do futuro, baseada na biodiversidade. Que possa ser uma economia diferente do extrativismo.

*E em alguma delas já existe investimento ou são totalmente novas nesse campo?*

**Samuel Soares de Almeida** – A maioria delas, principalmente as frutíferas e as oleaginosas, é de plantas já no mercado. Nós a consideramos plantas do futuro porque existe um potencial ainda inexplorado dessas es-

pécies; não estão exauridas em seu potencial econômico. Falta verticalizar o processamento dessas espécies e de seus produtos aqui na região, que é a questão da nova economia. Um exemplo é o açaí, hoje uma planta do presente, mas com um potencial muito grande de crescer no mercado. Nós ainda exportamos sua polpa bruta, os energéticos e bebidas estão sendo feitos no Sudeste, nos EUA, no Japão. Estamos exportando polpa de açaí, matéria-prima sem processar.

*E vocês querem mobilizar investidores com capacidade de criar e utilizar essas plantas na Amazônia?*

**Samuel Soares de Almeida** – Perfeito. A idéia é movimentar a economia da Amazônia



e manter a floresta em pé. A essas oito categorias de que falei não incluímos a madeira. Não que sejamos contra ela, mas para nós a vocação da Amazônia é florestal, e não pode deixar de ser florestal, em nome da madeira, da pecuária removermos toda a cobertura da floresta. As populações futuras daqui vão viver do quê? A vocação e fisionomia da Amazônia são mar-

cadadas pela floresta. Hoje há aproximadamente 400, 500 mil pessoas nos estados do Pará e do Amapá vivendo do açaí. Imagine quando conseguirmos concentrar pelo menos os dois andares dessa cadeia produtiva aqui na região? A meu ver, até diminuirá a pressão sobre os recursos naturais.

*Você tem algum cálculo de quanto isso pode gerar?*

**Samuel Soares de Almeida** – Tenho uma informação do professor Alfredo Roma, um economista da Embrapa, que mostra um cenário para 2050. Se conseguirmos na Amazônia alavancar essa economia – incluindo venda de car-

bono, agricultura em grande escala, que pode ser feita nas áreas já desmatadas, essa bioeconomia, com pólos de química fina, de indústria farmacêutica, cosméticos, biocombustíveis – seriam US\$ 50 bilhões, isso mais ou menos na metade deste século. É o equivalente ao que a Amazônia iria faturar nesse período com minérios – o carro-chefe dessa região hoje. Ou seja, queremos fazer com que a Amazônia deixe de ser o que tem sido hoje: um grande almoxarifado de recursos naturais. Em 10 anos, posso dizer com certeza que essa economia poderia gerar dez vezes mais riqueza e dinheiro do que gera hoje a madeira – em torno de R\$ 1 milhão por ano.

*Você diz que essa mobilização tem de estar ligada a políticas públicas, portanto, é uma ação de governo. Como o governo do Pará reage a isso?*

**Samuel Soares de Almeida** – Para mim, falta avançar muito nisso. Não existem políticas públicas para incentivar produtos florestais não madeireiros. Estamos querendo chegar pelo menos no pessoal do Instituto de Desenvolvimento Florestal (Ide-flor), criado agora devido à Lei de Gestão Florestal, editada no ano passado. Foi criado o Serviço Florestal Brasileiro em Brasília e o estado teve de criar seu instituto. Se não houvesse esse aporte legal nós ainda não teríamos. É um problema sério, os estados amazônicos estão sempre a reboque da legislação federal, não têm iniciativa própria. Um exemplo, a Zona Franca de Manaus, onde tem o distrito industrial, foi criada há 40 anos. Economicamente é um sucesso, o governo dá incentivo fiscal para se produzirem produtos eletro-eletrônicos. Por que o governo não poderia também adotar mecanismos de incentivo fiscal, políticas públicas para pólos de plantas aromáticas, oleaginosas e biocombustíveis?

*Nunca ninguém pensou nisso?*

**Samuel Soares de Almeida** – Nós pensamos, mas nunca conseguimos. Na verdade falta mais pressão da sociedade. O que existe aparece por geração espontânea, o empresaria-

do se une. Hoje, temos uma das maiores áreas de plantio de dendê da Amazônia na região entre os municípios de Moju e Acará. Os empresários foram lá, foi feito um zoneamento pela Embrapa – que viu que a terra era propícia – e começaram a plantar. Hoje já tem indústria beneficiando. Pode até ter empresa lá incentivada pela antiga Sudam, pelo Basa, mas não partiu de uma política pública. Só depois o governo se interessou e deu incentivo. A mesma coisa com os sistemas agro-florestais da colonização japonesa, em Tomé-Açu, no nordeste do Pará. Há 70 anos o município foi colonizado pelos japoneses, hoje são cerca de 30 a 40 mil. É incrível como eles conseguem, numa área de solos pobres, ser tão produtivos como quem está num solo de terra-roxa. Isso só com o sistema que eles manejam. Implantaram sistemas agro-florestais, os Safis, onde plantam culturas anuais, como abacaxi, e misturam com pupunha, cupuaçu. Eles têm uma cooperativa, e num módulo de 50 hectares conseguem ter um padrão de vida equivalente ao do fazendeiro que está logo ali em Paragominas, e que precisa de mil, dois mil hectares para ter um padrão comparável ao daqueles japoneses. Estão ali há 70 anos e continuam naquela mesma região.

*E assim como eles não saem, deve ter muita gente querendo ir para lá...*

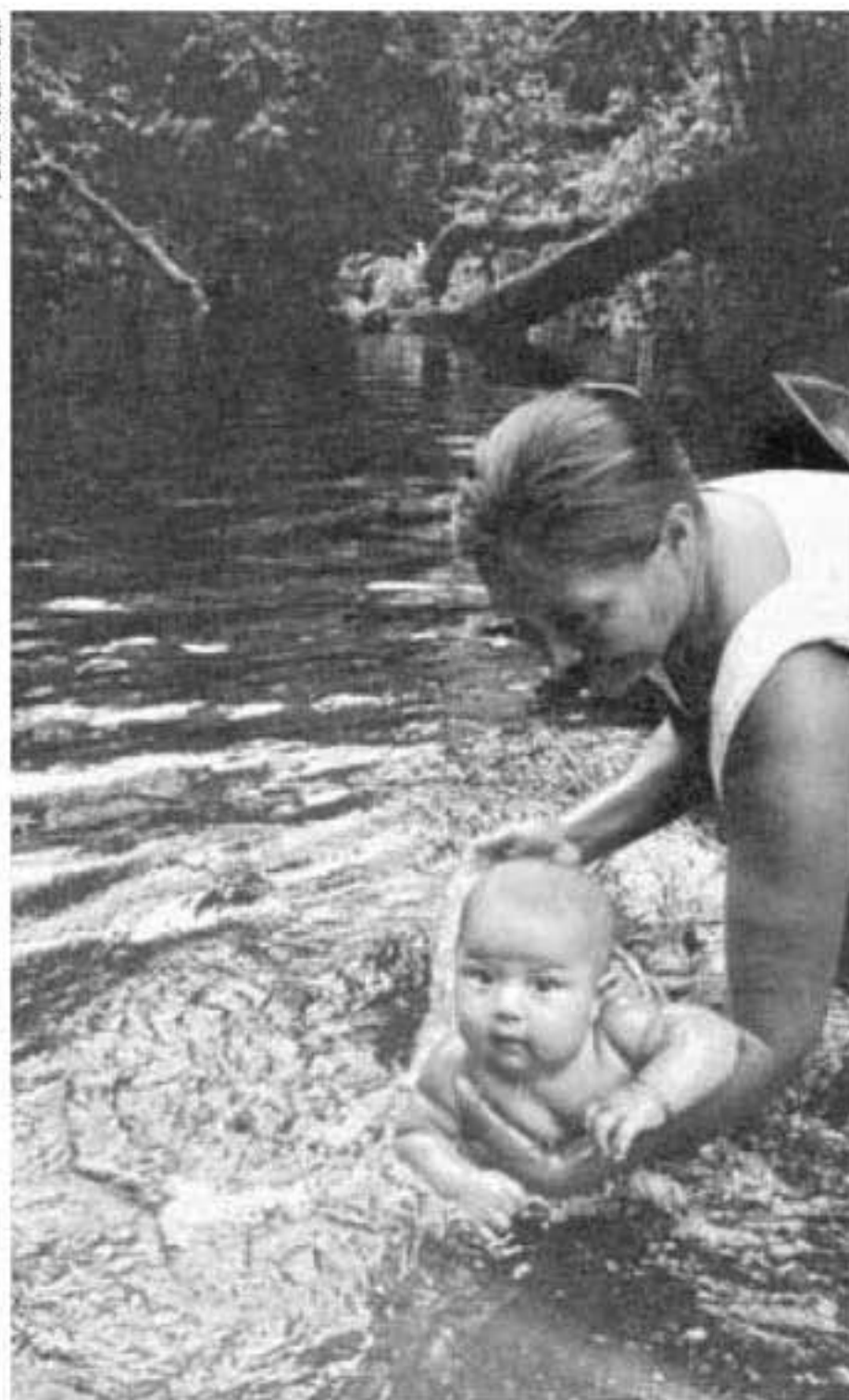
**Samuel Soares de Almeida** – Exato. Por isso que eu digo, essa nova bioeconomia da Amazônia pode gerar um movimento contrário, de antiêxodo rural. Ou seja, as pessoas vivendo miseravelmente, que saíram de suas cidades e moram hoje na periferia de Manaus, Belém, Santarém, podem fazer o caminho inverso e voltar para suas regiões. Logicamente, haverá uma descentralização dessa urbanização da região amazônica com isso, mas a meu ver será melhor. Se alguém vai de Tomé-Açu ou de Castanhal para Belém é para estudar. O japonês manda o filho para ser agrônomo, engenheiro florestal. (...)

*Entrevista publicada originalmente na edição nº 565, de 13/4/2007, do Jornal da Ciência (boletim impresso da SBPC).*

# Seqüestro de carbono e bolsa floresta - uma boa notícia

DA REDAÇÃO

Pedro Martinelli



*Cuidado com as novas gerações.*

**É necessário dar aos verdadeiros guardiões, aos zeladores da floresta, ou, melhor dito, aos nossos povos da floresta, as condições de vida que um povo merece e precisa para sobreviver**

**O** governo do Amazonas sancionou uma lei que define a Política Estadual de Mudanças Climáticas. Com isso, criou a primeira legislação brasileira sobre seqüestro de carbono e instituiu um Fundo especial para sustentar o projeto Bolsa Floresta, destinado a transformar o homem que cuida da mata em parceiro do desenvolvimento sustentável da região. São medidas de grande impacto, que contam com apoio de movimentos ambientalistas e passam a ser referência para todo o país.



Como parte dessas iniciativas o governador Eduardo Braga assumiu, em Manaus, o comando do Movimento Nacional Sócio-Ambiental do PMDB, que pretende envolver os membros dessa legenda em torno de uma questão programática importante para todos: a preservação do meio-ambiente.

Em discurso Braga agradeceu pelo apoio ao presidente Lula, que ajudou a prorrogar o modelo Zona Franca de Manaus até 2023, indispensável para a conservação de 98% da floresta do estado, e lamentou-se por ainda hoje tal fato não ser reconhecido pelo protocolo de Kyoto de forma a gerar uma remuneração justa ao povo da região pelo seqüestro de carbono.

“Cobrar a responsabilidade dos países mais ricos é cobrar condições para o Amazonas, que está fazendo o seu dever de casa, alcançar recursos suficientes e necessários para dar aos verdadeiros guardiões, isto é, aos zeladores da floresta, ou, melhor dito, aos nossos povos da floresta, as condições de vida que um povo merece e precisa para sobreviver”, afirmou.

Braga disse, ainda, não conseguir compreender como no Terceiro Milênio, quando a floresta amazônica produz tantas riquezas, 5% do povo do Amazonas ainda contraem malária todos os anos.

“Hoje o Amazonas decreta, por meio da sanção de uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, a quem quero prestar minhas homenagens aos deputados que entenderam nosso desafio e aprovaram dois textos importantes”, argumentou.

Depois pontuou algumas ações já colocadas em prática pelo seu governo, comprometido com os povos da floresta, a preservação ambiental, a evolução tecnológica e o bem-estar do planeta, e deixou claro que é possível conciliar desenvolvimento com preservação ambiental, sem dispensar atenção especial ao social.

“Essa lei estadual criou os nossos serviços ambientais. Se nós temos carbono, carbono é um produto. Se nós seqüestramos carbono, seqüestro de carbono é um serviço. Sem estruturar um produto e um serviço nós não poderíamos, além da lei de mudanças climáticas, criar um fundo que vai financiar o Bolsa Floresta, que vai estabelecer o desafio do desmatamento

zero nas unidades de conservação do Estado do Amazonas”, explicou.

O governador lembrou, ainda, que hoje a floresta pode ser uma fonte inesgotável de recursos para a sustentabilidade e o financiamento de um modelo de emprego, renda e ocupação econômica.

“Não é justo que nos cobrem, exclusivamente, nossas obrigações e nossos deveres para com a floresta. É necessário que nos remunerem, que nos dêem as condições para que o povo da floresta possa viver com dignidade. O Amazonas no dia de hoje, antes de mais nada, diz sim ao povo amazonense, diz sim aos verdadeiros donos da floresta do Estado do Amazonas, diz sim aos homens e mulheres que ao longo da sua vida, da sua existência, preservaram, conservaram e nos ensinaram a trabalhar o maior patrimônio da humanidade. A eles o nosso muito obrigado e ao povo brasileiro o nosso desafio de fazer com que o homem e a natureza sejam um exemplo para o Brasil e para o mundo”, completou.

### **Meta do “Bolsa Floresta” é atender 60 mil famílias**

Segundo o governador Eduardo Braga, o Bolsa Floresta beneficiará, nesta primeira fase, 8,5 mil famílias habitantes das 31 unidades de conservação ambiental do Amazonas, totalizando 17 milhões de hectares. O Governo repassará R\$ 50 todos os meses às famílias que têm o compromisso de utilizar racionalmente os recursos naturais, por meio de técnicas de manejo. A meta é atingir 60 mil famílias até 2010.

O Bolsa Floresta é um fundo a ser constituído a partir da remuneração pela prestação de serviços ambientais. “As florestas do Amazonas prestam um bem ao meio ambiente funcionando como um grande refrigerador da Terra. E a preservação dessas florestas acontece graças à presença de homens e mulheres que habitam essas matas. Com o Bolsa Floresta será arrecadada verba a ser repassada para essas pessoas a fim de que elas tenham melhor qualidade de vida”.

*Da redação, Edvar Luiz Bonotto.*

# *Hegemonia e poder local no Brasil*

*(Notas a partir de alguns conceitos de Gramsci)*



LINCOLN SECCO

**A hegemonia da burguesia brasileira a partir da República Velha é mais domínio que direção, mais coerção do que consenso**

**C**ostuma-se dizer que o Brasil não conheceu terremotos nem revoluções. As diferentes rebeliões nativistas do período colonial e os motins da regência não serviriam como exemplos revolucionários de uma classe burguesa ascendente. Todavia, os intelectuais acadêmicos procuraram estabelecer uma outra via para a Revolução Burguesa no Brasil: ela seria um processo multissecular, inacabado e cujas tarefas

democráticas negadas pela burguesia se tornariam exigências socialistas, para usar a expressão do maior sociólogo brasileiro que escreveu sobre o assunto: Florestan Fernandes.

Essa “realidade” se caracterizou, entre outras coisas, pelo fato de nunca termos tido uma Revolução digna desse nome e que fosse baseada na primazia dos momentos da ruptura. O que tivemos foram processos fundados na predominância dos momentos de continuidade. A modernização brasileira encerra, portanto, problemas presentes herdados desse passado que continua. Alguns desses problemas: o monopólio de poder e violência nas mãos de setores normalmente contrários a todo mudancismo; a centralização do poder político aliada a uma violência disseminada contra os trabalhadores rurais e urbanos nos locais de trabalho, nas manifestações de rua, nas fazendas, nos municípios menores etc; a dificuldade de internalização da lei e das instituições segundo os critérios de uma República burguesa impessoal; a passividade política da população, quebrada por movimentos radicais esporádicos ou por transferência da sua alta capacidade de mobilização para outros fins mais ligados ao cotidiano, à comunidade e ao lazer e menos às grandes mobilizações partidárias e sindicais.

A passividade, diga-se desde já, não seria inerente aos brasileiros, mas uma manifestação da forma de hegemonia das classes dominantes no Brasil. Forma esta que prefere o uso da violência associada à cooptação de indivíduos e pequenos grupos ao reconhecimento de espaços legalizados (ainda que subalternos) para a oposição. Impedindo a legalidade do oponente, os de cima não convidam a população à organização. Isso se reflete mesmo na organização das classes dominantes que, historicamente, preferiram mais o jogo da coterie (grupo de afinidades locais ou familiares) do que da classe social. Os exemplos são muitos em nossa história.

### Corporativismo e localismo

Quando Gramsci estudou o Renascimento, observou que a Itália fracassara em seu projeto unitário. Ao contrário dos grandes Estados ter-

ritoriais formados nos séculos XV, XVI e XVII, como França, Espanha e Inglaterra, a burguesia italiana não pôde superar seu momento egoístico e corporativo para operar uma catarse, termo pelo qual ele queria designar a “a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político” (1). A força das cidades italianas era tão imponente que nenhuma delas era capaz de aceitar a direção de outra. Ao mesmo tempo, o equilíbrio de forças não permitia o surgimento de um território capaz de realizar no século XVI a obra realizada por Piemonte no século XIX. A burguesia de cariz local não era capaz de fazer sacrifícios de natureza econômica e corporativa para se tornar classe nacional.

Quando voltou-se para o Risorgimento, processo de unificação italiana do oitocentismo, Gramsci estabeleceu a diferença entre o padrão de desenvolvimento histórico francês e o italiano. Ele percebeu que na França o partido jacobino pôde e quis dirigir o campo a partir da cidade de Paris, aceitando as reivindicações camponesas e abolindo os chamados direitos feudais. O Estado Nacional foi unificado a partir de uma capital revolucionária. Na Itália, a revolução foi contida e a restauração se impôs. Assim, as cabeças mais valiosas do partido radical foram absorvidas molecularmente pelo grupo dirigente (fenômeno chamado transformismo). Portanto, segundo sua análise e em palavras simples, a Revolução Passiva, ou “revolução restauração”, implicava uma incorporação de impulsos e demandas provenientes de baixo, mas absorvidos e parcialmente neutralizados a partir de cima.

Ocorre que a unificação italiana foi feita por um grupo que apareceu na forma de um território ou Estado pré-existente: o Piemonte. Ele funcionou como uma classe ou um grupo dirigente, dizia Gramsci. Sem uma composição demográfica racional e com a existência de numerosas camadas “parasitárias” no campo e em cidades como Nápoles, o Piemonte garantiu um sistema em que o norte se industrializou e o Estado unitário forneceu os cargos para os “intelectuais” do sul.

De maneira semelhante São Paulo e Minas Gerais, a partir da República Velha, combina

ram a influência sobre o governo federal com a manutenção tanto do poder local quando das “indicações” locais e regionais para os numerosos cargos de confiança na máquina pública em todo o território nacional. O Estado distribuía favores a protegidos dos coronéis, em geral seus parentes ou elementos próximos das classes médias e da pequena burguesia, as únicas camadas que também podiam participar da vida política. Para a camada cafeeira dominante interessava apenas uma política de câmbio baixo e a manutenção da arrecadação estadual do imposto de exportação, o que garantia um orçamento grande para São Paulo. Os industriais, contentes com o câmbio baixo, pediam ainda tarifas protecionistas e aumentavam sua produção nas épocas de rápida substituição de importações, como durante a Primeira Guerra Mundial. As demais classes só existiam passivamente diante do poder “republicano”.

A hegemonia passiva – que não levava as massas a um consentimento ativo e participativo na vida civil – seria o corolário de um sistema que não podia nem ser permanentemente ou inteiramente democrático e nem ditatorial. No caso do fascismo surgiram elementos ativos de apoio mobilizado ao governo, mas como Gramsci imaginava não era um regime destinado a um belo futuro. No Brasil, nem os regimes supostamente “democráticos” de 1889-1930 e de 1946-1964, nem as ditaduras explícitas tiveram organizações de massas de apoio. É que a classe de cima dominava mais do que dirigia. Ou seja, nos países da semiperiferia européia até bem recentemente – e, a partir da metade do século XX, também em parte da América Latina –, a democracia não conseguiu se estabilizar, pois a ausência de um Estado (ético) capaz de elevar as massas à cidadania, não produziu o grau de consentimento desejável para que os de cima pudessem se manter no poder com legitimidade. Também a ditadura permanente não pôde existir (vide o caso do México), devido ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, à diferenciação de interesses corporativos nas classes dominantes e às pressões das parcelas da população que lograram exercer uma cidadania ativa, exigindo

periodicamente rituais democráticos.

No caso deste ocidente incompleto, que é o Brasil, houve sempre uma combinação variável de dominação com direção. Mas o acento maior naquela ou neste foi pendular. Autoridade e liberdade revezavam-se como princípios unificadores, embora a base fosse sempre mais afeita à autoridade e a cúpula à liberdade. Na Itália de Gramsci (ou de Maquiavel), a multiplicidade de repúblicas ou principados dificultava a emergência do Estado territorial. Para as dimensões da península Itálica, tais Estados funcionavam como províncias separatistas antes de qualquer união. Como nenhum príncipe tinha poder suficiente para esmagar o separatismo prévio, a Itália mantinha-se dividida. No Brasil colonial, a administração era centralizada no tope, pois a metrópole assim o exigia. Ela devia conter impulsos centrífugos dos senhores de terras e de escravos. Na base, existia uma liberdade do senhor. Ele era o mandão local, mas não detinha o controle da comercialização dos excedentes econômicos gerados pelos escravos. A estrutura centralizada não aceitava a unificação nacional, pois além de não haver a consciência de nação, existia um ilhamento cultural (a expressão é de Viana Moog) das capitanias, mais ligadas à metrópole do que entre si. Resultava isso da estrutura econômica, exportadora e só raramente voltada a ações produtivas vinculadas ao consumo interno: “atividades acessórias” das quais falava Caio Prado Junior.

Quando o centralismo nacional se impõe no século XIX, com a independência política, haverá revoltas separatistas logo esmagadas, pois nenhuma região tinha (ao contrário daquela Itália estudada por Gramsci) força capaz de paralisar o centro. Por outro lado, as tentativas de impor-se contra o mandonismo local foram infrutíferas e o poder dos fazendeiros nos pequenos municípios persistiu à base da dominação no Segundo Reinado, uma vez passadas as veleidades européias (a la Benjamin Constant) de Dom Pedro I e de Feijó. O verdadeiro segredo da nossa unidade está na manutenção dessa liberdade do mandonismo local herdado da colônia, apesar da perda de poder das câmaras municipais.

A dominação burguesa se institucionalizou no alto, com instituições mais ou menos funcionais para a reprodução sistêmica. No tope, o consentimento se fez valer entre uma opinião pública reduzida, embora ao lado do uso da coerção em momentos de “revolução” ou de sérias dissidências oligárquicas. Raramente as instituições se viam solapadas por algum elemento antagonista radical ou meramente reformador. Em baixo, a força foi dominante, com as violências cotidianas dos chefes locais, coronéis, delegados, soldados da Guarda Nacional ou da volante. O chefe era a autoridade máxima, controlava a eleição do deputado, do juiz de paz e da câmara.

Mesmo quando se criou a polícia com a figura do delegado nomeado pelo presidente da província (1841), isto não cerceou a autoridade dos senhores rurais (2). Quando o delegado local tinha veleidades democráticas era afastado ou eliminado. Maria Isaura Pereira de Queiroz “defendeu” este modelo de dominação como base também da República Velha. Para ela, apenas a partir da Revolução de 1930 as coisas começariam a se transformar. A centralização não anulou, portanto, os efeitos do controle localizado sobre a população. Aliás, a história do Brasil oscilou entre a centralização e a descentralização. Entre 1822 e 1841 houve um período de disputa política que levava ora à centralização administrativa ora à luta contra o poder central. Em 1828 as câmaras municipais perderam praticamente toda a sua importância, embora já não tivessem há muito o poder que desfrutaram nos dois primeiros séculos da colonização. No Segundo Reinado, o centralismo político garantiu a estabilidade na medida em que o parlamento conseguia manter a unidade de interesses dos proprietários rurais através da manutenção da escravidão. A questão militar, o positivismo e a pregação liberal (particularmente em São Paulo), por outro lado, fizeram da República um contencioso entre unidade e dispersão. Predominou, entretanto, a dispersão entre 1889 e 1930. Para os ultrafederalistas da Constituinte de 1891, a união era a ficção e os estados a realidade (3). Alberto Torres não deixou de notar que “os homens que organizaram

o regime tinham ardente ambição de autoridade local” (4). O coronelismo, fenômeno de exacerbação do poder local, resultava do desequilíbrio entre federalismo e centralismo. Os coronéis ocupavam os interstícios de um poder central amainado pelos estados. Grupos locais chegavam mesmo a ter pequenos exércitos armados e a emitir moedas (5). Diante disso, o Exército Nacional foi aumentando suas tendências de unidade, temperadas pelos seus arroubos jacobinos, herdados do florianismo. Contra a política da República Velha, os militares encarnarão a idéia de revolução.

De fato, assim foi no Brasil como conjunto. Mas não em São Paulo, onde o coronelismo menos exaltado era temperado pela filtragem do partido político que impunha regras de convivência política entre os chefes locais. Isso resultava de condições econômicas mais avançadas nos primeiros decênios do século XX, como acentuou o historiador Edgard Carone.

São Paulo poderia ser visto como exceção à regra. Mas o Estado simplesmente exerceu ou tentou exercer hegemonia territorial e política a partir do início do século XX (fator que voltou na metade dos anos 1990). Essa hegemonia foi uma combinação de poder econômico e territorial com a anuência para os desmandos locais em outras regiões. Assim, a autoridade no tope, modernizante, mantinha-se apenas formal na medida em que reproduzia a “liberdade” dos mandões locais na base. De certa forma, o Brasil moderno aceitou as premissas da democracia política reproduzindo o iberismo no plano local. Este iberismo pode ser definido como conjunto de costumes políticos inerentes à relativa autonomia municipal estudada por Alexandre Herculano e supostamente democrática, contra as prerrogativas do poder central, supostamente autoritário. O iberismo é a força das coisas como elas são. Mas o município nunca foi democrático de fato, exceto para os chamados “homens bons” do período colonial.

Historiadores da economia perceberam, por outra angulação, o fato de o moderno se alimentar do atrasado. São Paulo industrial absorvia força de trabalho barata do nordeste rural. Este São Paulo moderno precisava criar as

instituições representativas de uma democracia de fachada e manter a liberdade dos “concelhos portugueses”, ou seja, o direito do chefe local brasileiro. Como todo avanço democrático exige a organização de base local, o iberismo instalou-se não no tope, mas na base. Daí o paradoxo de que nossas ralas elites intelectuais se tornaram antiportuguesas no século XIX e leitoras dos clássicos liberais da Revolução Francesa, enquanto os traços ibéricos se esconderam na mentalidade e nos hábitos políticos pouco conscientes. País ibérico de ideologia francesa ou inglesa ou mesmo norte-americana. Eis por que o federalismo da República Velha não mudou a base do poderio político. Assim como o centralismo da Revolução de 1930 ou do Golpe de 1964 também não a alteraram inteiramente.

Dessa forma, a hegemonia da burguesia brasileira a partir da República Velha é mais domínio que direção, mais coerção do que consenso. É mais fácil calar opositores fisicamente próximos no município assim como cooptá-los. Por isso, não quer dizer que os de cima não se preocupassem com o consenso. Nem que a coerção não aparecesse muitas vezes legitimada. O fato de a classe operária até 1930 ainda ser estrangeira em grande parte ou ser representada por correntes avessas à participação eleitoral (anarquistas) ou impedidas quase sempre de fazê-lo (comunistas) permitia que a coerção superasse o consenso. O cimento da hegemonia da classe dominante, já que ela precisava (ideologicamente) da fachada legal de seu regime, era o quase monopólio do parlamento e o impedimento do voto popular. Isto porque, se o voto fosse livre e secreto, o mandão local continuaria a controlar a escolha dos vereadores, deputados e prefeitos, mas não necessariamente do presidente que se decidiria em boa parte nas cidades maiores. O interesse do chefe local não era de natureza ideológica. Ele não se importava com questões gerais, mas com o respeito e o prestígio no seu lugar de origem ou fortuna. O presidente muitas vezes podia ter veleidades democráticas ou reformadoras, mas esbarrava no parlamento. Isso se deu mesmo no Segundo Reinado, quando Dom Pedro II, ouvindo intelectuais franceses, mandou preparar um estudo sobre a aboli-

ção da escravatura sem sucesso. A hegemonia, portanto, existe mais no alto. A coerção mais em baixo. Este é o modelo ibérico de dominação política. Ele não exige sempre a coerção generalizada, embora ela exista topicamente. Ela pode ser apanágio da Guarda Nacional no Império ou das polícias e jagunços de coronéis locais na República Velha. Comprova isso o fato de o primeiro partido verdadeiramente nacional ter sido o Partido Comunista do Brasil e, mesmo sob os impulsos centralizadores da era Vargas e da Ditadura Militar, a Direita nunca logrou criar um partido orgânico e acima das dissensões regionalistas. A lei, centralizadora, podia ser usada contra os inimigos, mas no município os amigos eram protegidos pelo controle da polícia e das nomeações do judiciário através de acordos com o governo central.

### Modernização

As classes dominantes no Brasil não exerceram uma típica dominação asiática ou uma ditadura aberta e perene e nem uma dominação democrática ou mesmo uma simples combinação das duas. Ao ornitorrinco econômico (título de um livro de Francisco de Oliveira) se associou um ornitorrinco político, regime político inclassificável que produz uma passividade temperada por violências físicas intoleráveis (para os opositores), mas justificadas perante a população através da ameaça permanente dos perigos da desordem e da criminalidade. Ao mesmo tempo não se permitia a essa população formular uma interpretação diversa da questão social. Este tipo de hegemonia não era dominação pura nem consentimento. A dominação era consensual e o consenso coercitivo. Os radicais de ocasião e as vozes de oposição legal eram sufocados e violentamente afastados em momentos críticos.

As pressões de baixo eram absorvidas para legitimação parcial do regime só quando não podiam ser desorganizadas ou combatidas, como se fez com a legislação trabalhista a partir do governo Arthur Bernardes e, principalmente, de Getúlio Vargas.

Este tipo de hegemonia baseava-se na pro-

moção do individualismo cidadão sem cidadania. Podia-se reivindicar não como classe ou produtor, mas como partícipe na parcela da mais valia social capturada pelo Estado e distribuída via orçamento público. Mas como não havia cidadania burguesa de fato, essa redistribuição era a ilusão da ilusão. Ou seja, a redistribuição num regime liberal já seria ilusória, ainda que parcialmente real, pois se distribuiu “equitativamente” entre todas as classes aquilo que foi gerado só pela classe dos trabalhadores produtivos. No Brasil distribuiu-se sem equidade jurídica liberal, pois os antagonistas do capital e do poder local não podiam se fazer representar politicamente. Nem perante as formalidades burguesas havia distribuição, dada a ausência de “participação nos lucros”, verdadeiro salário indireto, bons serviços públicos igualitários etc. Daí a ilusão da ilusão ou ideologia da ideologia. Ideologia sim, pois mascarava interesses particulares com a capa da universalidade. Mas ao mesmo tempo a ideologia se desmascarava ao negar seus pressupostos jurídicos universais. É como se no meio do jogo, o juiz retirasse seu uniforme e revelasse por baixo dele a camisa do time que já era o mais forte e ao mesmo tempo pedisse a todos para continuarem acreditando na sua neutralidade.

Esta dupla ilusão gerava um sistema mais propício à reprodução, pois ao desvendar-se como desigual não ampliava a consciência social dos agentes políticos da esquerda e da direita. Ao contrário, reduzia o horizonte das classes subalternas à “promoção da justiça”, à correção do sistema, como se os elementos de desigualdade jurídica fossem disfuncionais, bastando resolvê-los juridicamente. A crítica mais radical isolava-se politicamente como “planta exótica” inadequada ao solo histórico nacional, segundo o discurso dominante. Assim, o surgimento do Partido Comunista, primeira manifestação organizada que visava à conquista do poder político pelo proletariado, demoraria alguns decênios até atingir influência de massas. A contestação proletária, portanto, remete no Brasil àquilo que Gramsci dizia da contestação camponesa na Itália: esporádica e sem possibilidade de gerar formas orgânicas permanentes. O sindicalismo

revolucionário anarquista, apesar de seu heroísmo combatente, estava virtualmente excluído da luta pelo poder, fosse por razões ideológicas (anarquismo) fosse pela sua condição de ilegalidade. Dois caminhos sobrariam, um deles muito cedo obstado: o reformismo parlamentar de alguns deputados comprometidos com a legislação a favor dos trabalhadores e a revolta armada (esta só poderia ser apanágio de setores descontentes do estamento militar).

### Depois da “Revolução de 1930”

A ação do imperialismo também interferiu na distribuição da coerção e da direção moral no interior do Brasil. Mas a ideologia do colonialismo (para usar um termo de Nelson Werneck Sodré) tinha por função adaptar o Brasil aos ditames, dinamismos e fluxos do capital internacional sem prejuízo da função interna de tentar legitimar um sistema de dominação tipicamente brasileiro. Assim, a força dispersa em regiões, municípios e fazendas tinha uma unidade, uma centralização no tope. A dialética do centro e das periferias vai modelar as alterações de regime, ora mais centralistas ora menos. De qualquer maneira, a garantia da unidade só se dá com a garantia do modo de dominação local. Isso fica patente com a Revolução de 1930. Queria-se centralizar e moralizar, mas os chefes locais obrigaram o governo a uma composição. A legislação centralizadora avançou, mas só foi cumprida no que tange à representação política e social nas áreas urbanas maiores. No resto do país, o uso da violência privada e a corrupção mantiveram a reprodução das elites locais. Pode-se argumentar que a dificuldade de instalação de serviços públicos centralizados e corretos esbarrava na cordialidade do homem e da mulher brasileiros, no sentido atribuído àquilo por Sergio Buarque de Holanda. A recusa às normas impessoais e a afetividade transbordante dos contatos que personalizam relações que deveriam ser públicas e institucionalizadas, garantem ao mais forte e à sua clientela um domínio que não pode ser adequado à neutralidade jurídica liberal. A outra face disso é a repressão também afetiva e cordial. Ela pode ser usada se

letivamente não como punição ao crime, mas como punição ao não pertencimento ao universo das relações pessoais do chefe local. Ou à desobediência aos costumes e interesses de tal chefe. Tais fatores precisam ser considerados.

### Resultado: um solo histórico frágil

O traço de longa duração na história das classes dominantes brasileiras é a fragilidade dos vários grupos sociais que vão se superpondo nas distintas fases de evolução de nossa sociedade. Frutificando em um solo histórico pobre, provinciano e localista, todos os grupos sociais demonstraram imensa fragilidade organizativa. O primeiro grupo econômico que exerceu dominação no Brasil foi a oligarquia da terra. Estes senhores de escravos e terras eram totalmente dependentes dos humores do mercado externo e submetidos à coroa portuguesa. A produção que comandavam estava desconectada do mercado interno e seu horizonte político era muito estreito. Todavia, este grupo social foi o responsável pela independência política e pela manutenção da unidade territorial, já que seus interesses escravistas, vigorando de norte a sul, como muitos historiadores já notaram, ajudaram a soldar a coexistência das várias províncias sob um único governo.

A esse grupo se associou paulatinamente o dos industriais. Grupo tímido que defendeu tarifas protecionistas, como já se disse aqui, mas sempre se recompôs em momentos decisivos com a oligarquia, nomeadamente a cafeeira na República Velha. Temeroso entre a concorrência externa e a nascente classe operária, este grupo não fez e nem poderia fazer uma revolução burguesa no Brasil. Apelou para o Estado a fim de reprimir a classe operária e se recusou a reconhecer-lá como antagonista legitimado. Na República Velha, à exceção notável do empresário Jorge Street, que negociava com sindicatos e adotava medidas de cunho social nas suas empresas, apenas confirma a regra. Esta classe foi incapaz de gerar políticas gerais que pudessem interessar a outras classes sociais e criar uma hegemonia dos interesses industriais. Raros empresários pensaram em políticas de planeja-

mento econômico e na organização corporativa e política dos industriais. Roberto Simonsen foi uma exceção como líder da cisão na Associação Comercial de São Paulo que gerou a Fiesp, historiador, estudioso da racionalização do trabalho e, como senador, adversário ideológico do Partido Comunista do Brasil.

A partir dos estertores do Império, outro grupo passou a fazer pressão na sociedade: as classes médias radicalizadas, civis e militares, com destaque para estes últimos a partir de 1922. O tenentismo contribuiu para a superação de alguns vícios da Primeira República e para o alargamento da base social dos governos. Também permitiu uma política associada aos interesses dos industriais. Poderíamos dizer que estes dois grupos sociais nos legaram um país que não seria mais apenas agroexportador. Mas os militares também padeceram da mesma fragilidade histórica dos demais grupos sociais. Quando auxiliaram a Revolução de 1930, vários deles se desiludiram em graus variados com a segunda República. Alguns se desencantaram, voltaram-se para as atividades de grupos de opinião militar, como grupo Três de outubro, Legião Cinco de julho e até para o radicalismo da Ação Nacional Libertadora.

O último grupo, desde o início do século lentamente integrando um espaço legal na sociedade civil, foi a classe operária. Tanto na sua fase anarquista quanto na comunista e trabalhista, este setor contribuiu decisivamente para as conquistas sociais fixadas em legislação. À sua derrota em 1964 sobreveio um período de retrocesso, mas não completo. E a partir de 1980 houve uma retomada das lutas históricas, agregando as lutas camponesas que, se já tinham movimentações importantes nos anos 1950 e 1960, agora se reorganizavam com o MST. A fundação do PT e da CUT e a reorganização dos comunistas foram exemplos dessa retomada e de novas conquistas de cidadania operária na ordem burguesa.

Os grupos subalternos também padeceram da precariedade herdada de nossa história: falta de organização perene, falta de unidade, dificuldade em organizar as massas e contar com seu apoio e ação num terreno político onde não



só os de baixo, mas amplas parcelas dos de cima não possuem educação política e nem mesmo educação formal de qualidade. Mas, ao contrário dos anteriores, tais grupos contam a seu favor o conhecimento das tarefas não realizadas pelas classes dominantes no passado e tomam a si o papel de criar a economia nacional e a elevação do padrão espiritual e material da população. É do seu interesse agregar outras camadas sociais que ficaram no meio do caminho, à espera de reformas que não vieram. Seu programa, desde os anos 1980 não foi, portanto, o socialismo, mas um conjunto de reformas – o que já havia sido a prática dos comunistas depois de 1946, ainda que com muitas oscilações táticas.

Apesar disso (e talvez exatamente por isso), nos anos 1980, houve acumulação de forças e disputa de hegemonia na sociedade civil. Pela primeira vez em nossa história, a esquerda desconstruiu valores socialmente dominantes como o da incapacidade dos trabalhadores de governar. Os operários ganharam um espaço de legalidade inédito: greves se tornaram aceitáveis, muitas vezes sob violência policial, mas não mais sob proibição constitucional. A isso Florestan Fernandes chamou de um espaço legitimado para a luta de classes na sociedade civil.

Este acúmulo de forças também se deu na institucionalidade (especialmente prefeituras), o que era praticamente inédito, pois houve raros comunistas que, no passado, foram intendentess (vereadores) ou prefeitos. Nomes como Otávio Brandão no Rio de Janeiro e Armando Mazzo em Santo André de novo são exceções a confirmar a regra da exclusão dos comunistas da legalidade. Depois dos anos 1980 vitórias eleitorais se tornaram rotina e a esquerda foi paulatinamente absorvida pela força histórica do localismo, aqui já referida. Famílias de posses ou dissidências oligárquicas muitas vezes controlaram direta ou indiretamente as municipalidades, os cargos “técnicos” ou influenciaram políticas, quando simplesmente não fizeram negócios com políticos de esquerda. Estamos longe daquele modelo italiano em que mesmo na mais remota municipalidade o Partido Comunista e o Partido Democrata Cristão guardavam com convicção suas respectivas identidades e sua rivalidade. Embo-

ra no Brasil seja provável que isso ainda ocorra em alguma medida com os comunistas, com os partidos que se julgam de extrema esquerda e com setores do PT.

A dificuldade de manter um partido de massas orgânico e centralizado por políticas nacionais de alianças é um fato que deriva da nossa história herdada da colonização, da falta de unidade e da dispersão territorial. Fatores a que fizemos referência no início deste artigo para bem delimitar o quadro histórico no qual se faz política no Brasil. Isto gerou um contraste entre o programa socialista do partido e sua prática local tradicionalista que, curiosamente, mimetizou a contradição aqui já citada entre a ideologia afrancesada ou americana de nossas classes dominantes e sua prática local “ibérica”.

Há o outro lado da moeda, é verdade. Em organizações sindicais, as solidariedades locais, de origem e até etárias foram importantes fatores de aglutinação e afirmação de pessoas pobres e sem um background familiar ou pecuniário; todavia, tais solidariedades foram anuladas por outras mais poderosas quando transpostas ao universo de relações mais amplas do partido. Ainda assim, os partidos de esquerda são aqueles em que é maior a percentagem de pessoas humildes que ascenderam na burocracia ou em cargos eletivos. Mas tanto é verdade que o problema sempre existiu que os partidos comunistas sempre tiveram políticas de promoção de operários ao Comitê Central, às vezes até cometendo abusos.

Outros problemas de natureza política dificultaram o crescimento da esquerda, como: monopólio dos meios de comunicação, desproporcionalidade na representação dos Estados na câmara dos deputados, escassez de partidos orgânicos etc. Os chefes locais e regionais foram perdendo espaço durante o século XX, especialmente nos anos 1990 com as privatizações de empresas estatais do governo Fernando Henrique Cardoso e com os programas de transferência de renda do governo Lula, centralizados no plano federal. Mas os chefes locais ainda mantêm a força nada desprezível da propriedade rural e urbana e de jornais e retransmissoras de televisão. Além disso, a partir da Constituição

de 1988 o município brasileiro concentrou uma gama maior de recursos e foi definido como um ente do pacto federativo juntamente com os estados e a União.

Os dados do Tribunal Superior Eleitoral mostram uma parte dessa persistência do conservantismo local. Em 2000, o PT tinha 187 prefeituras e o PCdoB uma, PSB e PDT tinham, respectivamente, 133 e 288, enquanto o maior partido brasileiro em poder local era o PMDB com 1257 municípios num total de 5561. O problema é que no caso destes três últimos partidos não há garantia nenhuma de que os prefeitos seguiam alguma orientação partidária. Já no PT em alguns casos poderíamos dizer o mesmo, mas eram exceções. Portanto, uma esquerda orgânica só tinha 188 prefeituras. Em 2004, o PT ganhou mais 224 (chegando a 411) e o PCdoB mais nove, sem que ambos chegassem próximos dos 10% do total, embora contassem com uma percentagem bem maior do voto nacional. Não ingressaremos aqui numa análise de sociologia eleitoral para estudar os movimentos de curta duração, como as perdas de votos de PMDB, PSDB e PFL entre 2000 e 2004. As perdas de partidos de direita e de centro são compensadas por ganhos de outros, como o PL, um aliado direitista do PT, que aumentou de 234 a 381. PSB, PPS e PDT também cresceram, enquanto partidos esquerdistas não existiram para fins eleitorais, já que seu campo de disputa era outro.

Tais dados levam a uma pergunta incômoda: será uma coincidência esse importante e necessário crescimento da esquerda ter se dado juntamente com uma diminuição de seu radicalismo programático? Certo, tal moderação foi acompanhada de outros fatores estruturais como reestruturação produtiva, diminuição de algumas categorias profissionais (como bancários e metalúrgicos), baixo crescimento econômico e uma pretendida mudança de paradigmas depois da derrota do socialismo real. Mas e o surgimento de uma camada administrativa que passou a viver dos cargos de confiança e a excessiva influência dessa camada nos rumos das organizações? E a eternização de dirigentes profissionais nas direções sindicais e partidárias? E a dificuldade de concretizar localmente políticas nacionais de alianças? Não

são problemas locais importantes? Tais grupos profissionalizados, acostumados a pensar localmente e tecnicamente, perderam contato tanto com a dinâmica dos movimentos sociais de âmbito nacional porque na localidade a natureza de classe das lutas do cotidiano é muitas vezes obscura. Há aparentemente uma facilidade de combinação de interesses maior porque aquilo que é essencial é sempre relegado à esfera estadual ou nacional e nunca se resolve. Assim como a tolerância "ética" ao nepotismo, e outras formas de corrupção, também são facilitadas pela dificuldade de denunciá-las em âmbito regional ou nacional.

Quando a esquerda chegou ao governo levou consigo uma prática municipal, desejando enfrentar todos os problemas administrativamente, quando uma parte deles embute conflitos de interesses tão fortes que exige solução política. Para a esquerda é como se houvesse mudado apenas a escala. Mas uma mudança de escala, seja em geografia seja na estratégia militar ou política, é tudo! Uma guerra de posições por dentro da estrutura instituída sem o apoio de incursões de movimento capazes de gerar pequenas rupturas impede a classe trabalhadora de passar do nível corporativo ao político e os seus representantes de passar do nível local ao nacional.

---

*Lincoln Secco é professor do Departamento de História da USP.*

### Notas

- (1) Gramsci, A. *Il Materialismo Storico E La Filosofia Di Benedetto Croce*. Torino: Riuniti, 1991, p. 48.
- (2) Queiroz, Maria Isaura Pereira. *O Mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: USP-IEB, 1969, p. 42.
- (3) Belo, J. M. *História da República*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1983, p. 73.
- (4) Torres, A. *A organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978, p. 213.
- (5) Carone, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1975, p. 252.

# Os desafios da esquerda no México

**Apesar de diferente origem histórica, no México, os interesses da direita se fazem representar pelos partidos PRI e PAN**

ROSA ALBINA GARAVITO ELIAS

**O** auge do processo de renovação dos poderes federais no México aconteceu em 1º de dezembro passado com a legitimidade do protesto do novo presidente da República, Felipe Calderón Hinojosa. Assim teve início o segundo governo do partido da direita mexicana, o PAN (Partido Ação Nacional), depois de Vicente Fox, em 2000, ter derrotado o PRI (Partido Revolucionário Institucional) há 71 anos no poder. Para a esquerda mexicana organizada no PRD (Partido da Revolução Democrática) e para Andrés Manuel López Obrador, o candidato da CPBT (Coalizão Para o Bem de Todos), o início do governo calderonista marca uma nova etapa em sua luta, trazendo grandes desafios. Este artigo refere-se a eles.

Enquanto na América Latina os triunfos eleitorais da esquerda, em suas diferentes expressões, abrem-lhe caminho para chegar ao governo em grande número de países, no México ela ficou na ante-sala com apenas 0,58% de diferença – em termos quantitativos isso significa 244 mil votos. Certamente, uma eleição bastante disputada que merecia, como pediu a CPBT no momento oportuno, uma recontagem dos votos para obter a certeza necessária aos resultados. Tal pedido não foi aceito por Calderón Hinojo-

sa nem pelo TEPJF (Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário da Federação), cujas decisões são inatacáveis em razão de seu caráter de máxima urgência jurisdicional na matéria.

Desse modo, o novo presidente da República chega ao poder com um grande déficit de legitimidade, apesar de preencher os requisitos legais para ser nomeado como chefe do Executivo federal. Em relação a isso, é bom lembrar que a fonte da legitimidade não é somente a lei, mas também – e muito importante – a aceitação social dos governados. Com um México dividido em dois, esse não é o caso do novo presidente da República.

## Uma longa crise de fim de regime

Essa conjuntura política não poderia ser explicada sem nos lembrarmos de que no México nos encontramos afundados em uma grande crise de fim de regime, iniciada há aproximadamente duas décadas – precisamente em 1988. A partir de então – e em consequência dos estragos sociais provocados pela política neoliberal iniciada em 1982 – registrou-se uma rebelião cidadã nas urnas, causando surpresa ao regime priísta. Até esse momento todos indicadores apontavam um insignificante interesse por parte da população em relação aos processos eleitorais. A ela era essencialmente indiferente votar ou não devido à certeza de que o PRI sempre ganharia as eleições. Isso se explicava não apenas pelo sistema de partido quase único, mas também porque na realidade esse partido funcionava também como um partido de Estado de modo que não havia uma competência eleitoral real. Daí que fosse um fenômeno recorrente saírem das urnas vo-

para o partido oficial – inclusive em maior número que o de votantes registrados. O milagre explicava-se facilmente: o governo mantinha controle sobre os processos eleitorais do início ao fim.

Dessa forma o massivo afluxo de votantes a favor de Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano significou um divisor de águas na história política mexicana. A partir daí o velho regime foi ferido de morte, pois se tornou evidente que a funcionalidade eleitoral de seus controles corporativos e clientelistas havia sido debilitada. Nessa época ficou evidente também o surgimento de um novo sujeito social, o cidadão, que, massivamente deu vida a um movimento democrático cujo eixo foi o respeito à vontade popular para eleger seus governantes. Esse movimento não retrocedeu em seu empenho até tirar das mãos do governo a organização das eleições. Desse processo resultou a reforma eleitoral aprovada em 1996. Mas em 1988, apesar de todas as evidências do triunfo da oposição de esquerda, com a sutileza de uma suposta “queda do sistema” na contagem dos votos, foi possível ocorrer uma grande fraude contra a Frente Democrática Nacional e o seu candidato Cárdenas Solórzano. A partir daí Carlos Salinas de Gortari chegava ao poder com um caudal de legitimidade bastante semelhante à que hoje pesa sobre Calderón Hinojosa.

O fato de quase duas décadas depois ser gerada uma situação política semelhante em torno de uma eleição presidencial no México nos diz que, apesar do avanço atingido na conquista da democracia eleitoral, este país continua sofrendo com a ausência de um pacto social democrático que atinja a plena democratização de suas instituições e uma mudança de política econômica que garanta a inclusão das grandes majorias nos benefícios do crescimento, bem como a recuperação de sua soberania. Refiro-me, certamente, à necessidade de ajustar a transição democrática – um desafio não resolvido desde 1988.

### **Alternância política sem mudança de regime**

Sem dúvida, a conquista democrática da reforma de 1996, criada na cidadanização dos órgãos eleitorais, permitiu a alternância política

de 2000. Uma alternância que significou apenas mudança de partido no poder, pois deixou intactos os principais pilares do velho regime – como o controle corporativo dos sindicatos. E apesar de esses sindicatos corporativos já não exercerem a funcionalidade eleitoral de antigamente indubitavelmente continuam sendo peça-chave para o rebaixamento salarial e para as condições trabalhistas de que sofrem os trabalhadores nos últimos 25 anos. A alternância tampouco significou o fim dos privilégios e da corrupção – práticas apreciadas com as quais são articuladas as cumplicidades entre o poder econômico e o poder político.

Para a manutenção desses privilégios e cumplicidades foi necessário romper com o único acordo da classe política, criado na reforma eleitoral de 1996: o respeito ao voto cidadão. Esse rompimento foi deflagrado no governo de Vicente Fox. Primeiro pelo desaforo de Andrés Manuel López Obrador como chefe de governo do Distrito Federal com a intenção de retirá-lo da disputa eleitoral de 2006 – tentativa fracassada graças à grande mobilização popular – e, segundo, por sua intromissão na campanha eleitoral.

Desse modo, evidentemente, a democracia formal converteu-se num avanço político precário diante da necessidade de dar vida a um regime autenticamente democrático que permita resolver os graves problemas sociais do país. Evidentemente, a direita também tudo faz para difamar tais avanços e com isso abrir caminho à política de mão de ferro. Em seu último ano de governo, Vicente Fox aplicou essa política de modo sistemático como resposta aos movimentos trabalhistas e populares. Refiro-me às graves repressões sofridas pelos trabalhadores mineiros de Sicartsa em Michoacán; pela população de Atenco; e pela APPO (Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca). Agora, a poucos dias do início do governo calderonista, essa política de mão de ferro tornou-se patente com a detenção e envio para uma prisão de segurança máxima do principal dirigente da APPO, minutos antes de entrar na Secretaria de Governo em busca de um início de diálogo com o novo governo.

Além disso, dentre as primeiras ações de Felipe Calderón, encontra-se também a operação de aperfeiçoamento do exército em Michoacán

para combater a insegurança pública gerada pelo narcotráfico (mais de 500 execuções em 2006). Quantas dessas medidas que se pretende estender a outras regiões podem tornar-se efetivas sem um trabalho de inteligência eficaz e de redução das tropas policiais é uma interrogação que fica no ar. O certo é que a política de violação de direitos humanos, aplicada no país, essas ações de força são muito convenientes ao propósito de legitimar a presença das Forças Armadas nas ruas e também de legitimar o virtual estado de exceção criado ao seu redor. Por isso, a petição do Executivo Federal à Câmara de Deputados para aprovar um significativo aumento de recursos orçamentais para 2007 nas áreas de Defesa Nacional e Segurança Pública, em detrimento de prioridades sociais como educação.

Sem dúvida, apenas iniciado o respeito à vontade popular – que, em 2000, deu vida à primeira alternância política no país –, essa conquista converteu-se imediatamente em obstáculo à continuidade dessa política de privilégios ao capital financeiro internacional, à inversão estrangeira direta e aos capitais nacionais associados que mantêm a economia mexicana quase-extinta. Ao insuficiente crescimento econômico soma-se a forte deterioração das condições de vida da população enquanto persistem salários de miséria. E os empregos gerados, além de sua baixa qualidade, são insuficientes para absorver 1.250 milhões de jovens a cada ano incorporados ao mercado de trabalho. Essa política econômica excludente requer procuradores da direita para garantir sua continuidade, que se viu claramente ameaçada pelo aumento das preferências eleitorais por Andrés Manuel López Obrador.

Esse temor de perder seus privilégios é que provocou o desenvolvimento da campanha de medo contra a candidatura de López Obrador, desenvolvida não apenas pelo ex-presidente Vicente Fox e o PAN como também por grandes grupos empresariais. A isso é necessário incluir a ação de um exército de mapaches eleitorais no dia da votação, comandado pela líder real do poderoso SNTE (Sindicato Nacional de Trabalhadores da Educação), que manipulou as cédulas eleitorais para alterar os resultados em favor de

Calderón Hinojosa. Isso foi possível em razão da ausência de representantes da CPBT nas seções eleitorais, principalmente na região norte do país. Uma lamentável falta de organização.

Dessa forma, no contexto da grande crise aberta a partir de 1988, obviamente a direita reorganizou-se para impedir a esquerda de chegar ao poder e, com isso, à mudança da política econômica e à plena democratização do país. Em 1994 houve um confronto eleitoral parcial, como reconheceu o próprio candidato priísta vencedor, Ernesto Zedillo. Em 2000, a combinação de um candidato carismático com recursos de duvidosa origem para sua campanha, captados por uma organização paralela denominada Amigos de Fox, cujos atos ilegais foram encobertos com a cumplicidade do PRI. E, atualmente, para que em 2006 a direita retornasse ao poder, além da ingerência do ex-presidente Vicente Fox a favor do candidato do seu partido na batalha eleitoral, houve muitos favores que fizeram dessa campanha tudo menos um confronto democrático e legal. Ficaram muito longe os princípios constitucionais de “certeza, legalidade, independência, imparcialidade e objetividade” como guia das eleições. Se antes de 2 de julho a transição democrática no México encontrava-se paralisada, com a sentença do TEPJF tal transição foi usurpada.

### A ruptura do pacto social

Na raiz dessa grande crise de fim de regime encontra-se a ruptura do pacto social que surgiu na Revolução Mexicana, plasmada na Constituição de 1917, vigente até 1982 – um pacto corporativo cuja novidade, em relação ao século XIX, foi o reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores e uma política de distribuição de benefícios – num oceano de profundas desigualdades sociais –, mas também a negação de direitos políticos, que deu vida a um regime autoritário que, apesar de tudo, nega-se a morrer. Não em vão, pois, graças a esse autoritarismo enraizado na ausência de liberdade e de democracia sindicais, os poderosos grupos econômicos obtiveram gordos rendimentos e a classe política pôde reproduzir-se num mundo de benesses, corrupção e benefícios.

Muito distante está a experiência de milagre econômico mexicano, expressa a partir de 1950 ao longo de três décadas com níveis de crescimento em 6% em média e sem inflação durante os primeiros vinte anos. No contexto dos países latino-americanos, não é casual que apenas no México tenha sido registrado fenômeno semelhante. Ele pode ser explicado pelo pacto social corporativo desenvolvido na primeira revolução social do século XX, a Revolução Mexicana. No entanto, esse pacto foi rompido em 1982 com o início das políticas neoliberais. Vinte e quatro anos depois, o desafio da esquerda é conseguir articular um pacto democrático do século XXI; em outras palavras, alcançar a transição democrática ameaçada cada vez mais pelo avanço da direita.

### A resistência pacífica

Diante dos resultados eleitorais de 2 de julho passado, o centro da estratégia traçada pelos partidos políticos que apoiaram a candidatura de López Obrador – Partido da Revolução Democrática, Partido do Trabalho e Convergência Democrática – hoje agrupados na FAP (Frente Ampla Popular), é a recusa de reconhecer o governo de Felipe Calderón e de desenvolver um movimento de resistência pacífica, encabeçado por aquele. Para tal fim, o passado 20 de novembro – dia da Revolução Mexicana – López Obrador fez um protesto como presidente legítimo, junto com seu gabinete. Essa decisão foi tomada na Convenção Nacional Democrática de 15 de setembro.

São muitos os desafios que esse movimento de resistência pacífica começa a enfrentar. O primeiro deles vem do âmbito em que ele se desenvolve. Um desses é a organização do movimento social nas ruas encabeçado por López Obrador a partir de uma excursão incessante por todo o território nacional, tentando ser a expressão de uma presidência itinerante e articulada em torno da impugnação de instituições caducas e antidemocráticas. Um outro âmbito encontra-se na relação com o governo espúrio a que estão coagidos os governantes perredistas em suas entidades federativas e os parlamentares da FAP no Congresso da União. O desafio é saber articular a luta expressa nas ruas com as manifestas nos âmbitos do governo. No entanto, isso indu-

bitavelmente apresenta suas dificuldades. Na grande maioria dos meios de comunicação, certamente, se aposta na fragmentação das frentes de luta – sem dúvida, trata-se de uma opinião interessada no fracasso do movimento de resistência pacífica.

### O primeiro entrave

Semanas antes de 1º de dezembro – a partir das decisões tomadas na Convenção Nacional Democrática – tornou-se pública a decisão de impedir a legitimidade do protesto de Felipe Calderón, requisito fixado pela Constituição dos Estados Unidos Mexicanos que, se não tivesse sido cumprida, teria aberto uma séria crise constitucional que em termos legais teria, seguramente, favorecido a Suprema Corte de Justiça da Nação apesar de que, em termos políticos, teria significado um duro golpe para o resplandecente presidente. Nada disso aconteceu, porque depois de três dias – nos quais a tribuna da Câmara dos Deputados havia sido tomada por panistas e perredistas, aviltada com golpes e aruaças – finalmente a cerimônia foi realizada na sede legislativa e, inclusive, em termos constitucionais, com a presença do proeminente presidente Vicente Fox.

Do meu ponto de vista, esse desenlace significou um sério entrave para a estratégia da resistência pacífica. Ou não houve a disposição necessária para impedir, com efeito, tal protesto, ou essa disposição foi ineficazmente implementada. Em ambos os casos, o certo é que foi desperdiçada uma conjuntura privilegiada para fazer valer a força de aproximadamente 15 milhões de votos, e para reivindicar um acordo transparente de uma vez à nação visando a obter avanços democráticos significativos, ou pelo menos para intimar publicamente a direita a cumpri-lo. Não foi o caso. Embora possivelmente minha proposição seja ingênua, para mim, aparentemente um movimento democrático requer uma análise coletiva e ágil sobre a realidade que lhe permita tomar decisões que muitas vezes podem ser diferentes às consignas adotadas há semanas ou meses. Um dos desafios do movimento encabeçado por Andrés Manuel López Obrador é, precisamente, desenvolver essa capacidade.

## Uma direita de duas cabeças

Por outro lado, e nas condições em que se desenvolve esse movimento, é necessário ter presente a função do PRI no âmbito político-legislativo. Dou como exemplo sua atuação na conjuntura desses três dias. A legitimidade do protesto de Felipe Calderón não teria sido possível sem a anuência do PRI para conseguir quorum necessário a fim de realizar a sessão do Congresso Geral. Com apenas 22% da votação, mas com um PAN que não controla o poder legislativo, o PRI soube vender caro o seu reconhecimento a Felipe Calderón. Nessa conjuntura, uma das moedas de troca entre ambos os partidos foi o auxílio (sustentação) do governador priista de Oaxaca, Ulises Ruiz, expressão dos poderes coronelistas dessa entidade e que enfrentou prolongadas mobilizações populares exigindo sua destituição. Isso explica por que não tenha sido cumprida essa reivindicação de sua destituição, ou com a declaração da eliminação de poderes nessa entidade federativa por parte do Senado da República (para o que se requer a anuência do PAN); medidas que haviam aberto caminho à distensão política e, como já destaquei, apenas três dias depois da legitimidade do protesto de Calderón, Flavio Sosa, principal líder da APPO, foi preso traiçoeiramente pelo governo federal.

Entretanto, para além da conjuntura, o apoio do PRI ao governo de Calderón não deveria surpreender ninguém, pois se trata de expressão mais de uma aliança histórica entre ambos os partidos iniciada no sexagenário de Salinas de Gortari, quando o PAN – apesar da combativa oposição à fraude priista de seu então candidato presidencial Manuel Clouthier – deu legitimação ao governo salinista em troca de que lhe fossem reconhecidos seus triunfos eleitorais. Esse foi o período das tristemente célebres concertaciones entre ambos os partidos, em cujos objetivos havia – além de outros – o desaparecimento do PRD do panorama político para dar vida a um cômodo bipartidarismo de acordo com o modelo estadunidense.

Essa aliança entre PRI e PAN – até hoje permanente – em boa parte explica a capacidade dos governos mexicanos de – sem ditaduras como intermediário – ter aplicado de maneira acelerada

as reformas estruturais esboçadas no Consenso de Washington pelo Banco Mundial e o FMI, incluindo a assinatura do TLDAN (Tratado de Livre Comércio com a América do Norte). Por isso, é bom lembrar que – apesar de diferente origem histórica – no México os interesses da direita se fazem representar pelos partidos PRI e PAN.

## O ressurgimento da guerrilha

Por outro lado, um dos riscos para o futuro do movimento de resistência pacífica e do desenvolvimento democrático do país é o ressurgimento de grupos guerrilheiros – exposto nas últimas semanas. O descrédito da via eleitoral, surgido de um processo eleitoral acomodado em todas as suas fases, certamente gera condições propícias para esse ressurgimento. O escritor Carlos Montemayor fala do fenômeno em termos de “guerrilha recorrente” porque, com efeito, no México existe uma tradição histórica desse tipo de enfrentamento, desde a revolução de independência, passando pela luta contra a intervenção francesa e, ainda, durante a revolução mexicana, para ressurgir como guerrilha socialista a partir de 1965. De fato, os movimentos guerrilheiros se dissipam, mas não desaparecem.

Em novembro passado, uma coalizão de cinco organizações armadas realizou um ato de presença no Distrito Federal com a explosão de poderosas bombas na sede nacional do PRI, no TEPJF e em dois bancos. Sem dúvida, esses grupos têm uma origem real, mas também é alta a probabilidade de que sejam manipulados e impregnados pelo governo, ou por facções, com o objetivo de – mediante provocações – tentar justificar políticas repressivas ou situações de ingovernabilidade para benefício de interesses particulares.

Em qualquer um dos casos, sua proliferação dificultaria a organização do movimento democrático pela via pacífica e legal – embora também fosse certo que um movimento de resistência pacífica como o de López Obrador poderia neutralizar a generalização das organizações armadas. Sem dúvida, na conjuntura de 1988 o crescimento da guerrilha no México pôde ser contido pelo esforço de organizar e tornar o PRD uma opção para o desenvolvimento democrático do país e para o cumprimento das reivindi-

populares. Trata-se de um desafio que se renova em 2006 e que não pode ser evitado pelo movimento de resistência pacífica.

### O desafio de democratizar o PRD

Voltemos à resistência pacífica encabeçada por Andrés Manuel López Obrador. Sem dúvida, manter a mobilização cidadã em torno de símbolos que tornam evidente a fratura social e política gerada pela eleição presidencial – sobretudo a ilegitimidade do presidente eleito – pode ser uma estratégia adequada para resistir ao continuísmo da direita, imposto pela aliança com o PRI. No entanto, essa estratégia teria de incluir a decisão do PRD, o principal componente da FAP e o mais importante partido da esquerda mexicana, de superar suas divisões internas e resolver o desafio de sua democratização, ao qual evitou desde seu nascimento em 1989. Contribuiu para essa situação a presença de lideranças carismáticas e caudilhistas. Primeiramente, como a de Cuauhtémoc Cárdenas e, agora, a de López Obrador. No entanto, indubitavelmente, também está presente a incapacidade da esquerda mexicana de superar seus interesses de grupo, que reproduzem – em uma convivência – o interior do PRD, que está bem longe de ser democrático.

Certamente, esses faccionalismos da esquerda perredista tiveram como custo político o distanciamento das causas sociais e cidadãs. O paradoxo de esse distanciamento da sociedade combinar-se ao crescimento eleitoral é explicado, precisamente, com lideranças como a de López Obrador, que extrapolam o partido. Conseguir que uma institucionalidade democrática conviva com a presença desses valiosos dirigentes seguramente contribuiria para o fortalecimento do movimento social que, em diversos momentos e ao longo dos últimos 25 anos, fez-se presente com grande energia em defesa de um projeto alternativo de nação. Por infelicidade, até agora a esquerda perredista preferiu subsistir sob o abrigo de tais lideranças antes de resolver o desafio de construir um partido de esquerda, democrático e moderno.

No entanto, a complexidade da situação nacional exige forjar a vitalidade dos movimentos sociais num partido democrático. Deixar tudo

à relação direta entre as massas e o líder pode garantir um movimento opositor, mas não significa necessariamente assentar as bases para a democratização do regime político no país. O restabelecimento funcional do regime priista – festejado pelo PAN no poder – é um dos fantasmas que rondam a esquerda mexicana.

### À guisa de conclusão

O futuro do movimento de resistência pacífica contra a imposição da direita exige dele ter claro que a diferença entre um projeto de esquerda e outro de direita não é a mudança das siglas no poder, nem tampouco a quantidade de migalhas repartidas de cima para baixo para suavizar a miséria, mas, sim, a distribuição do poder com a sociedade. A partir da esquerda, isso teria de nos fazer conseqüentes com o fato de que a democracia eleitoral não é suficiente para mudar de regimes políticos e tornar realidade um projeto econômico incluyente e soberano e que, em troca, esses regimes exigem da abertura à democracia participativa. Isto seria obtido não apenas com a aprovação de aparentes tipos de democracia direta, como o plebiscito, o referendun e a anulação de mandatos, mas, sim, sobretudo, com a concessão de liberdade e democracia sindicais e, ainda, de direito à autonomia aos povos indígenas como sujeitos de plenos direitos. Estes seriam os principais eixos do pacto democrático do século XXI, em torno dos quais deveria ser acrescentada a força política dos 15 milhões de votos depositados nas urnas de 2 de julho passado em favor de mudanças no país.

Se o movimento de resistência pacífica não toma como responsabilidades suas tais desafios – particularmente o PRD – então dificilmente se conseguirá capacidade para deter o avanço da direita no México á qual, tal qual a Hidra, cada vez mais lhe surgem cabeças. Nessa perspectiva, o mínimo que podemos exigir é que a esquerda recupere a experiência de luta histórica desenvolvida no século XX.

---

*Rosa Albina Garavito Elias é professora pesquisadora do Departamento de Economia da Universidade Autónoma do México e Conselheira Nacional Emérita do Partido da Revolução Democrática. Publicado originalmente em Contexto latinoamericano, março 2007 Tradução: Maria Lucília Ruy.*



# Caio Prado Junior, 100 anos

JÚLIO VELLOSO

O centenário do nascimento de Caio Prado Junior, comemorado em fevereiro deste ano, é uma oportunidade para a discussão dos alcances e limites da obra de um dos mais importantes intelectuais de nosso país



Caio Prado Junior

Caio Prado escreveu sobre temas muito diversos e teve uma produção vasta. Obras que vão de filosofia a relatos de viagem, passando por livros de economia e artigos sobre geografia, formam as facetas diversas de um intelectual com um conhecimento enciclopédico.

No entanto, nessa produção de caráter multidisciplinar, o historiador é que se destacou. A obra principal de Caio Prado Junior é *Formação do Brasil Contemporâneo* (FBC), publicada em 1942. Livro que sobreviveu ao tempo é a referência correta para quem quer discutir criticamente a contribuição do autor para o entendimento do Brasil. Nenhum outro escrito marxista foi capaz de articular de modo tão completo as diversas determinantes da sociedade colonial. Suas ou-

tras obras, algumas até mais expostas ao debate público, como *A Revolução Brasileira*, são subsidiárias da visão principal sobre o país exposta em FBC.

Este artigo buscará discutir o legado de Caio Prado a partir de uma abordagem crítica de sua obra principal, interagindo sempre que necessário com o debate historiográfico que ela provocou. Tentaremos demonstrar como as conclusões de *Formação do Brasil Contemporâneo* são a base fundamental das suas elaborações posteriores.

## Historiador comunista e militante

Para entender o lugar de *Formação do Brasil Contemporâneo*, é importante entendermos seu autor. Como afirmou Florestan Fernandes, em

uma homenagem a Caio Prado, “quando se pensa em Caio Prado Junior, como em qualquer outro intelectual de grandeza criativa, inventiva, é muito importante chegar à pessoa, àquele que produziu a obra. É ali que está a chave do enigma” (1).

Caio Prado Junior nasceu na cidade de São Paulo, em 11 de fevereiro de 1907, filho de família tradicional e abastada que já dera políticos, fazendeiros, intelectuais. Foi um homem de grandes posses durante toda a sua vida. Fez os estudos primários em casa e frequentou mais tarde o Colégio São Luiz, dos jesuítas, até hoje existente em São Paulo. Mais tarde foi com o irmão à Inglaterra, onde estudou por um ano. De volta ao Brasil, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo.

Em 1928, ainda bastante jovem, inscreve-se no Partido Democrático e nele terá sua primeira experiência de militância política. Em um comício em favor da candidatura de Júlio Prestes – candidato situacionista à presidência –, Caio Prado, ainda meninote, dá vivas a Getúlio Vargas. Tal peripécia lhe valeu sua primeira prisão.

Decepcionado com o Partido Democrático e com as medidas da Revolução de 1930, da qual fora um entusiasta, ele filia-se ao Partido Comunista do Brasil, em 1931. Registrava sempre aos amigos a tristeza de ter esquecido o nome do garçom espanhol que o havia recrutado.

Pouco mais tarde, já portador de maior experiência política, ele foi um dos principais dirigentes da Aliança Nacional Libertadora, como seu vice-presidente em São Paulo. Depois da derrota da tentativa revolucionária de 1935, Caio Prado é preso e condenado a dois anos de prisão. Consegue liberdade e vai para a França, onde se integra ao Partido Comunista Francês. Na fronteira entre França e Espanha faz um trabalho clandestino de apoio à luta contra Franco. Em 1939, ainda com a ditadura de armas em riste, ele volta ao Brasil. Continua seu trabalho militante semiclandestino até que a repressão se afrouxa com a entrada do Brasil na guerra, ao lado da URSS.

Nas eleições de 1945, quando o Partido Comunista obtém votação expressiva, ele é eleito deputado estadual por São Paulo, onde integra-

rá uma bancada com mais seis companheiros.

Foi este Caio Prado, que havia vivido esta experiência política, quem escreveu, no início da década de 1940 o clássico *Formação do Brasil Contemporâneo*, seu livro mais importante.

### O sentido da colonização

A idéia-força que perpassa *FBC* e dá rumo a toda a obra de Caio Prado é a de que houve um sentido, uma linha-mestra na formação do Brasil. Numa passagem, já clássica, o autor afirma:

*“Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizaram a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se dispôs naquele sentido” (2).*

O autor percebeu como impulso formador do que viria a ser a nação brasileira uma refração do processo de expansão do capitalismo mercantil. Assim, a grande expansão comercial que acabou por integrar todo o planeta, a partir da Europa do século XV, foi o impulso fundamental da colonização. Nas palavras de Caio Prado: “(...) a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso”.

Este “sentido da colonização”, para nosso autor, não é apenas o movimento que deu impulso à ocupação do território e à organização da produção. Ele é uma chave interpretativa poderosa, verdadeira coluna vertebral do processo formativo do país. Esta característica, de um país que se formou voltado essencialmente para as necessidades externas, estranhas ao país e ao seu povo, se manteve fortemente, como uma poderosa sobrevivência do tempo colonial. Livrar-se desta amarra era, para Caio Prado, o desafio fundamental do processo de constituição da nação.

## Caracterização do modo de produção

Para Caio Prado Junior – justamente por ter se constituído como parte da vertiginosa expansão comercial européia –, o Brasil é capitalista desde seu início.

Esta caracterização de Caio Prado, baseada na idéia de sentido da colonização exposta em *Formação do Brasil Contemporâneo*, seria desenvolvida com mais força no ensaio polêmico *A Revolução Brasileira*, e se desdobraria em um programa político bastante equivocado que rejeitava a urgência de uma reforma agrária profunda, por negar a existência de um campesinato relevante; caracterizava como negativo qualquer tipo de desenvolvimento industrial que absorvesse capital estrangeiro; e negava na prática a existência de frações da burguesia e a utilização de suas contradições como forma de fazer avançar a luta revolucionária. A origem destes equívocos situa-se em duas interpretações equivocadas, das quais trataremos a seguir.

Apesar de estar correto ao demonstrar a inexistência de um modo de produção feudal no Brasil, Caio Prado construiu uma interpretação circuncionista para a caracterização do modo de produção estabelecido na colônia. Na abertura do capítulo “Comércio” de FBC ele afirma:

*“A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor do que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização. Encontramos aí uma síntese que a resume e explica. O estudo que vamos empreender do comércio colonial em princípios do século passado virá assim como coroamento e conclusão de tudo quanto se tratou acima” (3).*

A idéia defendida por ele de que o comércio internacional dava sentido à colonização brasileira é correta. Atendendo às necessidades dessas transações internacionais é que se constituiu o tripé fundamental da produção no país até 1888: grande propriedade, trabalho escravo e monocultura. No entanto, é preciso perceber que a partir do momento do estabelecimento desse tripé a economia colonial foi ganhando

complexidade, dinâmica interna própria. Mais importante do que isso: para o sistema poder ser reproduzido estabeleceram-se relações de produção, com destaque para as constituídas entre senhores e os escravos. Essas relações de produção estabelecidas – absolutamente preponderantes em uma sociedade onde o trabalho escravo era praticamente generalizado – são o elemento fundamental na caracterização de um modo de produção.

Caio Prado e a corrente de pensamento constituída a partir de suas obras, ao desvendar os mecanismos de inserção da colonização brasileira no processo formativo do capitalismo, estabeleceram um dos pilares importantes para a compreensão do processo formativo da nação. No entanto, a visão caiopradiana acabou por absolutizar este aspecto, construindo uma interpretação “circuncionista”, que deu ênfase menor à questão das relações de produção estabelecidas entre senhores e escravos na caracterização do modo produção.

Estabelecer a relação entre o modo de produção escravista e suas poderosas articulações com a economia mundo continua sendo uma tarefa em aberto para a historiografia. Até agora o debate preferiu erigir muros entre a interpretação mais voltada para as determinações externas e a mais voltada para as interpretações internas. Há uma síntese explicativa possível que só será alcançada se superados os termos dogmáticos do debate acadêmico atual.

Segundo equívoco de Caio Prado, que o conduziu aos erros presentes em *A Revolução Brasileira*: a dificuldade em perceber o processo de ampliação do mercado interno, de complexificação da economia e de industrialização, que se verificou no país desde o início do século XX. Ao invés de perceber as mudanças o autor via um aprofundamento do problema, um certo fortalecimento dos resquícios do sistema colonial:

*“(...) o imperialismo representa a última fase deste processo; e no que diz respeito às colônias e ao sistema internacional de equilíbrio econômico resultante do capitalismo naquele apogeu de sua carreira, já não se tratará mais como no passado de monopolizar o comércio de artigos coloniais, e sim de dominar as ati*

*vidades econômicas em geral, fossem de qualquer natureza e situação geográfica, a fim de estruturá-las convenientemente no sentido de produzirem e canalizarem em benefício dos detentores do capital ( e do grande capital financeiro em nossos dias) a maior soma possível de mais valia" (4).*

Em 1977, quando o processo de industrialização e modernização do país já havia alcançado uma etapa avançadíssima Caio Prado ainda afirmava:

*"Essencialmente, com as adaptações necessárias determinadas pelas contingências de nosso tempo, somos o mesmo do passado. Senão quantitativamente, na qualidade (...) Embora em mais complexa forma, o sistema colonial brasileiro se perpetuou e continua muito semelhante. Isto é, na base, uma economia fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentícios de mandados nos mercados internacionais" (5).*

A obra de Caio Prado, basilar para a compreensão do Brasil, padece, como podemos constatar, de uma falsa idéia de permanência da realidade colonial. O "sentido da colonização" explicou grande parte da realidade brasileira até determinado momento, mas a conclusão do processo de formação da nacionalidade, de desenvolvimento econômico, de criação de um mercado interno poderoso, de integração do orgânico e do inorgânico na sociedade de classes, acabou por encerrar a validade dos conceitos ali empregados.

Ele percebe com grande antecipação a invalidade da idéia de que resquícios feudais deveriam ser eliminados por uma revolução nacional antifeudal, mas encontra na economia brasileira resquícios de uma realidade que já havia deixado de existir havia muito tempo.

Por ter construído em *Formação do Brasil Contemporâneo* uma interpretação tão multifacetada e poderosa, tão capaz de articular o geral e o específico, Caio Prado acabou preso às suas interpretações. Quando da elaboração de *FBC* elas permaneciam capazes de contribuir para

explicar o passado, mas já não para explicar o presente e projetar um programa para abrir caminho ao futuro.

### Um intérprete do Brasil profundo

Apesar da ênfase na idéia de sentido da colonização, desvendando o peso dos fatores externos em nosso desenvolvimento, Caio Prado não se absteve de estudar as dinâmicas internas da sociedade brasileira. *Formação do Brasil Contemporâneo* é um mergulho no que se convencionou chamar de Brasil profundo. Com o olhar acurado de quem tinha um forte conhecimento multidisciplinar Caio percorreu milhares de quilômetros pelo país, construindo a partir daí a força do concreto presente em sua obra mais importante.

Essa capacidade de observar e essa facilidade de ver o concreto, talvez tenham sido herdadas dos estudos de geografia feitos pelo autor. Ele foi o primeiro matriculado do curso de Pierre Deffontaines na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Uma folheada em *FBC* é capaz de demonstrar o quanto a idéia de que Caio Prado desconsiderava a dinâmica interna da vida e da economia colonial/imperial é descabida. Dos 17 capítulos do livro, 16 tratam dessa dinâmica (6).

Uma idéia-chave perpassou a análise dessa dinâmica social: a sociedade colonial estava dividida em dois setores. O primeiro deles, denominado por ele de orgânico era formado pelas classes envolvidas diretamente no centro da dinâmica produtiva: os senhores e os escravos. O outro, o inorgânico, pela massa de pessoas que estavam deslocadas desse setor fundamental. Dito de outro modo: um núcleo orgânico do sistema, localizado na grande lavoura escravista do litoral e sua periferia inorgânica.

A partir dessa caracterização nosso autor trouxe à tona o papel fundamental dos escravos, como principal mão-de-obra da economia colonial e imperial, e, ao mesmo tempo, jogou luz sobre os outros setores da sociedade, fora ou na periferia do núcleo principal das relações produtivas da plantation. Os estudos de-

envolvidos pela historiografia nacional sobre a escravidão e sobre o que se convencionou chamar de homens livres pobres são realizados, ainda hoje, sobre as bases estabelecidas por *Formação do Brasil Contemporâneo*.

Assim, Caio Prado não só estudou a dinâmica interna da sociedade colonial como foi capaz de mergulhar profundamente em uma amplíssima variedade de seus aspectos, estabelecendo com método e talento as complexas ligações entre o específico e o geral.

### A questão nacional para Caio Prado Junior

Caio Prado Junior, ao contrário do que supõem alguns de seus críticos, não desconsiderou a questão nacional, nem a colocou em segundo plano.

O intelectual comunista sempre considerou como uma tarefa absolutamente fundamental da revolução brasileira a construção da soberania nacional, localizando seu cerne na independência econômica frente aos grandes centros do capitalismo.

A análise de que o Brasil se constituiu determinado pelas suas relações externas, com uma economia e uma sociedade voltadas para a satisfação de necessidades que não as nossas, demonstra que ele via a questão nacional como absolutamente central. Justamente na ruptura radical com esse passado é que ele identificava a revolução brasileira.

O desafio seria construir uma estrutura econômica voltada à satisfação das necessidades do povo brasileiro e não do comércio internacional. Daí a importância atribuída pelo autor à constituição de um forte mercado interno, capaz de dirigir a produção às necessidades nacionais.

### Uma grande obra, um grande homem

Caio Prado faleceu, depois de passar longo período doente, em 23 de novembro de 1990. Passou os últimos anos de sua vida consciente, dando palestras e entrevistas, conversando com estudantes, reeditando suas obras e estudando filosofia – uma paixão permanente. O

historiador Francisco Iglesias, autor de artigo biográfico sobre Caio Prado, resume bem essa trajetória de vida:

*“Caio Prado Junior é um homem simples, vivendo para a obra de escritor e para a militância política no campo que lhe parece mais exato e justo. Culto e de origem abastada, vive modestamente. As várias prisões – que não escolheu ou pediu – e a luta na guerra espanhola dão à sua biografia a nota romanesca e de fuga à rotina. No mais, tem-se o caso de quem trabalha incansavelmente e cumpre com lucidez e coerência o destino que se traçou. Um padrão de inteireza e dignidade” (7).*

Caio Prado Junior – intelectual de primeira grandeza, comunista honrado e devotado ao seu partido, publicista fundamental na história do país – merece todas as homenagens no centenário de seu nascimento.

*Júlio Velloso é graduando em história pela USP.*

#### Notas

- (1) FERNANDES, Florestan. “A Visão do Amigo”. In: *História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* Org. Maria Ângela D’Incao. São Paulo: Brasiliense.
- (2) PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1996 (1ª ed. 1942), p. 32.
- (3) Idem, p. 228.
- (4) PRADO JUNIOR, Caio. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1954, p. 85-86.
- (5) \_\_\_\_\_, *A Revolução Brasileira, Perspectivas em 1977*, São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 238.
- (6) Os 16 capítulos são: “Povoamento”, “Povoamento Interior”, “Correntes de Povoamento”, “Raças”, “Economia”, “Grande Lavoura”, “Agricultura de Subsistência”, “Mineração”, “Pecuária”, “Produções Extrativas”, “Artes e Indústrias”, “Comércio”, “Vias de Comunicação e Transporte”, “Organização Social”, “Administração”, “Vida Social e Política”.
- (7) Citado em: NOVAIS, Fernando. *Aproximações*. São Paulo: Cosacnaify, 2005, p. 283.

# Ousadia de um jovem de 85 anos

RONALD FREITAS

## O PCdoB participa do governo nos marcos do Estado brasileiro atual – uma experiência ainda a ser sistematizada

**E**m março de 2007, o PCdoB completou 85 anos de existência ininterrupta a serviço da construção de um Brasil soberano, independente, democrático e socialmente justo. Este objetivo é parte inseparável da luta pela emancipação da classe operária do jugo da exploração do capital e pela construção do socialismo.

Já vai longe aquele 25 de março de 1922, quando sob os ecos da vitoriosa revolução russa de 1917 um punhado de visionários, delegados comunistas de vários Estados, compostos de ex-anarquistas, operários, jornalistas e intelectuais, criou em Niterói (RJ) o Partido Comunista do Brasil.

Foi um tempo de grandes mudanças no mundo e no Brasil.

Consolidada a segunda revolução industrial de fins do século XIX e início do século XX, o capital se adaptava ao fim de sua época concorrencial e se preparava para um período de predomínio do capital fortalecido pela concentração bancária e industrial: a época do Imperialismo. A acomodação dessas placas tectônicas econômicas, políticas e sociais levou ao primeiro grande conflito bélico

de escala planetária: a primeira guerra mundial (1914-1917); e engendrou as condições para a emergência de um surto revolucionário que se espalhou pela Europa e que teve na velha Rússia dos czares seu ponto culminante. Era um mundo em transformação decorrente do embate entre duas forças poderosas: capital e trabalho, burgueses e proletários. Após a vitória da Revolução Russa em 1917, dirigida pelo Partido Comunista Bolchevique, surgiram vários Partidos Comunistas: na Argentina (1918), na França (1920), na Inglaterra (1920), na China (1921) e na Itália (1921).

O surgimento desses partidos em várias partes do mundo em um mesmo período foi o resultado de um fenômeno objetivo, e faz parte da marcha civilizatória da humanidade. Deita suas raízes na evolução econômica e política, desencadeada com o advento do capitalismo, enquanto sistema econômico hegemônico no mundo. No terreno das idéias, deriva do iluminismo – como fenômeno filosófico cultural – que buscava colocar sobre o império da razão o estabelecimento das relações sociais em contraposição ao irracionalismo derivado das trevas do medievo. O marxismo foi a base teórica e filosófica que deu suporte a esse incipiente movimento. E as contribuições teóricas e a prática política de Lênin deram o escopo e o paradigma para a feição dos partidos comunistas.

### Reflexos no Brasil

O Brasil era então um jovem país, baseado em uma economia agrário-exportadora, dominado por um setor agropecuário retrógrado. Vivia um período

do de grandes mudanças em várias esferas: econômica, política, social, cultural, militar. Na economia iniciava seu processo de industrialização, passando por uma fase de grandes turbulências, reflexo do exaurimento da lavoura cafeeira. Na política, a disputa pelos rumos que o país deveria seguir no seu processo de crescimento e construção nacional, opunha as oligarquias agropecuárias aos setores industrialistas. Na área social, o jovem proletariado procurava seus direitos, se organizava em sindicatos e desenvolvia lutas indicativas de que não aceitavam passivamente serem explorados pelos patrões, fossem eles fazendeiros ou donos de indústrias. A greve geral de São Paulo em 1917 é nesse sentido um marco histórico indelével. Na cultura, a busca de afirmar uma identidade nacional própria, fora dos estereótipos importados, teve na semana de arte moderna de 1922 sua data emblemática. No terreno militar, a insatisfação com o atraso do país e o papel jogado pelos militares na sua manutenção geraram o “movimento tenentista”, iniciado com as revoltas de 1922, passando pela Coluna Prestes e desembocando na Revolução de 1930. Nesse contexto histórico – externo e interno – é fundado o Partido Comunista do Brasil.

Desde o início de suas atividades, até os dias atuais, o Partido – como carinhosamente o chama a militância – foi um jovem na mais plena acepção da palavra.

Jovem à medida que sempre foi um embaixador das causas avançadas e modernas para a construção da sociedade brasileira. Não é nenhum exagero afirmar que o PC do Brasil esteve sempre ligado – e na maioria das vezes seu protagonista maior – às lutas pela construção de um Brasil moderno e socialmente justo. Alguns exemplos comprovam tal afirmação: introduziu no país a questão social, como tema relevante e de grande significado político. Até então a “questão social” era um caso de polícia, como afirmava o presidente da República Arthur Bernardes (1920). Teve importante papel na conscientização e organização dos trabalhadores, sendo um dos pilares do movimento sindical classista desde sua origem. Foi o primeiro a levantar no Brasil a bandeira da “Reforma Agrária”. Sempre lutou pela vigência de uma democracia que não se limitasse aos marcos do Estado liberal, mas fosse a expressão de um “Estado de direito democrático e social”, indo às últimas con-

seqüências nessa defesa quando o país sucumbiu a ditaduras, seja a de Getúlio Vargas (1937-1945), seja a dos militares (1964-1985). Exerceu importante papel na mobilização para o Brasil se engajar na luta contra o nazi-facismo durante a segunda guerra mundial. Sempre se destacou na defesa dos interesses e da soberania nacionais, como quando encabeçou a luta pelo monopólio estatal do petróleo e pela fundação da Petrobras. Destacou-se também em outro episódio menos conhecido, quando mobilizou a sociedade contra a presença de bases norte-americanas em nosso território. A lista de seus feitos partidários vai muito além desses citados; porém, não nos move o intuito de relató-los todos, mas sim evidenciar alguns dos mais representativos da sua atuação histórica.

O PC do Brasil cometeu também erros e teve insuficiências: não percebeu o significado e alcance do Movimento de 1930, que levou Getúlio ao poder. Nem sempre esteve adequadamente sintonizado com a real correlação de forças na sociedade, tendo, por isso, realizado certas atividades revolucionárias descoladas da realidade como em 1935. Deixou-se envolver no terreno teórico e político por certas concepções equivocadas, prevalentes no seio do movimento comunista mundial, como as esposadas pelo então dirigente máximo do PCUS, Nikita Krushev em 1956. Quando à guisa de realizar uma crítica ao que chamou de stalinismo, reviu questões políticas e teóricas fundamentais para o movimento comunista e para a concepção de Partido.

Com o fim da ditadura militar em 1985, passou o Brasil a viver um novo ciclo político que trouxe novos e desafiadores problemas. Restaurou-se o “Estado de direito democrático”, elaborou-se uma nova Constituição, que incorporou institutos político-sociais avançados, como a legalização dos partidos políticos e das centrais sindicais. Objetivamente, o centro da disputa política se deslocou da resistência à ditadura, e mesmo das lutas sociais para as disputas políticas institucionais, como na eleição para os poderes legislativos e executivos.

O PCdoB passou a atuar de acordo com essa nova realidade, procurando se situar diante desses novos desafios de forma criativa e equilibrada. Ao lado da continuidade das frentes de luta que já desenvolvia junto aos movimentos sociais – nos sindicatos, entre os movimentos juvenis e de comunidades de bairros – passou a disputar cargos

parlamentos nos três níveis da federação: União, Estados e Municípios. Inicialmente de forma modesta e tendo como objetivo ter uma tribuna para falar às amplas massas do povo. Com o tempo, com a evolução política e o acúmulo de experiências, passou a disputar cargos no poder executivo e a partir de 1989 aliou-se ao PT e a Lula, nas sucessivas disputas à presidência da República. Com a vitória de Lula em 2002, o PCdoB desenvolve sua atuação em um novo patamar: a participação no governo central do país. Assumiu dois ministérios no primeiro governo e continua à frente de pelo menos um no segundo. Além de vários outros cargos de grande importância no aparelho de Estado, como agências reguladoras etc.

### Um Partido contemporâneo, baseado na sua tradição

O PCdoB, nascido no bojo das lutas revolucionárias travadas no século XX – cuja matriz, como já foi referido, está na teoria e prática emanadas da experiência da Revolução Russa de 1917 – vive na atualidade desafios políticos complexos que estão a exigir dos comunistas muita coragem e ousadia para enfrentá-los. Um dos maiores deles é compreender o processo político que o levou a participar do governo central de um Estado capitalista tão desigual e elitista como o brasileiro. A resposta a tão instigante questão é complexa, mas é absolutamente coerente com a história e a tradição tanto do Partido como de experiências históricas vividas em outras plagas.

Antes de tudo é necessário afirmar o óbvio: o PCdoB é um partido político e, como, tal busca estabelecer uma hegemonia na sociedade brasileira. Desta forma pretende alcançar o poder político e no seu exercício implementar o seu programa: a construção de uma sociedade socialista. No processo para atingir esse objetivo o PCdoB viveu inúmeros momentos e fases. Ao longo dessa experiência, foi forjando o pensamento, segundo o qual para ser vitorioso nessa empreitada é necessário lutar no bojo de um movimento político massivo, amplo, democrático, baseado nos mais profundos sentimentos de defesa da nação brasileira e dos direitos políticos e sociais de seu povo.

A resolução política do 11º Congresso do PCdoB de 2005 traça as linhas orientadoras centrais da

atuação partidária nas atuais condições da luta pelo socialismo no mundo e no Brasil. Partindo da compreensão de que vivemos um período de resistência e acumulação de forças nessa luta, lança a idéia fecunda de que as consignas “democracia, soberania nacional, progresso social” devem ser assumidas por organizações avançadas capazes de unir a maioria da nação em torno delas, abrindo caminho para avanços maiores. Registra também que um partido do seu feitio necessita ter uma estratégia e uma tática fundamentadas em um profundo conhecimento das condições objetivas e subjetivas da realidade em que atua.

*“Assim é que o PCdoB busca dar maior nitidez à sua estratégia e tática, numa compreensão mais profunda do período histórico atual e na visão marxista mais acurada de que os momentos de viragens revolucionárias ou de rupturas profundas são produto da acumulação de forças construídas em largos períodos de tempo e do espocar de grandes acontecimentos que levam à mudança no equilíbrio do sistema de poder mundial. Além disso, é preciso o entendimento de que as grandes massas, para se constituírem em força-motriz do processo revolucionário nacional, necessitam elas mesmas vivenciar sua experiência política, conformada naturalmente de ascensos e descensos, vitórias e derrotas. Nesse sentido, como assinalou Lênin, não bastam a agitação e a propaganda, a experiência política concreta das massas é indispensável.*

*Em suma, mudanças profundas não surgem simplesmente pela vontade de vanguardas políticas esclarecidas ou pelas suas proclamações em defesa de saídas radicais” (grifo nosso).*

### A bandeira do socialismo, como desfraldá-la?

O PCdoB compreende também a luta pelo socialismo como um processo complexo e longo que exige a participação de forças políticas e sociais amplas e que para isso necessário se faz travar a luta em todos os terrenos, não se deixando isolar em guetos.

Também compreende o Partido que uma das consequências da derrota sofrida pela primeira experiência de construção do socialismo, realizada no século passado, é fazer um criterioso balanço de tais



experiências, buscando com isso extrair lições e tirando conseqüências. Talvez a mais importante seria a não existência de modelo único de socialismo, e cada país deve buscar seu caminho de acordo com suas peculiaridades para construir essa epopéia.

Nessa luta o Partido buscou orientar-se sempre pela compreensão da política como a arte de atuar em uma sociedade dada de acordo com a correlação de forças políticas e sociais existentes, tanto interna como externamente. Isso é fácil de enunciar e muito difícil de praticar. Diria, sem medo de cometer um equívoco significativo, que, se não todos, mas a absoluta maioria dos erros cometidos pelo partido ao longo de sua história teve como causa fundamental uma leitura equivocada da correlação de forças. Seja quando subestimou oportunidades de aprofundar e radicalizar a luta, seja quando, mesmo movido pelo mais generoso impulso revolucionário, superestimou suas forças e subestimou as dificuldades.

Assim, para o PCdoB, segundo sua avaliação dos êxitos obtidos na luta de resistência ao neoliberalismo e nas vitórias conseguidas por forças políticas avançadas na América Latina nos últimos anos, na citada resolução política de seu 11º Congresso, esses êxitos resultam da combinação articulada de três componentes:

*"A luta social que assume variado nível de radicalidade conforme a particularidade local. Uma frente política e social ampla que elege novos governos, que se apresentam em maior ou menor grau como alternativa aos projetos neoliberais aplicados na América Latina desde o advento do denominado Consenso de Washington. E a participação de forças avançadas nos órgãos institucionais vigentes, em governos por elas eleitos e/ou nos parlamentos".*

Diante dessas reflexões, e avaliando a vitória de Lula em 2002 como representante do início de um novo ciclo político em nosso país, em que pela primeira vez um conjunto de forças políticas progressistas chegava ao poder central da República, o PCdoB decidiu participar do governo Lula. Consciente de esse ser um ciclo político de transição, apoiado por forças de centro, com PT, PCdoB e PSB como seu centro de gravidade. Compreendendo também ter sido esse governo o que de mais avançado a luta política popular e democrática

produziu em nosso país no processo político pós-ditadura militar, e que poderá abrir imensas possibilidades de o povo viver sua própria experiência política no processo de construção de um país soberano, democrático e socialmente justo.

Mas o PCdoB compreende as possibilidades e limitações que uma situação dessa natureza encerra. O governo Lula é contraditório, mas no fundamental deixa um saldo político positivo. Se é condicionado por uma política macroeconômica de feição financista desenvolve políticas sociais inclusivas, de largo alcance, que tem tirado da pobreza absoluta milhões de brasileiros. Se aceita conviver com setores conservadores de nossa sociedade, pautados por um relacionamento internacional subalterno, tem implementado uma política externa de cunho integracionista da América do Sul, procurando fortalecer o Mercosul e abrir caminhos com os países emergentes da Ásia e África, afirmando nossa soberania. Se, como conseqüência da atual política macroeconômica, pratica uma política de juros não condizente com os interesses nacionais e populares tem restabelecido o papel do Estado nacional como instrumento fundamental para o processo de consolidação, desenvolvimento e enriquecimento do país, atento a um processo de desenvolvimento com distribuição de renda.

Estabelecidos esses parâmetros mais gerais de por que o PCdoB participa do governo nos marcos do Estado brasileiro, fica a ser analisado "como" essa participação vem se efetivando, que lições podem ser tiradas dessa experiência em curso, quais possibilidades se abrem para o avanço político do Partido no rumo de atingir seus objetivos maiores. Tais questões merecem ser aprofundadas e abordadas num próximo artigo.

Mas ao acompanhar a trajetória do PCdoB ao longo de seus 85 anos, vemos como é um Partido jovem. Jovem à medida que sempre se coloca como um descortinador de caminhos políticos novos, capazes de colocá-lo na rota certa para cumprir sua tarefa indelegável: construir um Brasil desenvolvido, soberano, socialmente justo, e em marcha rumo à construção de um socialismo com feições brasileiras.

---

*Ronald Freitas é advogado e secretário de relações institucionais do PCdoB.*



# Assine para ter *Princípios*

**ASSINE E GANHE**

Ao assinar *Princípios* por 3 anos, ou renovar a sua assinatura pelo mesmo período, você pode escolher de presente qualquer livro do selo Anita.



**Não perca esta oportunidade !**



Ao indicar um amigo para assinatura, você ainda ganha uma camiseta à sua escolha\*

- Artigos dos mais conceituados intelectuais do país em uma só publicação.
- Idéias dos principais autores da mais nova geração de pensadores.
- Análises da conjuntura nacional e internacional.
- Temas de interesse nacional.

Você pode assinar pelo site  
[www.anitagaribaldi.com.br](http://www.anitagaribaldi.com.br)

Pelo telefone 11.32891331 com Claudia,  
ou ainda enviar o cupom de assinaturas, da última página, pelo correio.

Assinatura anual: R\$ 45,00  
Assinatura bienal: R\$ 85,00  
Assinatura trienal: R\$ 115,00



PRINCÍPIOS ON-LINE

Você tem acesso exclusivo ao conteúdo de edições anteriores  
<http://www.vermelho.org.br/museu/principios/>

*Princípios* - uma publicação da Editora Anita Garibaldi  
R. dos Franceses, 04 - Bela Vista - 01329010 - São Paulo - SP

\* os livros escolhidos deverão constar do nosso catálogo próprio. A promoção será para os números 89, 90 e 91 da revista. As camisetas da promoção 'Indique um amigo' estarão sujeitas a estoque.



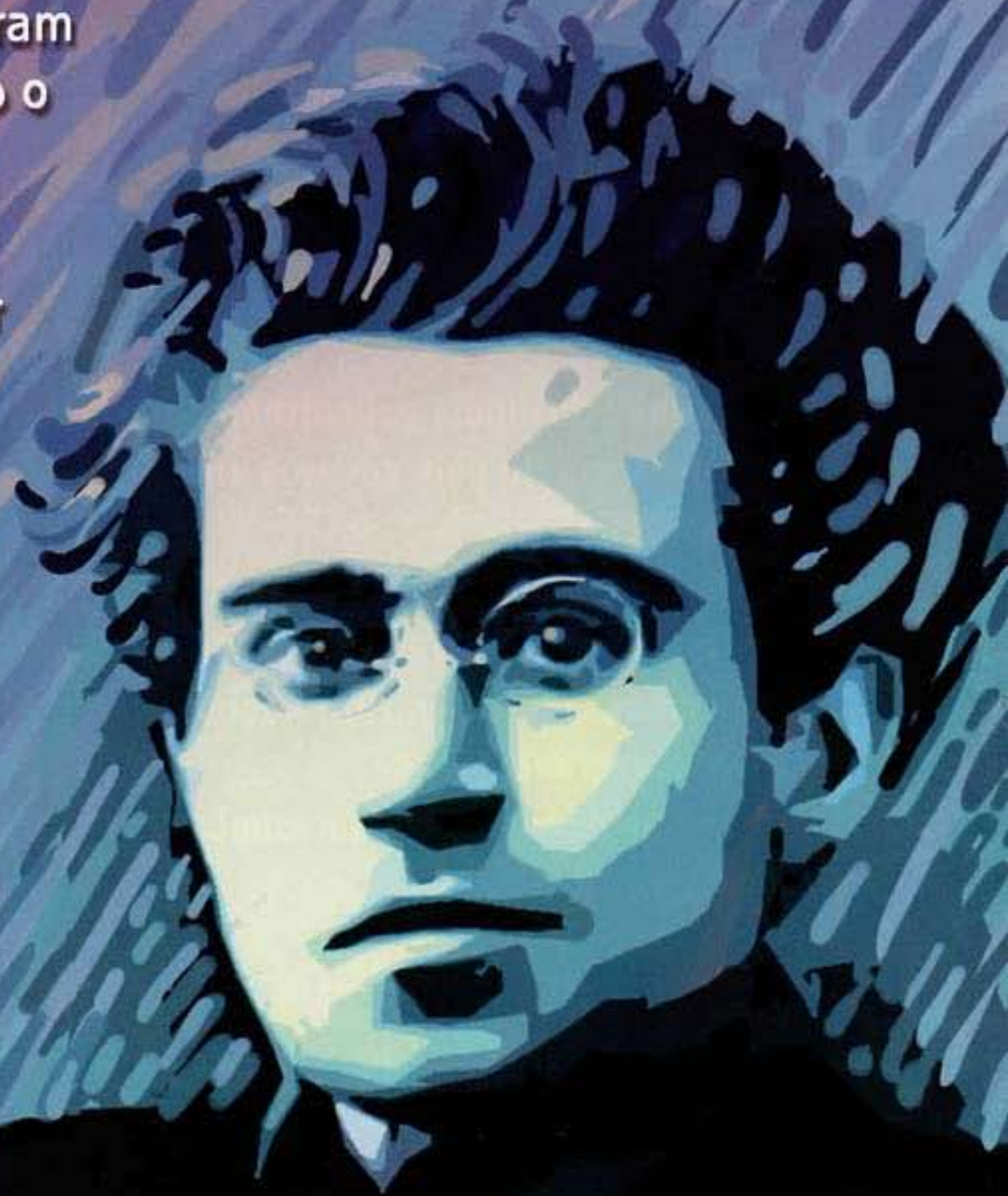
# 70 anos sem Gramsci

Há cerca de 70 anos, a 27 de abril de 1937, morria o intelectual e dirigente comunista italiano Antônio Gramsci. Morreu dois dias depois de ter sido libertado da prisão fascista em que havia permanecido por dez longos anos.

Gramsci foi um dos fundadores do Partido Comunista Italiano e seu representante junto à III Internacional. Teve um importante papel no movimento de ocupações de fábricas ocorrido em Turim. Eleito deputado se destacou no combate ao fascismo. Teórico e estrategista do proletariado italiano deixou-nos textos brilhantes como *Teses de Lyon* e *Alguns temas da questão meridional*.

Nas masmorras de Mussolini, sob condições desfavoráveis, produziu anotações instigantes e originais que enriqueceram o marxismo no século XX. Estes escritos foram postumamente organizados sob o título de *Cadernos do Cárcere*.

Resgatar as contribuições teóricas e políticas legadas por Gramsci à luz da atualidade é uma tarefa importante do movimento transformador.



ISSN 1415-7888 90  
9 7714 151788005

